

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM ADMINISTRAÇÃO

**DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E TURISMO:
O CASO DE CUMURUXATIBA**

Maria Amelia Jundurian Corá

PUC / SP

São Paulo – SP

2006

MARIA AMELIA JUNDURIAN CORÁ

DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E TURISMO:

O CASO DE CUMURUXATIBA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da **PUCSP** – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de **mestre** em Administração, sob orientação do Professor Doutor Luciano Antonio Prates Junqueira

PUC / SP

São Paulo – SP

2006

APROVAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu mestre, amigo e orientador Luciano Junqueira, por ter acreditado em mim, compartilhado seus conhecimentos, demandado seu tempo e trabalho comigo, lendo e relendo esse estudo. E, principalmente, por ter compactuado dos meus sonhos e da minha história.

Agradeço à Rita, minha amiga, por ter dado todo suporte, carinho e amizade quando precisei. E aos professores e funcionários da FEA-PUC que, desde a graduação, me ajudam, me ensinam e me incentivam na vida acadêmica.

Agradeço aos meus queridos colegas de mestrado que, além de amigos, contribuíram para que eu chegasse até aqui.

Agradeço a CAPES por ter financiado meus estudos.

Agradeço à Profa. Yara pela ajuda e suporte dados na realização dessa pesquisa.

Agradeço à Profa. Matilde e ao Prof. Ladislau por terem participado desse processo e por fazerem parte da minha banca, contribuindo muito para meu desenvolvimento.

Agradeço à Maria pela revisão tão cuidadosa dessa dissertação.

Agradeço aos moradores de Cumuruxatiba que participaram da pesquisa e me receberam de portas abertas, ajudando a concretizar o sonho fazer daquela vilazinha um lugar cada vez melhor.

Agradeço a todos os amigos que entenderam minha ausência nesses dois anos e, mesmo assim, torceram por mim, sempre.

Agradeço minha família por perdoar minha distância nos últimos tempos.

E, por fim, agradeço ao Jaime por - durante dois anos - me ouvir falar só em mestrado; além de sempre me fazer acreditar que eu seria capaz de fazer o melhor possível, me acalmando e me incentivando.

Agradeço minha irmã, que sempre esteve comigo e que me ajudou graciosamente durante todo processo de tabulação da pesquisa.

DEDICATÓRIA

Dedico essa dissertação aos meus pais que, ao decidirem mudar para Cumuruxatiba, proporcionaram uma transformação nas minhas referências de família, meio ambiente, cultura e sociedade.

Dedico a eles e à Mariana, por terem sempre me incentivado a fazer o que acreditava, por terem me dado todo suporte e por terem me protegido todas as vezes em que tive dúvidas e medos.

Essa dedicatória é uma oportunidade para que eu corrija um bilhete escrito há 15 anos, época em que mudamos para Bahia, quando ainda era criança demais para perceber todas as benfeitorias de morar naquele paraíso.

E, por fim, dedico esse trabalho a CUMURUXATIBA, que é minha fonte eterna de inspiração.

RESUMO

O Brasil é um país desigual e a desigualdade socioeconômica passou a ser combatida na esperança de que se alcance um desenvolvimento sustentável e participativo. O desenvolvimento local e o turismo destacam-se nos debates para a busca da redução da desigualdade social e da pobreza.

O primeiro, por perceber que o desenvolvimento, mais do que um índice de crescimento econômico, é um processo para a obtenção de ações efetivas com participação da população. Nesse contexto, opta-se pela implementação do desenvolvimento local, com ações e políticas fundamentadas nas necessidades e prioridades da comunidade, preocupando-se com as peculiaridades locais, a cultura, o ambiente e a organização social. Dessa forma, há dada apropriação das responsabilidades pelos cidadãos junto às ações locais, em busca da melhoria da qualidade de vida.

O Brasil tem características físicas e culturais que incentivam a atividade turística como oportunidade de melhoria econômica e social, principalmente nas áreas mais distantes das regiões urbanizadas, oferecendo geração de trabalho e renda.

O turismo deve ser pensado como um elo entre os vários atores sociais da comunidade local. Um instrumento capaz de combater a implantação de um desenvolvimento turístico imposto de forma segregada e indesejável para o corpo social.

Apresenta-se o estudo de caso de uma comunidade pesqueira no extremo sul da Bahia, Cumuruxatiba, que, devido suas belezas, tem vocação natural para o turismo, mesmo sendo uma das regiões mais pobres do Brasil.

O objetivo desse estudo é o de analisar as transformações ocorridas em Cumuruxatiba, ocasionadas pelo turismo, no que tange ao desenvolvimento local sustentável. Cabe, ainda, como objetivo, verificar as mudanças determinadas pela atividade turística na comunidade de Cumuruxatiba quanto à oferta de trabalho, à capacitação profissional, à cultura local, à geração de renda e ao meio ambiente.

Conclui-se que o turismo influenciou o desenvolvimento em Cumuruxatiba, mas a ausência da participação da comunidade nas decisões sobre a atividade turística faz com que as transformações não atendam as demandas sociais. Contudo o turismo contribuiu mesmo de maneira sazonal para a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

Palavras-chave: desenvolvimento local, sustentabilidade, turismo, Cumuruxatiba

ABSTRACT

Brazil is an unequal country and the partner-economic inequality passed to be fought in the hope to reach a sustainable and good development. The local development and the tourism are distinguished in debates for search of the reduction of social inequality and the poverty.

The first one for perceiving that development is more than one index of economic growth, but a process to reach action effective with population participation. In this context one opts to implementation of the local development with action and politics based on the necessities and priorities of the community, being worried about the local peculiarities, the culture, the environment and the social organization. In this way it has the appropriation of the citizen's responsibilities with the local actions inquiry improvement of life's quality.

The Brazil has physical and cultural characteristics that stimulate tourist activity as chance of economic and social improvement, mainly in the areas most distant of the render urban regions, providing to generation of work and income.

The tourism must thought as an integration link enters the some social factors of the local community, fighting the implantation of a tourist development imposed of form segregated and undesirable for the community.

The study of case shows fishing community in the south extremity of the Bahia, Cumuruxatiba, which had natural beauties, has vocation for tourism thus being one of the poor regions of Brazil.

The objective of this study is to analyze the occurred transformations in Cumuruxatiba for the tourism that refers to the sustainable local development. It still fits as objective; verify the changes caused for the tourist activity on community of Cumuruxatiba, referred: the offers of work, the professional qualification, the local culture, the generation of income and environment.

One concludes that the tourism influenced the development in Cumuruxatiba, but the absence of the participation of the community in the decisions on the tourist activity makes with that the transformations do not take care of the social demands. However the tourism exactly contributed in sazonal way for the improvement of the quality of life living them.

Key-words: local development, sustainable, tourism, Cumuruxatiba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTO LOCAL	08
1.1. DESENVOLVIMENTO.....	08
1.2. DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	11
1.2.1. Antecedentes	11
1.2.2. Conceito	13
1.2.3. Espaço Local	20
1.3. PODER LOCAL.....	23
1.4. SUSTENTABILIDADE.....	27
1.5. EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL.....	34
1.5.1. Desenvolvimento Local e fim da exclusão	37
CAPÍTULO 2: TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL	42
2.1. IMPACTO DO TURISMO.....	46
2.1.1 Impactos econômicos	46
2.1.2. Impactos sociais	48
2.1.3. Impactos culturais	51
2.1.4. Impactos ambientais	53
2.2. ESPAÇO LOCAL E IDENTIDADE NO TURISMO.....	54
2.3. DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL E TURISMO.....	56
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA	63
CAPÍTULO 4: CUMURUXATIBA	66
4.1. ORGANIZAÇÃO TURÍSTICA DE CUMURUXATIBA.....	70
4.2. RESULTADOS DA PESQUISAS.....	72
4.2.1. Perfil dos entrevistados	72

4.2.2. Importância do turismo.....	84
4.2.3. Importância do turismo para o Desenvolvimento Local.....	88
4.2.4. Turismo e a comunidade.....	99
4.2.5. Turismo e o meio ambiente.....	109
CONCLUSÃO.....	115
BIBLIOGRAFIA.....	118
ANEXO 1: FORMULÁRIO DE PESQUISA.....	126
ANEXO 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	130

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

FIGURAS

FIGURA 1: Síntese do conceito de Desenvolvimento Local	40
FIGURA 2: Mapa Extremo-sul da Bahia.....	67
FIGURA 3: Mapa do Litoral.....	70

TABELAS

TABELA 1: Sexo por Idade.....	73
TABELA 2: Escolaridade por Idade.....	73
TABELA 3: Escolaridade por Naturalidade.....	74
TABELA 4: Renda por Naturalidade.....	77
TABELA 5: Quantidade de moradores por Domicílio por rendimento mensal do domicílio.....	77
TABELA 6: Moradores que trabalham em cada domicílio por Rendimento mensal durante o ano.....	78
TABELA 7: Vínculo empregatício por Rendimento mensal.....	78
TABELA 8: Auxílio governo por Rendimento mensal.....	80
TABELA 9: Rendimento mensal durante o verão por Rendimento mensal durante o ano.....	83
TABELA 10: Importância do turismo para vida do entrevistado por Rendimento.....	85
TABELA 11: Importância do turismo para comunidade por Escolaridade.....	87
TABELA 12: Como era Cumuruxatiba há 10 anos por Escolaridade.....	90
TABELA 13: Como imagina Cumuruxatiba daqui a 10 anos por Eescolaridade.....	90
TABELA 14: O que precisa melhorar em Cumuruxatiba por Escolaridade.....	91
TABELA 15: Mudanças ocasionadas pelo turismo por Rendimento.....	94
TABELA 16: O que deveria melhorar por Mudanças ocasionadas pelo turismo.....	96

TABELA 17: Contribuição do turismo para melhorias na comunidade por Naturalidade...	98
TABELA 18: Geração de emprego e renda por Rendimento.....	100
TABELA 19: Preparação dos moradores para trabalhar com turismo por Naturalidade.....	103
TABELA 20: Participação dos moradores nas decisões turísticas por Naturalidade.....	103
TABELA 21: Forma de participação nas decisões por Participação nas decisões turísticas.....	105
TABELA 22: Relação entre a comunidade local e o turista por Naturalidade.....	108
TABELA 23: Sazonalidade por rendimento.....	108
TABELA 24: Importância do Turismo para a proteção do meio ambiente por Escolaridade.....	111
TABELA 25: Atrativo local por Naturalidade.....	111

GRÁFICO

GRÁFICO 1: Relação entre o rendimento mensal durante o ano e rendimento durante o verão.....	81
---	----

*“Odeio as viagens e os exploradores, e eis que me
preparo para contar as minhas expedições”*
LÉVI-STRAUSS (2004)

INTRODUÇÃO

A realidade brasileira é marcada por enormes desigualdades. Sejam elas sociais, econômicas, políticas, espaciais ou ambientais. Essa inconstância passou a ser cada vez mais combatida, na esperança de que se alcançasse um desenvolvimento equilibrado e consciente em todo país. Dessa maneira, dois temas – desenvolvimento local e desenvolvimento do turismo – aparecem com frequência nos debates que buscam reduzir a desigualdade social e a pobreza no Brasil.

O primeiro tema parte da necessidade em perceber o desenvolvimento de forma mais ampla do que a constatação de um índice de crescimento econômico. O foco na esfera local torna-se, então, necessário para a implementação de ações e políticas “de baixo para cima”. Quais sejam aquelas fundamentadas nas necessidades e prioridades da comunidade; preocupadas com as peculiaridades locais, culturais, ambientais e a organização social.

O segundo parte do pressuposto de que o Brasil é um país com características físicas e culturais que estimulam o turismo. Tais atributos são entendidos como uma oportunidade de alcançar melhorias econômica e social, principalmente nas áreas mais distantes das regiões urbanizadas; além de gerar trabalho e renda de maneira descentralizada e participativa.

A necessidade de levar à prática um programa de desenvolvimento local requer a construção de certa política de parcerias entre a sociedade civil, o mercado e o Estado. Uma vez juntos, realizariam os investimentos indispensáveis para a geração de trabalho e renda, com vistas ao alcance de maior qualidade de vida.

É por meio do enfoque local que os problemas sociais são melhores identificados, permitindo, portanto, ações facilitadoras para suas soluções. É nessa esfera que ocorre o atendimento às necessidades básicas. Daí a importância em fortalecer a autonomia das localidades, por meio da articulação dos atores, gerando condições favoráveis ao desenvolvimento.

Para Junqueira (2000) tomar o local como referência de desenvolvimento social é valorizar o lugar onde se dão as relações sociais de produção. O local é onde há o consumo, a geração de empregos e a efetivação de serviços como educação, saúde, lazer, assistência social, informação, produção industrial, etc.

Assim, o desenvolvimento de uma região implica em novas articulações entre os atores públicos, privados e da sociedade civil. É dessa forma que a política local transcende as tradicionais polarizações entre o público e o privado, governo e sociedade. Estabelece novas relações e compromissos que possibilitam a promoção de políticas sociais de caráter interdependente.

Essas políticas geram ações que relacionam os diversos segmentos sociais, possibilitando o enfrentamento dos problemas sociais, complexos e plurais, e exigindo a articulação nas múltiplas escalas do poder local (HOLANDA e VIEIRA, 2003).

Essa situação assume característica particular quando pensado sob o viés do turismo, cuja articulação se restringe ao governo e ao empresariado, considerados os principais atores na tomada de decisões sobre as políticas e os investimentos neste segmento.

São raras as ações protagonizadas por Ongs, comunidades e movimentos sociais, evidenciando a fragilidade da sociedade civil para lidar com este nicho. O que contraria a possibilidade de comunidades locais participarem no processo de planejamento turístico, elemento essencial para a sustentabilidade e desenvolvimento local.

Apesar da fragilidade vivenciada pelo setor turístico no país, ele deve ser pensado como um elo entre os diversos atores sociais de uma comunidade local. É a partir desta perspectiva que Butler (2002) afirma que o desenvolvimento local integrado, por meio do turismo, é a melhor forma de congregar comunidade e as alterações no entorno. Isso posto, por intermédio da participação no planejamento, os residentes locais vêem diminuída a distância entre o grupo e os recém-implantados recursos turísticos. Política que convida o cidadão a tomar parte das transformações ocorridas no lugar onde habita, abrandando a idéia de segregação.

Aprofundando essa visão, Melendez (2000), sugere que o turismo estabelece um valioso intercâmbio cultural. Para tanto, deve haver boa organização do território, maior atenção na prestação de serviços públicos, além de planos de proteção ambiental. Como resultado, tem-se a melhoria da qualidade de vida nas comunidades receptoras. Assim, o turismo torna-se uma atividade que integra as esferas humana e econômica, convertendo em um dos instrumentos mais adequados para o favorecimento de oportunidades sociais.

A expansão do turismo pode se tornar um catalisador de mudanças sociais. O que tem possibilidade de, em simultâneo, desenvolver a localidade e excluir socialmente a população. Essa dupla capacidade, de expansão e segregação, faz com que os residentes locais questionem a atividade turística. Estimula-os a pensar de que maneira podem ter resultados positivos, legitimando ou não ações que busquem um desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, cabe perguntar: de que forma o turismo transforma uma comunidade local, proporcionando a inclusão social e a geração de trabalho e renda, permitindo seu desenvolvimento local com sustentabilidade?

A partir desta perspectiva esse estudo propõe analisar uma pequena comunidade litorânea do extremo sul da Bahia, que devido à particularidade de suas belas praias, desenvolve a atividade turística como principal fonte econômica.

Segundo Andion (2003), o termo desenvolvimento é interpretado como sinônimo de promoção de crescimento, progresso e aumento de riqueza. Caracterizando, assim, o estágio econômico, social e político de uma dada comunidade com altos índices de produção, capital, trabalho e preservação dos recursos naturais.

Assim, para Furtado (2000), a idéia de desenvolvimento está no centro visão que prevalece em nossa época. Nela baseia-se o processo de invenção cultural, que permite ver o homem como um agente transformador do mundo, dando-se como evidente que este interaja com o meio, no empenho de efetivar suas potencialidades.

Desenvolvimento é, portanto, um processo de aperfeiçoamento em relação aos valores, condições e/ou situações desejáveis para uma sociedade, buscando dada melhoria na condição humana tanto individual quanto coletiva.

Como alerta Borba (2000), para avaliar o desenvolvimento, deve ser considerada variáveis políticas, tecnológicas, sociais, ambientais e de qualidade de vida da população; o acesso à educação, às opções culturais, às condições de atendimento médico, à previdência social e ao lazer, abrangendo toda a expressão do termo humanidade.

Há, então, uma mudança em relação ao significado e amplitude da idéia de desenvolvimento. Isso dado quando o local passa a ser considerado o foco de atuação. Para Dowbor (1998), é na instância local que os diversos atores sociais (administração pública, empresas privadas, universidades, sindicatos, organizações comunitárias) podem ser organizados em torno de objetivos sociais e econômicos convergentes.

Moura (1998), afirma que desenvolvimento local refere-se às práticas que têm como palco a localidade – vista enquanto região, cidade e outras unidades menores – e como atores, organizações e grupos locais cuja gestão ou co-gestão está voltada para projetos potencializadores da economia local. Projetos estes que visem à geração de trabalho e renda, que criem e que fortaleçam pequenas e médias empresas e/ou que implementem estratégias de integração competitivas no mercado global.

Em linhas gerais, para Moura (2000), o desenvolvimento local é um processo endógeno de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala (municípios, localidade e micro regiões), que executa mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população.

O desenvolvimento local, de acordo com BROSE (2000), é um processo que se inicia a partir de alguma ruptura, seja ela econômica social ou política. Momento em que um grupo resolve alterar uma situação existente. Isso significa que ao reduzir as políticas de desenvolvimento para a dimensão local, quebra-se o

paradigma de políticas de planejamento padronizadas, que consideram as características sociais, culturais e ambientais homogêneas nas suas propostas.

Percebendo a importância desse novo processo de desenvolvimento, esta pesquisa focará o turismo como agente fomentador do desenvolvimento local sustentável.

A escolha do turismo deve-se principalmente pelo fato do Brasil ter facilidade em promover essa atividade. Além do que, segundo Oliveira (2002), o turismo é uma força econômica das mais importantes do mundo. Por conta dele ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados. Os resultados do movimento financeiro, decorrentes do turismo, são por demais expressivos e justificam a inclusão desta atividade no programa político e econômico de todos os países.

Considerando Coelho (2002) as atividades de viagens e turismo são geradoras de trabalho e empregam um montante estimado de 100 milhões de pessoas no mundo, principalmente em pequenas e médias empresas familiares.

Por incentivar a criação de pequenas e médias empresas, contribui para a descentralização da atividade econômica e da oportunidade de atuação de novos atores sociais.

O turismo representa, hoje, uma alternativa na economia. O desenvolvimento sustentável das comunidades locais tornou-se o centro de interesse de governos, da sociedade e dos empresários. Ele possibilita diversas oportunidades de geração de empregos, melhoria de vida e novas ofertas de negócios. Podendo considerar as necessidades da comunidade local e, principalmente, inserindo-a em todo o processo de desenvolvimento local sustentável.

Isso acontece pelo fato do turismo envolver várias atividades econômicas como as oficinas de artesanato, o comércio, as indústrias de suvenires, os restaurantes, as pousadas, a construção civil, entre outras. O turismo incorpora diversos atores, facilitando a inclusão da comunidade nessas atividades.

Esse trabalho tem como objetivo avaliar as oportunidades criadas pela atividade turística para o desenvolvimento local sustentável em uma comunidade litorânea.

Bem como, verificar as mudanças ocasionadas pela atividade turística na comunidade de Cumuruxatiba, quanto à oferta de trabalho e geração de renda, capacitação profissional, cultura local e preservação da natureza. Identificar, ainda, a participação dos líderes locais em negócios turísticos e na melhoria da qualidade de vida da comunidade local.

Com base nos objetivos de pesquisa, supõe-se que em Cumuruxatiba, a população local não esteja integrada aos empreendimentos turísticos e que o desenvolvimento dessa comunidade depende da incorporação dessa população nas atividades turísticas.

Acredita-se que o turismo seja a principal ferramenta para alcançar o desenvolvimento local de Cumuruxatiba. Trata-se de uma região que convive com grandes problemas sociais, desemprego, altos índices de mortalidade infantil e analfabetismo, entre outros. O turismo, atividade para qual a região tem vocação natural, adquire cada vez maior importância na economia regional como atenuador de parte dos problemas sócio-econômicos.

No capítulo 1 desta dissertação, discute-se do conceito de desenvolvimento local, poder local, sustentabilidade e exclusão social; buscando apreender o processo de desenvolvimento e suas determinações.

Em seguida, no capítulo 2, investiga-se a função do turismo no desenvolvimento local e as mudanças que as atividades turísticas determinam nesse processo.

No capítulo 3 é apresentada a metodologia da pesquisa. Nela encontraremos o caminho percorrido na busca dos dados e de sua sistematização.

A apresentação dos resultados da pesquisa é feita no capítulo 4 que é iniciado com a contextualização de Cumuruxatiba, seguida do perfil dos entrevistados, percepção dos mesmos quanto à importância do turismo; às transformações que a

comunidade vem sofrendo; às expectativas na busca do desenvolvimento local e às relações que ocorrem entre o turismo e o meio ambiente, dando atenção aos atrativos que devem ser divulgados em Cumuruxatiba para promover o turismo.

No capítulo 5, encontram-se as considerações finais do estudo, propostas de intervenções locais e sugestões para futuras pesquisas.

CAPÍTULO 1: DESENVOLVIMENTO LOCAL

O Brasil precisa repensar a sua concepção de desenvolvimento. Muito se fala sobre o aumento do PIB (Produto Interno Bruto) nacional, crescimento das exportações, aumento do capital estrangeiro no país, entre outros, sempre apontando os aspectos econômicos de forma macro, global.

Para propiciar uma real melhoria na qualidade de vida da população, com a redução das desigualdades e da exclusão social, são necessárias políticas que valorizem o local e o torne sustentável.

Esse trabalho optará por defender a necessidade de implantação de políticas desenvolvimentistas, por meio das quais a população participe tanto na sua formulação, quanto na sua aplicação e avaliação.

Serão discutidas as transformações do conceito de desenvolvimento, tendo em vista o desenvolvimento local, a valorização do poder local e a busca na superação das desigualdades e exclusão social.

1.1. DESENVOLVIMENTO:

O conceito de desenvolvimento deixou de ser sinônimo apenas de crescimento e passou a representar mudanças qualitativas na sociedade.

Os projetos de desenvolvimentos tradicionais, centrados na aceleração do crescimento econômico principalmente no setor industrial, possuem ênfase nos resultados macroeconômicos. Marginalizam outros objetivos sociais, como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição eqüitativa da riqueza e a preservação do meio ambiente. Camarotti e Spink (2000) afirmam que as políticas macroeconômicas consideram a pobreza um problema apenas monetário não focalizando o individuo contribuindo assim para a desigualdade e exclusão.

Combatendo essa política macroeconômica tradicional inicia uma discussão sobre o desenvolvimento como processo de integração dos diversos setores sociais que possibilite um planejamento integrado.

Para Kliksberg (2001) há uma reavaliação das relações entre crescimento econômico e desenvolvimento. Na visão convencional supunha-se que, alcançando taxas significativas de crescimento econômico, reduzir-se-ia a pobreza. O crescimento, a partir desta perspectiva, seria ao mesmo tempo desenvolvimento social. Porém, as experiências concretas indicaram que as relações entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento social são muito mais complexas e implicam em muito mais variáveis do que apenas o aumento de receitas.

Desenvolvimento, conceitualmente, é um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores e/ou situações desejáveis para dada sociedade. A partir dessa definição, o desenvolvimento poderia ser entendido com uma ferramenta avaliatória da condição humana, tanto individual quanto coletivamente (BORBA, 2000).

O desenvolvimento deve ser pensado em relação ao seu resultado coletivo, mas deve ser fundamentado no processo individual dos atores. Furtado (2000) afirma que como o desenvolvimento traduz a realização das potencialidades humanas, é natural que empreste à idéia um sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas na medida em que nelas o homem logre satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações. O estudo do desenvolvimento tem, portanto, como tema central a criatividade cultural e morfogênese social.

Este estudo usará o conceito de desenvolvimento proposto por Furtado (2000), por não reduzir o desenvolvimento local como alternativa misericordiosa de melhoria da qualidade de vida das comunidades:

“Enfocar o desenvolvimento como um processo global: transformação da sociedade não só em relação aos meios, mas também aos fins; processo de acumulação e de ampliação da capacidade produtiva, mas também de apropriação do produto social e configuração desse produto; divisão social do trabalho e cooperação, mas também estratificação social e dominação; introdução de novos produtos e diversificação do consumo, mas

também destruição de valores e supressão de capacidade criadora”.
(FURTADO, 2000, p.8)

Observa-se que o desenvolvimento está sempre a procura da apropriação e não da segregação, sendo um processo de crescimento social, econômico, cultural, político e ambiental; aumento da perspectiva de acúmulo e de melhoria. Assim, Kliksberg (2001) afirma que os objetivos finais do desenvolvimento estão relacionados com a ampliação das oportunidades reais dos seres humanos para desenvolver suas potencialidades.

Diante da ampliação do conceito de desenvolvimento, surge o chamado desenvolvimento alternativo defendido por Santos (2002), formulado a partir da análise crítica dos pressupostos e dos resultados dos programas de desenvolvimento convencionais. A origem do debate remonta ao início dos anos 70, nas discussões ocorridas em encontros como: a Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente (1972), o seminário - organizado pela ONU - sobre “Padrões de utilização dos recursos, o Meio Ambiente e as Estratégias para o Desenvolvimento” (1994), no México, a criação da Fundação Internacional de Alternativas de Desenvolvimento (1976), cujas publicações sintetizaram os pilares da conceituação do desenvolvimento alternativo. O debate continuou nos anos 80 e 90 e, hoje, constitui-se em uma das principais fontes de idéias críticas à globalização neoliberal.

Diante desses debates há uma crescente linha de estudos em oposição à ênfase exclusiva aos programas de desenvolvimento baseados na aceleração da taxa de crescimento econômico, entre eles, o desenvolvimento alternativo proposto por Santos (2002) que busca inspirando-se nos valores de igualdade e de cidadania, uma a iniciativa de poder de decisão residindo na sociedade civil, contrariando a idéia de desenvolvimento “de cima para baixo”.

A discussão sobre o desenvolvimento passa então pelo debate de ações que incorporam não somente o crescimento econômico, mas também a inclusão social. Conceitos como espaço local, poder local, capital social, fortalecimento da participação cidadã, sustentabilidade e inclusão social. São os termos que sustentam a visão do novo processo de desenvolvimento, partindo de um pressuposto pensado, planejado e implementado “de baixo para cima”.

1.2. DESENVOLVIMENTO LOCAL:

1.2.1. Antecedentes:

Em essência, os princípios do desenvolvimento local não são novos, enquanto estratégia de desenvolvimento de políticas públicas. Surge no contexto da municipalização que, por sua vez, deriva de um processo maior: a descentralização da administração dos Estados modernos.

No Brasil, remonta às ações de base dos movimentos religiosos politicamente engajados e comprometidos com o desenvolvimento social. Ações como as da Teologia da Libertação, facções ligadas a partidos políticos de esquerda ou, ainda, cidadãos desiludidos com as ações políticas convencionais. Esses movimentos ganharam força a partir dos anos 60 quando, segundo Ferraz (2001), fortaleceu-se com a atuação direta de organismos internacionais junto às comunidades e segmentos sociais específicos; ganharam massa crítica com a emergência da militância pela proteção do meio ambiente e a promoção da qualidade de vida. No centro dos assentamentos rurais, nas organizações de trabalhadores urbanos, na promoção de segmentos econômicos e socialmente excluídos, muitas lideranças surgiram isoladamente com maior ou menor tempo de permanência. A contribuição das grandes instituições internacionais de fomento (PNUD, BID, UNESCO, entre outras) também é importante, na medida em que passam a introduzir mecanismos de controle social nos seus projetos de financiamento. Todos esses agentes e movimentos introduzem uma nova tendência: processos que buscam um desenvolvimento alternativo àquele já conhecido pela sociedade.

Porém, a noção de desenvolvimento local propriamente dita, para Acsehrad (2002), fixou-se no início dos anos 80. A aposta no dinamismo local foi uma das saídas para redirecionar as tendências negativas e as tentativas de desenvolvimento “de cima para baixo”. O desenvolvimento local leva em conta especificidades do território e o enraizamento dos atores – as chamadas “sinergias locais”. É acompanhado, também, por uma mudança de mentalidade caracterizada pelo

empreendedorismo, maior confiança no pragmatismo e nas vantagens do consenso e em novas formas de solidariedade, não necessariamente mediadas pelo Estado.

O debate nacional sobre descentralização administrativa e fortalecimento dos municípios, promovido pela Constituição Federal de 1988, consolidou um momento importante de mudança de perspectiva das ações de desenvolvimento.

A Constituição de 1988 avançou no processo de descentralização e municipalização, em grande medida, ao considerar que as políticas sociais integradas são fundamentais para a garantia da cidadania plena. Dessa forma, os direitos sociais passaram a ser incorporados e legitimados pela Constituição. Cidadãos tornaram-se sujeitos com responsabilidades e direitos, o que possibilitou sua integração de forma plena na comunidade e na vida social do país. Ou seja, para poder exercer sua cidadania, os sujeitos precisam de igualdade de direitos, vínculo empregatício e acesso aos serviços básicos de saúde e educação; fatores que possibilitam melhor qualidade de vida.

Diante da realidade, as políticas públicas, formuladas e executadas pelos próprios municípios, têm a possibilidade de maior adequação às necessidades e diversidades da população local, assim como, serem mais bem controladas e avaliadas pela sociedade local.

Em paralelo à descentralização e à municipalização do Estado brasileiro, o debate internacional sobre a questão do desenvolvimento se desenrolava. Durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO - 92), realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, foi aprovada a Agenda 21, na qual o tema desenvolvimento local sustentável passou a merecer maior destaque. O capítulo 28 do documento, assinado por quase 180 países, prescreve uma metodologia para a promoção do desenvolvimento sustentável. Ele se daria por meio da participação de diversos agentes (governamentais, sociais e empresariais) no planejamento e na execução de ações integradas em determinadas localidades.

Associado ao conceito de desenvolvimento local e, portanto, à idéia de processo, a nova expressão evoca uma ação técnica pontual. Deve conduzir à geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida e, conseqüentemente,

das condições sociais em geral. Ocorre a partir de dentro (endógena), é construída pouco a pouco e de modo articulado, objetivando a construção de um todo harmônico e equilibrado.

A idéia de desenvolvimento local ganha corpo quando agregada à construção de padrões alternativos. Para Silveira (2002), trata-se de uma associação em que as dinâmicas geradoras de desigualdade e exclusão não devem ser desconstruídas pelo alto, nem mesmo substituídas por outros sistemas de fluxos apartados dos lugares. Terreno de reconstrução de identidades e vínculos, de reconfigurações sócio-produtivas e gestação de novas esferas públicas: o local se configura como o campo necessário de resposta e transformação.

O interesse pelas abordagens do desenvolvimento local é crescente no Brasil. Uma grande diversidade de organizações multilaterais, governamentais em todos os níveis, instituições privadas e do terceiro setor reorientam as suas ações sob o enfoque da sustentabilidade e do envolvimento de atores, a partir do resgate da cidadania e geração de emprego e renda.

É importante iniciar essa discussão pelo entendimento do conceito de desenvolvimento local.

1.2.2. Conceito:

O desenvolvimento local é um tema controverso e de pouco consenso, tanto no Brasil quanto no debate internacional. Não é apenas alvo de contestação em termos conceituais, mas também metodológicos. Assim colocado, as tentativas de avaliar ou medir o desenvolvimento econômico produzido pelas intervenções locais, torna-se uma tarefa difícil.

Esse embaraço em sintetizar um único conceito de desenvolvimento local, parte da dificuldade inicial de definir a própria palavra desenvolvimento, como visto no início deste capítulo. Brose (2002, p.208), discutindo os diversos conceitos, destaca que abordagens como “*uma nova forma de intervenção*”, “*uma nova metodologia de ação*”, “*uma nova proposta de atuação do setor público*”, entre

outras, não são satisfatórias para expor com precisão a idéia de desenvolvimento local. Já que o termo não é entendido como crescimento econômico, mas como melhoria da qualidade de vida. Não é nem uma metodologia ou uma forma de atuação, nem tem origem no setor público.

“Desenvolvimento compreende, antes de mais nada, um processo que permeia a história de cada sociedade, que envolve todos os tipos de avanço, retrocessos, conflitos e pactos entre os atores envolvidos, e que gradualmente ao longo do tempo, permite um incremento na qualidade de vida da população”. (BROSE, 2002, p.208).

Considerando o desenvolvimento local como processo, ele passa a ter um planejamento das ações e intervenções no local onde serão implantados. Segundo Milani (2004), o desenvolvimento local implica extravasar o local limitado por espaços geográficos e pensar a sua identificação a partir da desconstrução da falsa antinomia entre micro e macro. O local é um território. Conduz-nos a analisar sua endogenia (o desenvolvimento local torna efetivas e dinamiza potencialidades locais próprias) e as particularidades (fatores locais) do contexto em que se situa. O local é, nesse sentido, construído social e territorialmente; é delimitado pela permanência de um campo estável de interação entre atores sociais, econômicos e políticos.

Um equilíbrio entre as demandas sociais, o desenvolvimento econômico, os recursos disponíveis e a expansão física sobre a natureza circundante é o que o desenvolvimento local tem como pressuposto. A qualidade da gestão, ou seja, os impactos positivos sobre a comunidade e a natureza, a racionalidade na aplicação de recursos e a permanente elevação das condições de vida da população.

Santos e Rodríguez (2002) propõem o conceito de desenvolvimento local de base, ou seja, constituído “de baixo para cima”. A capacidade de decidir sobre esse desenvolvimento não é de exclusividade do Estado ou das elites econômicas. Enxerga-se na sociedade civil, o principal ator no processo de construção coletiva. Tal método cria certo potencial para que o efeito econômico dessas experiências chegue à esfera política e produza um ciclo de crescimento que contrarie as lógicas de exclusão.

O desenvolvimento local é onde se exerce a cidadania e se criam condições para a estruturação de um espaço de interação dos cidadãos, recuperando a iniciativa e a autonomia na gestão do que é público.

Isso acontece porque cada local tem características peculiares, o que impede a aplicação de um único modelo de desenvolvimento local para todas as comunidades; sem que sejam analisadas as características inerentes daquele espaço e daquela cultura.

O desenvolvimento deve ser pensado como uma forma de melhorar as condições de vida das pessoas da comunidade. Assim, parece correto pensar que essa experiência de desenvolvimento local também adote imperativos não econômicos, além de propor um desenvolvimento capaz de produzir transformação social a partir da base, “de baixo para cima” (SANTOS e RODRÍGUEZ, 2002).

Em busca de uma ruptura da situação de inércia da realidade brasileira, Silveira (1999), apresenta o desenvolvimento local como um potencial transformador de geração de novas possibilidades de construção endógena da comunidade.

Já Coelho (2001) considera o desenvolvimento econômico local, como a construção de um ambiente produtivo inovador, no qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e das redes econômicas sociais. Isso posto de tal modo, que seriam ampliadas oportunidades locais; gerado trabalho e renda; atraído novos negócios e criadas condições para um desenvolvimento humano sustentável.

Em relação à importância econômica, Milani (2004) alerta para o fato de que o desenvolvimento local pode ser considerado como um conjunto de atividades culturais, econômicas, políticas e sociais, participantes de um projeto de transformação consciente da realidade local. Neste projeto de transformação social, há um significativo grau de interdependência entre os diversos segmentos que compõem a sociedade (âmbitos político, legal, educacional, econômico, ambiental, tecnológico e cultural) e os agentes presentes em diferentes escalas econômicas e políticas (do local ao global). É fundamental pensar o desenvolvimento local enquanto projeto integrado no mercado, mas não somente: ele é, também, fruto de

relações de conflito, competição, cooperação e reciprocidade entre atores, interesses e projetos de natureza social, política e cultural.

Cada vez mais, percebe-se a necessidade da participação dos atores sociais desde o momento da resolução de pequenos conflitos até a tomada de decisões políticas e públicas. Assim, Ferraz (2001) classifica como desenvolvimento local qualquer iniciativa fundada na animação de atores para a organização e busca de objetivos comuns para a melhoria da qualidade de vida em bases sustentáveis, ou seja, a partir da geração de ocupações e renda.

Moura (2003) assinala duas abordagens de desenvolvimento local – uma cujo foco é a competitividade e outra centrada na problemática da exclusão social. Denomina-se a primeira, *competitiva*, e a segunda, *social*, de acordo com o centro dos discursos e práticas adotadas.

Na primeira abordagem, o objetivo é a inserção competitiva da cidade/região no mercado. Nesse caso específico, as ações tendem a se dirigir, preferencialmente, para médias e grandes empresas. Os principais componentes das iniciativas competitivas de desenvolvimento local são segundo Llorens (2001):

- Desenvolvimento mais equilibrado territorialmente, impulsionando iniciativas de desenvolvimento local e geração de empregos e renda, com vistas ao enfrentamento da pobreza e marginalização;
- Criação de entornos institucionais, econômicos, sociais, políticos e culturais para a impulsão do desenvolvimento potencial local, promovendo a propagação das inovações;
- Reorganização das bases empresariais e implantação de infra-estruturas básicas; além da capacitação de recursos humanos e a criação de sistemas de informações locais.

Já na segunda abordagem, o combate à exclusão social aparece como o eixo norteador e as ações tendem a focar os pequenos empreendimentos e os segmentos que estão à margem do grande mercado. Ou seja, ações visando enfrentar os efeitos da exclusão social podem ser consideradas como um meio para se atingir maior competitividade ou podem assumir caráter estratégico, de forma a

integrarem uma política econômica de fortalecimento da economia popular. Para Fischer (2002):

“Não é possível falar em desenvolvimento local sem referência a conceitos como pobreza e exclusão, participação e solidariedade, produção e competitividade, entre outros que articulam e reforçam mutuamente ou que se opõem frontalmente” (FISCHER, 2002, p. 17).

A segunda perspectiva, também é conhecida por desenvolvimento local solidário ou alternativo, cujas ações de desenvolvimento são citadas por Santos e Silveira (2001):

- inspiram-se nos valores da qualidade e cidadania, isto é, na inclusão plena de setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados, não rejeitando a idéia de desenvolvimento econômico, mas impondo-lhe limites e subordinando-a aos imperativos não econômicos;
- privilegiam a escala local, tanto no objeto quanto na ação social;
- salientam as forças de produção não capitalistas e estratégias econômicas autônomas, com tecnologias apropriadas.

Ambas as visões se juntam no discurso oficial do desenvolvimento local que remete à combinação entre estabilidade e transformação, inovação e permanência, competição e solidariedade – sentidos esses, aparentemente contraditórios – que são manejados, simultaneamente, por interesses coletivos e representados por atores locais em diversas escalas (FISCHER, 2002).

Logo, percebe-se que as estratégias de desenvolvimento local evocam pressupostos explícitos: há formas diferentes e possíveis de atuação, baseadas na mobilização de fatores. Tal conjunto de fatores, até então, não era considerado pelos decididores públicos e privados, uma vez que sua ativação requer criatividade e trabalho articulado na comunidade. A construção progressiva de uma ação continuada, sistemática e fortemente apoiada nos recursos endógenos, em geral restringido para a obtenção de resultados concretos em termos de participação e produção de riquezas, propõe a aplicação de técnicas igualmente diferenciadas.

Assim, além da dimensão político-institucional, a ótica do desenvolvimento local se orienta de forma sistêmica, holística e evolutiva, a partir das interconexões dos resultados entre as dimensões econômica, sócio-cultural e ambiental, conforme as considerações apontadas pelo PNUD / BNDES (apud ZAPATA, 2000):

- resultados econômicos, com adequados níveis de eficiência por meio da capacidade de usar e articular fatores produtivos endógenos para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas locais e integrando redes de pequenos negócios;
- maior equidade social, que se contrapõe ao acelerado processo de apartheid, por meio da maior participação do cidadão e cidadã nas estruturas do poder, tendo como referência a história, os valores e a cultura do território;
- novas institucionalidades que, por meio da expressão política e maior representação dos segmentos sociais, permitam a construção de políticas territoriais negociadas entre os agentes governamentais, do mercado e da sociedade; gerando um entorno inovador, favorável às transformações da economia local e ao resgate da cidadania;
- compreensão do meio ambiente como ativo de desenvolvimento, considerando o princípio da sustentabilidade em qualquer uma das opções transformadoras.

Todos os pontos destacados pelo PNUD / BNDES, reafirmam que o desenvolvimento local é um processo que vai além do crescimento econômico e está relacionado com várias ações e atores interligados. O sucesso só é alcançado quando há uma situação de comprometimento entre todas as partes.

No Brasil, o desenvolvimento local aparece muitas vezes como uma solução para a situação de desigualdade, fortalecendo atuações que visam – principalmente - a inclusão social. Dessa maneira, para Caldas e Martins (2005), a difusão de idéias sobre ações de desenvolvimento local e experiências desse tipo encontra-se em plena expansão no Brasil. A existência de um espaço para a experimentação e a emergência de novas articulações entre os atores sociais e o âmbito local, privilegiam iniciativas dessa natureza. Trata-se de um movimento empreendedor que não reproduz, apenas, formas de produção capitalista e nem está centrado em

empreendimentos controlados pelo Estado. São iniciativas, em geral, cujo princípio é determinado por formas de organização econômica baseadas em ações coletivas de empresas populares e atores sociais de gestão solidária.

A evolução do conceito de desenvolvimento local mostra bem o resgate da importância do ator e da ação social nos processos de transformação de um território, não como unidade geopolítica, mas como um sistema de interdependências, que as estratégias de atores individuais e coletivos contribuem para organizar e valorizar. Da mesma maneira, evidencia-se a relevância do papel do sistema político-administrativo para viabilizar processos de transformação das sociedades locais; além da importância da compreensão das reações dos sistemas organizados diante dos estímulos de um ambiente em evolução.

A variedade das abordagens que privilegiam o espaço, tendo o mérito de resgatar a valorização do local como condição de competitividade e regulação social, deixa outras tantas perguntas – já que devemos considerar a superposição dos espaços e a coexistência de modelos de desenvolvimento diferentes – sobre a mesma temática.

Em outras palavras, lida-se com um processo de diversificação e de enriquecimento das atividades econômicas e sociais locais de um território, a partir da mobilização coordenada dos seus recursos e energias, integrando componentes econômicos, ambientais, sócio-culturais e político-administrativos. Nesse contexto, a disponibilidade de recursos físicos, materiais, humanos, econômico-financeiros e tecnológicos, possuem sua importância acentuada pela capacidade de acelerar o processo de mudanças, ao elaborar sistemas flexíveis de parcerias nos mais diversos níveis de atuação (DOWBOR, 1998).

Brose (2002) sintetiza as definições do desenvolvimento local quando o caracteriza em cinco dimensões: inclusão social, fortalecimento da economia local, inovação na gestão pública, gestão ambiental com uso racional de recursos naturais e mobilização da sociedade.

O desenvolvimento local, assim, mostra a preocupação com a participação da comunidade na busca de melhoria das condições de desigualdade social. Para que

isso ocorra, é necessário: a definição do espaço onde as ações serão desenvolvidas, incentivo e crescimento do poder local como gestor das políticas que serão planejadas e implantadas na localidade.

1.2.3. Espaço Local:

Quando se questiona sobre o espaço local, Bourdin (2001) articula três grandes interrogações: a primeira está relacionada com a constituição do vínculo social e de identidade, a segunda quanto à especificidade do político e a última quanto à articulação entre as diferentes escalas da organização social.

Com relação ao tamanho, cabe comentar que *local* não significa pequeno, do ponto de vista da sua importância. Ao contrário, este espaço é o espaço onde as coisas acontecem; é o alvo das ações.

Aprofundando-se a discussão sobre vínculo e identidade, a cidade aparece como principal construção do espaço local, pois é nele onde as ações são implantadas e o cidadão percebe a dimensão das atuações. Fischer (1996) considera que um sistema de atores articulados pelo cotidiano, hierarquizado pelo poder que detêm (ou pode vir a obter), é uma das formas de representação da cidade; construção e organização coletiva que delimita o espaço local. Nessa realidade, a análise de representação social aparece como conjunto múltiplo de ação coletiva, elaborada em muitas dimensões, plena de significados, construtora de identidades e identificações; a cidade é uma mega organização – real e virtual; concreta e simbólica.

A cidade, a partir daí, começa a ser delimitada pelas identidades sociais dos cidadãos, que passam a defender a delimitação do seu espaço, da sua cultura, das suas trocas e, conseqüentemente, das pessoas que são consideradas parte integrante dos processos sociais. Nela, o poder é constituído e legitimado por aqueles que convivem nesse espaço, permitindo a atuação de órgãos públicos como prefeitura, distritos municipais, câmara de vereadores, entre outros.

Nesse âmbito municipal, como espaço definido territorial e socialmente, é que se concretiza para Junqueira, Inojosa e Komatsu (1998) a integração e a ação intersetorial. Essa interação pode ser construída por meio de um processo dinâmico entre os sujeitos, mediada por novos paradigmas, que devem informar a mudança das instituições sociais e de suas práticas. Semelhante prática de construção é também de aprendizagem, de determinação dos sujeitos e de consciência dos seus direitos como cidadão.

No novo cenário demarcado, as organizações sociais passam a realizar ações pontuais, preocupando-se em alcançar o desenvolvimento da comunidade. Se for na esfera local que os problemas são melhores identificados é, portanto, nela onde se encontram as soluções. Nesta instância, ocorre o atendimento às necessidades, continuidade das ações e melhor envolvimento social.

As localidades podem e devem exercer a sua independência por meio da construção de organizações interligadas e da geração de condições favoráveis ao desenvolvimento. Para autores como Klein (1991), o local constitui uma nova referência de coesão social. A recompensa social em torno do local seria resultado da perda da eficácia reguladora das estruturas e instituições dos Estados - Nação, como unificadores da regulação territorial. O local seria uma resposta a uma tendência real, em que os cidadãos se preocupam com as problemáticas locais. Uma vez entendem a estrutura do poder regional como mais próxima e preocupada com questões relacionadas à sua qualidade de vida.

Bourdin (2001), afirma que o local dá uma resposta, que reduz o Estado às suas funções mais clássicas – garantir a ordem interior e a proteção exterior – privilegia a democratização direta. Essa resposta é econômica, sedutora e admite várias interpretações.

O local oferece uma solução que elege a diversidade, as diferenças, a multiplicidade das escalas e a força das pequenas unidades; que leva a pensar a mundialização como uma obrigação social mais “natural”, fundada nas entidades pequenas e médias que resistem a ela. Isso porque a população não é homogênea. Nem nas necessidades, nem nas aspirações.

Para interferir, respeitando e atendendo as suas peculiaridades, é preciso estabelecer critérios que comparem os grupos populacionais entre si e em relação aos padrões de qualidade; além de permitir o estabelecimento de objetivos e metas que promovam a qualidade de vida, por meio do acesso a bens materiais e imateriais disponíveis na sociedade contemporânea.

Essa nova lógica deve viabilizar a identificação dos problemas e potencialidades dos grupos populacionais em relação aos padrões de qualidade de vida - considerados a partir dos direitos de cidadania - e promover a interferência transdisciplinar, holística, intencional e monitorada, nas questões que estão no espaço de governabilidade do poder local (JUNQUEIRA, INOJOSA e KOMATSU, 1998).

Logo, as possibilidades locais de experimentar e refletir sobre o desenvolvimento local desdobram-se em duas frentes. Segundo Moura (2003), uma de reprodução da lógica capitalista global em escala localizada e outra de experimentações contra-hegemônicas.

O local, enquanto espaço e território reprodutores da lógica do capital, caracteriza-se, segundo Santos e Rodriguez (2002), pela produção, ainda que em escala mais reduzida, de desigualdade de recursos e poder; de formas de sociabilidade empobrecidas, produzidas pela concorrência e pelo estímulo individual advindo da cobiça e do medo e, finalmente, pela exploração crescente dos recursos naturais.

Por outro lado, o local - enquanto espaço e território permeável à produção de experiências de resistência e/ou contra hegemônicas - caracteriza-se por produzir espaços nos quais predominam os princípios da igualdade, solidariedade e respeito à natureza. Santos (1982) considera que:

“Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-lo em classes, em exploradores e explorados; um espaço matéria-inerte que seja trabalhada pelo homem, mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche; um espaço instrumento de reprodução

da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado". (SANTOS, 1982, p.27)

Resumindo, se o local refere-se a um âmbito espacial delimitado (podendo ser identificado como base, território, microrregião) contém, igualmente, o sentido de espaço abstrato de relações sociais que se quer privilegiar. Indica, portanto, o movimento e a interação de grupos sociais que se articulam e se opõem em torno de interesses comuns (FISCHER, 1993).

No local há trocas de relacionamentos, ações, políticas, direitos e deveres. Nessa dimensão, o poder manifesta-se pontualmente em cada situação, privilegiando atores com iniciativas locais. O poder local torna-se a força de identidade e de legitimidade do espaço, sendo fundamental para motivar, alavancar e sustentar as iniciativas da comunidade em busca do seu desenvolvimento.

1.3. PODER LOCAL:

O agir local pressupõe a participação de diferentes atores. Sabe-se da relevância das políticas públicas neste contexto, portanto pergunta-se qual importância do governo municipal e do poder público na consolidação do desenvolvimento local.

Segundo o Banco Nacional do Desenvolvimento Social (BNDES), o governo local, mais do que um agente realizador do desenvolvimento, deve funcionar como articulador e facilitador das ações de desenvolvimento local. Estas ações não podem ocorrer como monopólio do poder público. Pelo contrário, sua eficácia será maior justamente quando o poder público for apenas um dos múltiplos agentes envolvidos no projeto de desenvolvimento local incorporado pela sociedade.

O principal papel do poder público no processo de desenvolvimento local é estimular os elementos que viabilizam a inovação, tornando-a possível. São elas: infra-estrutura intelectual efetiva, força de trabalho instruída e qualificada, qualidade de vida adequada e atraente, ambiente de negócios estimulante, oferta real de

capital de risco, mercado receptivo para novos produtos e processos, compromisso com a modernização industrial, cultura voltada para a industrialização com flexibilidade e cooperação, afora um sistema social que apóie a inovação e a diversidade (BORBA, 2000).

Quando se fala em poder local, além do poder público, estão indicados todos os agentes da comunidade. Todas as pessoas que atuam na localidade a fim de mobilizar, planejar e gerir ações de interesse público.

Assim, o foco na localidade e na articulação entre instituições de diferentes naturezas, implica reconhecer um palco mais ou menos delimitado, onde diferentes atores protagonizam jogos de poder, constituindo, dessa maneira, a noção de poder local. Segundo Fischer (2002, p.13) esta noção remete “às *relações de forças, por meio das quais se processam alianças e conflitos entre os atores sociais, bem como a formação de identidades e práticas de ações específicas*”.

As decisões do poder local conduzem suas comunidades de maneira sóbria e equilibrada, num mundo em constante mutação, levando às mudanças necessárias, com participação ativa da sociedade, para complementaridade e desenvolvimento das potencialidades locais.

A formação dos governos locais deve estar alinhada com o encorajamento de atores locais que promovam a integração da comunidade. Assim, o desenvolvimento local precisa de protagonistas cidadãos que possam efetivar a passagem de uma democracia representativa para uma democracia participativa.

Dowbor (1999) aponta para a contradição crescente entre as formas centralizadas de elaborar, implementar e controlar os projetos; além do fato das necessidades mais prementes do desenvolvimento exigirem grande número de ações de lógica local. É na zona local onde se identifica com clareza as principais ações redistributivas. Enfim, é o lugar que permite a democratização das decisões, na medida em que o cidadão – ator social – pode intervir com muita objetividade e facilidade em assuntos da sua própria vizinhança, dos quais tem conhecimento direto, sem a mediação de grandes estruturas políticas.

Dentro da discussão do poder local, aparece um novo conceito que deve ser compreendido: o de *ator social*. Para Gehlen (1998), conceituar sociologicamente o termo *ator social* significa colocá-lo em posição alternativa de atuação com os outros e com as condições sociais. Posições determinadas pela concepção de mundo, pelo estilo de vida, pelas relações com a natureza, pelo sistema de trabalho e de produção dos bens, pelo religioso, pelas formas de reprodução biológica e social.

Assim, se o fenômeno do poder é simples e universal; seu conceito é fluido e multiforme. Stoppino (1996) define poder como a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos. Analisado no sentido das relações sociais, o poder pode ser entendido tanto como capacidade geral de agir, quanto como capacidade de produzir comportamentos específicos. O poder tem, portanto, um caráter relacional recíproco. Sugere, também, desequilíbrio, no momento em que consente a existência de atores que exercem o poder enquanto outros a ele se submetem. O exercício do poder é um jogo de forças antagônicas em que há dominação eventual, mas que supõe uma margem de liberdade e de possibilidade de ação.

A real participação do poder dentro da idéia de desenvolvimento local está relacionada à sua participação desde a base. Implica, além da descentralização das esferas de força política, na priorização da cultura regional. Dado que, sem significação cultural, a descentralização é ineficiente. A cultura local é que sustenta o poder local. Logo, o governo municipal deve ser entendido como governo da comunidade. Pois, em definitivo, é nos grupos comunitários onde se encontram os geradores mais potentes de compromissos morais e sociais.

A idéia de descentralização passou pela discussão da democratização e da participação. Contudo, para Junqueira, Inojosa e Komatsu (1998) a relação entre descentralização e participação não é de identidade, mas de sinergia. A descentralização é inscrita como condição necessária, embora não suficiente, para desenvolver a participação da população na gestão dos interesses coletivos. Logo, a participação é o fator de viabilização da descentralização.

Nessa dimensão de descentralização, a intersectorialidade aparece como uma nova lógica de suporte para o desenvolvimento local. Refere-se, basicamente, à população; reconhecendo os indivíduos e considerando suas condições peculiares

de vida. As prioridades, aqui, são definidas a partir dos problemas da população, cujo equacionamento envolve ações integradas de vários setores.

Intersetorialidade para Junqueira, Inojosa e Komatsu (1998) é entendida como a articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações, com o objetivo de alcançar resultados integrados em situações complexas, visando um efeito sinérgico no desenvolvimento social. Visa promover um impacto positivo nas condições de vida da população, em um movimento de reversão da exclusão social.

Os conceitos de intersectorialidade e descentralização aproximam-se, na medida em que o último é compreendido como a transferência do poder de decisão para as instâncias mais próximas e permeáveis à influência dos cidadãos. O primeiro diz respeito ao atendimento das necessidades e expectativas desses mesmos cidadãos de forma sinérgica e integrada. Ambos devem considerar as condições territoriais, urbanas e de meio-ambiente dos micro-espacos que interagem com a organização social dos grupos populacionais (JUNQUEIRA, INOJOSA e KOMATSU, 1998).

A articulação entre ambos – descentralização e intersectorialidade – referidos ao processo de desenvolvimento social, constitui um novo paradigma para a gestão do local.

Reafirmando a necessidade da comunidade nesse processo de descentralização do poder, Dowbor (1999) assevera que o instrumento básico do poder local é a participação comunitária. Semelhante participação adquire importância de primeiro plano, como mecanismo complementar de outras transformações concomitantes. Trata-se da descentralização, do planejamento municipal. São esses diversos sistemas de participação das comunidades, nas decisões referidas ao espaço de vida do cidadão, que dão corpo ao chamado *poder local*.

Poder local, então, é a base onde se equilibra o tripé: desenvolvimento local, capital social e sustentabilidade. Isso porque é a partir do poder local que a

comunidade passa a comandar e planejar as ações de desenvolvimento. Sem esse poder nas mãos dos cidadãos, o desenvolvimento local fica fragilizado.

1.4. SUSTENTABILIDADE:

Observaram-se, durante as discussões desse capítulo, as mudanças pelas quais o conceito de desenvolvimento atravessou. Notou-se a necessidade de um crescimento completamente diferente daquele que vem ocorrendo. É preciso reduzir o abismo existente no processo de polarização de riquezas, melhorarem a distribuição de renda e alterar técnicas de produção que não estejam de acordo com a preservação de recursos.

Inicia-se uma conscientização da insustentabilidade do estilo de desenvolvimento das nações ricas e da impossibilidade de sua universalização, assustando e alertando para a necessidade de se rever os processos e atitudes existentes até então. Nesse contexto que Viotti (2001) afirma o surgimento no fim do século XX, uma nova idéia força que progressivamente mobiliza as nações: o desenvolvimento sustentável. Um novo estilo de desenvolvimento que tem como meta a busca da sustentabilidade social e humana.

A construção dessa nova política precisa, não só superar as limitações que a herança do velho estilo de desenvolvimento nos deixou, como também, construir as bases técnicas e científicas necessárias à sustentabilidade social, ecológica, econômica, espacial, política e cultural.

Assim, para Leff (2002), o princípio de sustentabilidade surge no contexto da globalização como marca de um limite, um sinal de reorientação do processo civilizatório da humanidade. E, dentro dessa realidade, a crise ambiental veio questionar a racionalidade e os paradigmas teóricos que impulsionaram e legitimaram o crescimento econômico, negando a natureza.

O princípio de sustentabilidade implica, na visão de Bartholo e Bursztyn (2001), em incorporar o horizonte da intervenção transformadora do mundo da

necessidade, o compromisso com a perenização da vida. Isso requer um acervo de conhecimentos e de habilidades de ação para a implementação de processos tecnicamente viáveis e eticamente desejáveis. Tal acervo constitui o conjunto das tecnologias da sustentabilidade, que se traduzem em ordenações sistematizadas de modos diferenciados de interação.

Esses saberes e habilidades, desenvolvidos pelo princípio de sustentabilidade, são identificados por Sachs (2002) por meio de cinco dimensões simultâneas, que todo planejamento sustentável precisa levar em conta:

I) *Sustentabilidade social*: é entendida como a criação de um processo de desenvolvimento, sustentado pelo crescimento e subsidiado por uma visão do que seja uma sociedade boa. A meta é construir uma representação sobre o que seja uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens, de modo a reduzir o abismo entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres.

II) *Sustentabilidade econômica*: possível por meio da alocação e do gerenciamento mais eficiente dos recursos, e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. A eficiência econômica deve ser avaliada em termos macro sociais e não, apenas, a partir do critério de rentabilidade empresarial de caráter microeconômico.

III) *Sustentabilidade ecológica*: precisa ser melhorada, intensificando o uso potencial de recursos dos diversos ecossistemas, com o mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida. Admitindo que haja limitação no consumo de combustíveis fósseis e de outros recursos e produtos facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente. Substituição por recursos, os produtos renováveis e/ou abundantes, usados de forma não agressiva ao meio ambiente. Redução do volume de resíduos e de poluição, por meio da conservação da energia e de recursos da reciclagem. Promoção da auto limitação no consumo de matérias por parte dos países ricos e dos indivíduos de todo o planeta; intensificando a pesquisa para obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento geral. Definição de normas para adequada proteção ambiental, desenhando a máquina institucional e selecionando o composto de instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários para seu cumprimento.

IV) *Sustentabilidade espacial*: voltada para a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e melhor distribuição dos assentamentos urbanos e das atividades econômicas. Para tanto, reduzindo a concentração excessiva nas áreas metropolitanas, freando a destruição de ecossistemas frágeis, porém de vital importância. Promovendo a agricultura e a exploração agrícola de florestas, por pequenos agricultores, através de técnicas modernas e regenerativas. Explorando o potencial da industrialização descentralizada, acoplada a nova geração de tecnologia, com referência espacial às indústrias de biomassa e seu papel na criação de oportunidades de emprego não-agrícola nas áreas rurais. Uma nova forma de civilização baseada no uso sustentável de recursos renováveis não é apenas possível, mas essencial. E, finalmente, criar uma rede de reservas naturais e de biosfera, para proteger a biodiversidade.

V) *Sustentabilidade cultural*: inclui a procura de raízes endógenas nos processos de modernização e sistemas agrícolas integrados. Processos que busquem mudanças dentro da comunidade cultural e que traduzam o conceito normativo de eco desenvolvimento, em conjunto com soluções específicas para o local. Sejam o ecossistema, a cultura e a área.

Essas cinco dimensões são vistas conjuntamente e não podem ser trabalhadas de maneira isolada, já que uma se reflete na outra. A sustentabilidade torna-se um princípio necessário ao debate do desenvolvimento da localidade, quando se preocupa com a melhoria da qualidade de vida da população não só em curto prazo, mas também em longo prazo; considerando o não comprometimento das gerações futuras.

A passagem do atual mundo desintegrado para outro em que o desenvolvimento seja sustentado (com implícita melhoria da qualidade de vida), exige radical migração da situação presente de insustentabilidade planetária para um novo modelo civilizatório local.

Daí surge o desafio de gerar estratégias que permitam articular as economias locais com a economia de mercado nacional e mundial, preservando a autonomia cultural, as identidades étnicas e as condições ecológicas para o desenvolvimento

sustentável de cada comunidade, isto é, integrando as populações locais em um mundo diverso e sustentável.

Dentro dessa discussão, observa-se que a construção de uma sustentabilidade não é fácil, uma vez que a insustentabilidade atual é resultante do conhecimento superado e inadequado de que o meio ambiente absorve todos os impactos gerados pelo homem.

Esse processo em construção demonstra que todos os agentes locais estão em constante troca com o ambiente. Isso implica dizer que as mudanças devem ser pensadas em total perspectiva espacial, já que dentro do ambiente tudo se encontra interligado e dependente entre si.

Toda formação social e todo tipo de desenvolvimento estão fundados num sistema de valores, em princípios que orientam as formas de apropriação social e transformação da natureza. A racionalidade ambiental incorpora, assim, as bases do equilíbrio ecológico como norma do sistema econômico e condição de um desenvolvimento sustentável; da mesma forma que se fundem os princípios éticos (respeito e harmonia com a natureza) e os valores políticos (democracia participativa e equidade social). Ambos os paradigmas, abordagem ética e ação política, constituem os novos fins do desenvolvimento e se entrelaçam como normas morais nos fundamentos materiais de uma racionalidade ambiental. Desse modo, Leff (2002, p.85) argumenta que, para a conservação da racionalidade ambiental, deve-se respeitar uma nova ética. Um juízo em que se manifestem os comportamentos humanos em harmonia com a natureza; com princípios de vida democráticos e com os valores culturais que dão sentido à existência humana.

Em linhas gerais, um conjunto de práticas sociais que transformam as estruturas do poder associadas à ordem econômica estabelecida; mobilizando um potencial ambiental, social, político e cultural, para a construção de uma racionalidade social alternativa.

A partir desta perspectiva, o capital social ganha destaque. Refere-se ao fato de que toda sociedade detém certo acervo de valores e cultura. A esses se agregam outros elementos intangíveis, mas de grande peso, como as redes que entrelaçam

os esforços dos atores sociais com as metas de interesse coletivo. Pesa, do mesmo modo, o “pluralismo organizacional”, ou seja, os modos de organização das sociedades que permitem maior flexibilidade para responder a diferentes desafios.

Dessa maneira, o capital social, trabalhado em conjunto com a sustentabilidade torna o processo mais articulado com os atores sociais. Putman (1994), afirma que o grau de confiança existente entre os atores sociais de um dado grupo, as normas de comportamento cívico praticadas e o nível de associatividade, são os elementos que o caracterizam. Esses elementos são comprovadores da riqueza e da fortaleza do tecido social interno de uma sociedade. A confiança atua como um economista de conflitos potenciais, limitando o embate entre opiniões distintas. As atitudes positivas, em matéria de comportamento cívico, vão desde cuidar de espaços públicos ao pagamento dos impostos. É, em grande medida, toda conduta que contribui para o bem-estar geral. A existência de altos níveis de associacionismo indica que é uma sociedade com capacidade para atuar cooperativamente, armar redes, acordos e sinergias.

O capital social torna-se um motivador, uma alavanca para o crescimento das relações entre as pessoas e consigo próprio. Aumenta a confiança, a fidelidade, a cooperação e a integração dentro da comunidade. Assim, Hirschman (1984), propõe que o capital social é o único tipo de capital que não diminui ou esgota com seu uso. Pelo contrário, cresce na medida em que é acionado. Pode-se dizer que o capital social só desaparece quando não é utilizado durante os processos individuais e coletivos.

A sinergia entre o capital social e a sustentabilidade permite a construção de vínculos de confiança, cooperação e solidariedade, preocupados com as trocas atuais e com as gerações futuras. Tem-se o compromisso de planejar um desenvolvimento alinhado com as características locais; que respeite a cultura e busque a sustentabilidade da comunidade.

A Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS, 2005), com vistas à obtenção do crescimento planejado, propõe o alcance de metas como:

- A satisfação das necessidades básicas da população;

- A solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver);
- A participação da população envolvida (todos devem se conscientizar das necessidades de conservação do ambiente e de responsabilização com a parte que lhe cabe para tal);
- A preservação dos recursos naturais;
- A elaboração de um sistema social que garanta emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação do preconceito e do massacre de populações oprimidas como, por exemplo, os índios);
- A efetivação dos programas educativos.

Para se alcançar as metas citadas, é necessária uma gestão sustentável dos recursos naturais e o respeito à cultura local. São ambas as condições indispensáveis à sua concretização, adotando posturas mais abrangentes dos governos e da sociedade. Para que a implementação das estratégias proponentes de sustentabilidade seja estabelecida, segundo a Agenda 21 (1992, p. 44), é preciso que se considerem as seguintes premissas: (i) participação; (ii) disseminação e acesso à informação; (iii) descentralização das ações; (iv) desenvolvimento da capacidade institucional; (v) interdisciplinaridade na abordagem da gestão de recursos naturais, promovendo a inserção ambiental nas políticas setoriais.

O desenvolvimento local sustentável requer, dessa maneira, o planejamento local e participativo, no plano micro, das autoridades locais, comunidades e associações de cidadãos envolvidos na proteção da área. Assim, segundo Sachs (2002):

“É necessário uma combinação viável entre economia e ecologia, pois, as ciências naturais podem descrever o que é preciso para um mundo sustentável, mas competem à ciência social as articulações das estratégias de transição rumo a este caminho” (SACHS, 2002, p. 60).

Para Leff (2002), o conceito de local implica, pois, além de um equilíbrio entre crescimento econômico e conservação da natureza, a possibilidade de mobilizar o potencial eco tecnológico. A criatividade cultural e a participação social para construir formas diversas de um desenvolvimento sustentável, igualitário, descentralizado e auto gerido; capaz de satisfazer as necessidades básicas da

população, respeitando sua diversidade cultural e melhorando sua qualidade de vida. Para tanto, é indispensável à transformação dos processos de produção, dos valores sociais e das relações de poder; com o objetivo de constituir uma nova racionalidade produtiva com a gestão participativa da cidadania.

Logo, para alcançar o desenvolvimento local sustentável é preciso analisar a variedade e a intensidade dos problemas globais. Eles são, em larga escala, um sério desafio às instituições existentes e aos métodos dos quais fazemos uso atualmente para administrar os negócios. Devemos, ainda, considerar algumas áreas para as quais idéias e métodos inovadores podem indicar melhoria no gerenciamento dos problemas globais. Incluem-se no rol: ciência, tecnologia, educação, valores e padrões éticos, contabilidade dos recursos naturais, governos nacionais, organizações internacionais, negócios, indústrias e organizações não-governamentais.

Sintetizando, o relatório sobre desenvolvimento mundial de 1992, realizado na ECO-92, sugere uma tríplice estratégia para enfrentar o desafio do desenvolvimento sustentável:

- *Valer-se dos vínculos positivos*: as políticas favoráveis ao crescimento promovem o uso eficiente dos recursos, a transferência tecnológica e mercados que funcionam melhor – e tudo isso contribui para que se chegue a soluções para os problemas ambientais. A elevação das rendas possibilitará investimentos na melhoria do meio ambiente. Políticas eficazes de redução da pobreza ajudarão também a aplacar o aumento populacional e trarão recursos e conhecimento aos excluídos, capacitando-os.
- *Romper os vínculos negativos*: a elevação das rendas e os avanços tecnológicos possibilitam o desenvolvimento sustentável, mas não o garantem. Geralmente são necessários também outros incentivos, que captem o verdadeiro valor do meio ambiente, para que se possa agir de modo a causar-lhe menos danos. São fundamentais políticas e instituições ambientais eficazes.
- *Definir e administrar vínculos duvidosos*: ainda não se compreende totalmente as conseqüências das relações entre a atividade humana e o meio ambiente,

sempre haverá surpresas. É, portanto, necessário investir em informação; além de adotar medidas preventivas.

A sustentabilidade, junto ao poder local e a formação do capital social, passam a incorporar os projetos de desenvolvimento local. Enriquecendo o planejamento de ações que protejam o meio ambiente e a comunidade; respeitando recursos naturais a fim de não comprometer, mas sim desenvolver, as gerações futuras.

O desenvolvimento local torna-se a principal alternativa para o alcance de melhorias efetivas para comunidades locais, onde a exclusão social é marcante. O debate sobre a inclusão social é muito mais vigoroso quando se dá no âmbito de uma localidade. Quando considera suas características culturais, ambientais e sociais; dando margem para um processo de incentivo do desenvolvimento “de baixo para cima” buscando a sustentabilidade no longo prazo.

1.5. EXCLUSÃO E INCLUSÃO SOCIAL:

A realidade brasileira, marcada por grandes desigualdades sociais, que implica em um processo crescente de exclusão social. Diante disso, o debate da exclusão social, é importante para propor meios que viabilizam a inclusão de comunidades marcadas pela pobreza, pela desigualdade social.

Santos (1999) cita Marx como um dos teóricos da desigualdade no mundo capitalista. Para ele:

“A relação capital / trabalho é o grande princípio de integração social na sociedade capitalista, uma integração que assenta na desigualdade entre o capital e o trabalho, uma desigualdade classista baseada na exploração”. (SANTOS, 1999, p.2).

Ainda para Santos (1999), se Marx é o teórico da desigualdade, Foucault é o teórico da exclusão. Se a desigualdade é um fenômeno socioeconômico, a exclusão é, sobretudo, um fenômeno cultural e social.

A exclusão e a inclusão social são concebidas, segundo Foucault (1979), como conceitos inseparáveis: a exclusão é, permanentemente, comparada com um cenário de algo que está incluído. O objetivo é o de estudar as distinções, diferenciações e divisões que qualificam e desqualificam os indivíduos (e grupos) para a ação e participação. O que está em jogo é a questão da identidade e as formas como os sistemas produzem a incorporação do sujeito como cidadão.

O debate sobre a exclusão é parte integrante de um amplo processo histórico que acompanha a evolução da humanidade. Um exemplo de sua manifestação pode ser observado no século XVIII, quando o pensador Jean-Jacques Rousseau pronunciou-se a respeito da desigualdade entre os homens. A partir de sua obra “Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens”, em 1755, foram lançadas às bases que seriam, mais tarde, associadas ao conceito de exclusão. Mesmo sem ter utilizado o termo exclusão, Rousseau identificou dois tipos de desigualdades. A desigualdade natural ou física se originaria nas dessemelhanças existentes entre os indivíduos da espécie humana, tais como sexo, raça, idade e saúde. A segunda delas, a desigualdade moral ou política, estaria relacionada à estrutura de organização da sociedade, capaz de permitir a existência de alguns em detrimento de outros como, por exemplo, ser rico e pobre, poderoso ou fraco. Assim, Rousseau afirmava que o segundo tipo de desigualdade fora produzida pela instituição da propriedade privada, idéia incorporada por Marx no século seguinte.

É interessante constatar que o reforço à exclusão social enquanto conceito, para Sposati (1999), aparece ao mesmo tempo em que a sociedade se torna recessiva econômica e socialmente, a partir da regulação neoliberal que é mundializada na segunda metade da década de 70. A exclusão social assume não só o caráter de conceito/denúncia, como também quebra da cidadania até então difundida no Primeiro Mundo. Acrescenta-se a essa consideração o fato que a segunda metade do século XX, é marcada mundialmente pela defesa do direito à diferença.

Assim, a noção de igualdade só se completa se compartilhada com a noção de equidade. Não basta um padrão universal, se este não comprometer com o direito à diferença. Não se trata de um padrão homogêneo, mas equânime.

Sintetizando, a exclusão é apontada por Bonetti (1998) como decorrente de uma mudança na estrutura social; da perda de possibilidade de participação quer na estrutura produtiva, quer na cultural. Os sujeitos sociais são submetidos a uma homogeneização provocada pelas políticas públicas.

Hoje, a exclusão social possui inúmeras definições e conceitos, embora muitos deles genéricos. Castel (1995), por exemplo, considera a exclusão social como uma ruptura de vínculos sociais lábeis. Também, pode-se dizer, segundo Escorel (1995, p.6) que o “*conceito de exclusão social é reservado para definir situações e condições nas quais há um processo social ativo de discriminação, estigmatização e expulsão de um conjunto de âmbitos sociais não determinados por decisões individuais*”.

O termo *excluir* segundo Bonetti (1998) significa mais do que separar segregar, discriminar grupos sociais por determinadas características, marginalizar, mas desconsiderar a existência humana. *Excluir* significa criar e perpetuar condições sociais que tornam permanente o ato de morrer. Para a autora, a exclusão se manifesta no contexto social (pela fragilidade que estabelece no âmbito das relações humanas), no contexto cultural (pelo estigmatizar simbólico e descaso em relação às representações sociais), no contexto humano (pela desconsideração da pessoa, quando ela se encontra sem função social alguma) e no contexto político (pelo desrespeito aos direitos fundamentais do homem).

A exclusão se dá, efetivamente, para todos que se encontram fora dos circuitos das trocas sociais, pessoas que não entraram nos círculos habituais do trabalho e da sociabilidade ordinária, vivendo isoladas. Na maior parte dos casos, a exclusão nomeia situações que traduzem uma degradação relacionada de como se vivia em um momento anterior. Essa a situação vulnerável é, por exemplo, de quem vive do trabalho precário, ou que ocupa uma moradia de onde possa ser expulso a qualquer instante (CASTEL, 1998).

Para Pochman (2003), além da indicação quantitativa para a definição de exclusão (em relação ao acesso à educação, ao trabalho, à renda, à moradia, ao transporte e à informação, entre outros), cresce a importância da qualidade. Pois a simples constatação sobre a importância do acesso a um bem ou serviço não é

suficiente para compreender a superação da condição de exclusão. Tornando-se fundamental medir a qualidade e o resultado desse acesso. Assim, o fenômeno da exclusão surge não apenas para aqueles segmentos sociais que já estiveram incluídos em algum momento histórico, mas também para aqueles que jamais estiveram incluídos. Nesse sentido, a exclusão passa a reunir tanto segmentos sociais deserdados de uma condição de vida digna (que numa situação anterior tinham um emprego adequado e renda decente e agora convivem com o desemprego e a ausência de renda), como segmentos sociais despossuídos de situação prévia de inclusão (ou seja, que nunca tiveram acesso, por exemplo, a um emprego adequado).

Logo, a exclusão social assume características de natureza política e econômica. Faz com que alguns segmentos sociais sejam algo, porque têm. Faz com que outros não sejam, porque não têm. E, possivelmente, jamais serão, quando nunca haverão de ter. Em suma, as raízes da exclusão social estão inseridas nos problemas gerais da sociedade.

A falta de estrutura social, cujo caráter de exclusão é vetor resultante, desprivilegia o homem em seus aspectos social, humano, cultural e espacial. O desenvolvimento deve ser buscado como meta de inversão da exclusão para inclusão. E, para que isso aconteça, a desigualdade e a pobreza devem ser vistas como gargalos ao sucesso do processo de desenvolvimento social.

1.5.1. Desenvolvimento local e fim da exclusão social:

Os resultados limitados de muitas políticas públicas de desenvolvimento, até agora aplicadas, sugerem que os marcos conceituais em que se apóiam apresentem graves insuficiências. É preciso passar da mudança imaginada para imaginação de mudança. Necessitam-se, urgentemente, de abordagens que, partindo de análises rigorosas das causas de deteriorização, cheguem às alternativas de ação.

Torna-se muito difícil, com a lógica fragmentada por meio das quais as políticas sociais são desenvolvidas, promover condições de inclusão social que não tropecem em itens isolados. É preciso considerar o conjunto de direitos relacionados

entre si. O alcance de uma condição isolada, além de mais difícil, não promove a inclusão dos indivíduos e, freqüentemente, perde até o seu próprio objetivo social.

Surge, assim, outra questão relevante no debate da exclusão: o conceito da cidadania. *Cidadão* é aquele que tem participação na sociedade e na produção; acesso igualitário aos serviços sociais básicos como educação, saúde e segurança. *Cidadão* é aquele que, mesmo diferente no ponto de vista cultural, físico e religioso, das habilidades profissionais, etc., tem participação na produção e acesso a todos os serviços básicos já relacionados. *“A exclusão social, onde quer que ela se manifeste, resume-se na exclusão do direito à cidadania”*. (BONETTI, 1998, p.39).

Confirmando essa relação entre exclusão e cidadania, Sposati (1999, p. 128) considera que *“o conceito de exclusão social, hoje, confronta-se diretamente com a concepção de universalidade e com ela a dos direitos sociais e de cidadania. A exclusão é a negação da cidadania”*.

Ao se debater com o conceito de cidadania, é importante considerar o Estado. Nesse sentido, Kliksberg (1997, p. 65) alerta para a necessidade de redesenhar o papel estatal. Propõe um modelo que substitua o Estado burocrático, alheio aos seus cidadãos, impenetrável, que não estimula a participação, de estilo gerencial autoritário. Entre os traços institucionais e gerenciais básicos do Estado redesenhando, o “Estado inteligente”, destaca-se o fato de que: o governo central deve concentrar-se na aplicação de um processo eficiente de formulação, monitoramento, avaliação e retroalimentação das políticas públicas. Seria propósito, ainda, descentralizar a ação do Estado, dando origem a um “Estado rede”, em lugar de um “Estado pirâmide”; desenvolvendo capacidades para a administração intergovernamental, modelos organizacionais flexíveis, novo estilo gerencial público com revalorização do pessoal e enfoque no cidadão.

Os pontos levantados por Kliksberg coincidem com as práticas defendidas para o desenvolvimento local sustentável. Confirmando a tendência da visão local para alcançar o desenvolvimento sustentável.

Contudo, a questão da inclusão não está resolvida e, Sposati (1999), propõe quatro utopias para inclusão social, que devem estar presentes no planejamento do desenvolvimento local:

1. *Autonomia* - é compreendido como a capacidade e possibilidade de o cidadão suprir suas necessidades vitais, especiais, culturais, políticas e sociais, sob as condições de respeito às idéias individuais e coletivas, supondo uma relação com o mercado, em que parte das necessidades deve ser adquirida, e com o Estado, responsável por assegurar outra parte das necessidades. Abrange a possibilidade de exercício de sua liberdade, tendo reconhecidas a sua dignidade e a possibilidade de representar pública e particularmente os seus interesses, sem ser obstaculizado por ações de violação dos direitos humanos e políticos ou pelo cerceamento à sua expressão. Sob esta concepção, o campo da autonomia inclui desde o mínimo de sobrevivência até necessidades mais específicas, como a de usufruir de segurança social e pessoal, mesmo quando na situação de recluso ou apenado. É este o campo dos direitos humanos fundamentais.

2. *Qualidade de vida* - envolve duas grandes questões: a qualidade e a democratização do acesso às condições de preservação do homem, da natureza e do meio ambiente. Assim, qualidade de vida é a possibilidade de melhor distribuição – e usufruto – da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo, de respeito ao homem e à natureza, com menor grau de degradação e precariedade.

3. *Desenvolvimento humano* - a possibilidade de todos os cidadãos melhor desenvolverem seu potencial, com menor grau possível de privação e sofrimento; a possibilidade da sociedade usufruir coletivamente do mais alto estágio de capacidade humana.

4. *Equidade* - é o reconhecimento e a efetivação, com igualdade, dos direitos da população, sem restrição de acesso a eles, nem geração de estigmas sobre as diferenças que conformam os diversos segmentos sociais. Assim, equidade é entendida como possibilidade de que as diferenças sejam manifestadas e respeitadas, sem discriminação. É, acima de tudo, uma condição que favorece o

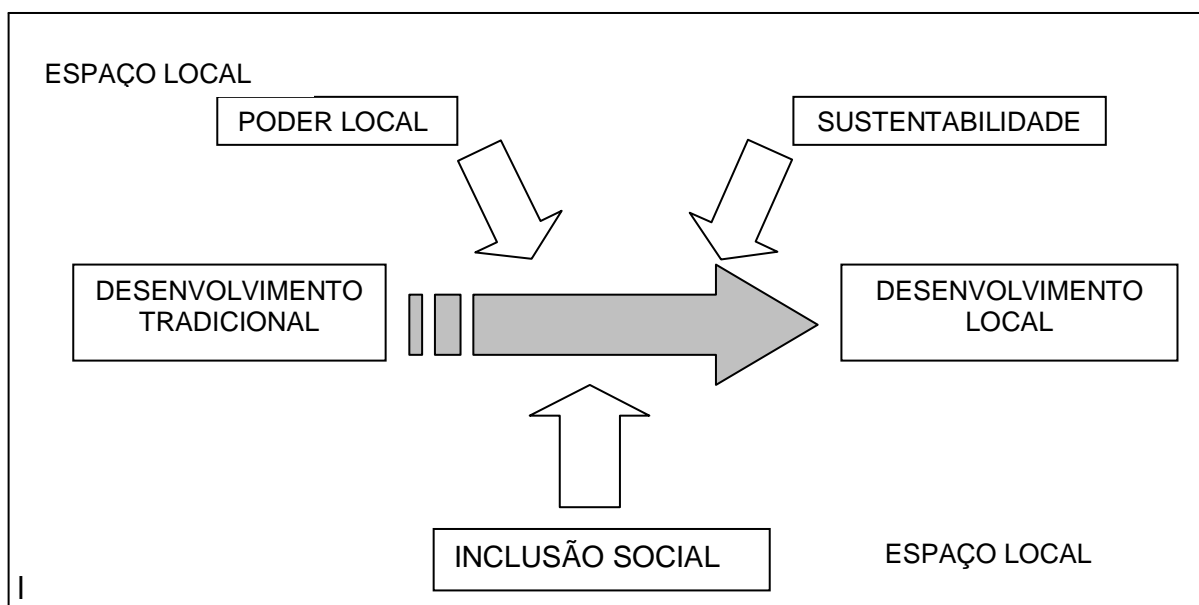
combate das práticas de subordinação ou preconceito em relação às diferenças de gênero, política, ética, religiosidade, cultura e de minoria.

Essas quatro utopias devem ser pensadas, planejadas e incorporadas às políticas que buscam o desenvolvimento local, uma vez que reconhecem a necessidade de trabalhar a realidade do lugar, buscar melhorias na qualidade de vida e alcançar o desenvolvimento humano para toda a sociedade, de forma equilibrada.

A inclusão social é um dos pilares para se alcançar o desenvolvimento local. Sem inclusão, as melhorias atingidas tornam-se benefícios de poucos, não gerando a sustentabilidade, a integração, a descentralização do poder e o fortalecimento das relações apoiadas no capital social.

A fim de visualizar de que forma se dá a transformação de um processo de ações que implementam o desenvolvimento tradicional, baseado na verticalização de políticas tanto sociais quanto econômicas, culturais e ambientais “de cima para baixo” para um processo de mudança que privilegia o espaço como território de atuação, de impacto e de planejamento, ou seja, um processo de ações elaboradas na lógica oposta, “de baixo para cima” a fim de alcançar um desenvolvimento local eqüitativo e sustentável para a comunidade.

Figura 1: Síntese do Conceito de Desenvolvimento Local:



A transformação do desenvolvimento tradicional para o local acontece quando há uma incorporação dos conceitos de poder local, sustentabilidade e inclusão social, sendo todos pensados em uma amplitude territorial, ou seja, dentro do espaço local. Isso significa que a passagem do tradicional para o local é muito mais do que área de atuação, mas principalmente é uma mudança de enfoque, de objetivo, de planejamento e de atores. O desenvolvimento local requer mobilização, participação e envolvimento da comunidade, pois apenas com isso as ações efetivamente serão pensadas e implementadas de “baixo para cima” com a busca da inclusão social, da sustentabilidade e do fortalecimento dos poderes locais.

No desenvolvimento local a atuação da comunidade torna-se fundamental para discutir, planejar e implantar ações que efetivamente transformem positivamente a localidade. O turismo, nesse enfoque torna-se uma atividade que - se bem planejada - pode fomentar ações que privilegiam o processo de desenvolvimento local sustentável.

CAPÍTULO 2: TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O aumento do tempo livre, o barateamento das passagens aéreas, a segmentação do mercado turístico focalizado nas preferências dos consumidores e a melhora nas tecnologias de comunicação, são alguns dos fatores que podem ser citados como impulsionadores do crescimento turístico. Além disso, em comparação com outras atividades produtivas, esse setor necessita de menores investimentos, uma vez que se apropria dos recursos naturais já existentes, como praias, reservas naturais, rios, etc.

Coelho e Fernandes (2002) afirmam que as atividades de viagens e turismo são geradoras de trabalho e empregam estimadamente 100 milhões de pessoas no mundo, principalmente em pequenas e médias empresas, com a criação de 1,5 vezes mais empregos do que em qualquer outro setor industrial.

Corroborando com essa afirmativa, Palomo (apud RUSCHMANN, 1997, p.25), declara que o turismo tem contribuído, principalmente, no sentido de criar renda e empregos em locais economicamente debilitados. Além disso, aponta outros efeitos da atividade nos níveis sociais e de vida das populações receptoras: incremento da renda dos habitantes, elevação dos níveis cultural e profissional da população, expansão do setor da construção, modificação positiva da estrutura econômica e social e atração de mão-de-obra de outras localidades.

O Brasil, com seus mais de 8 milhões de Km², imensa costa marítima, inúmeros rios e florestas, variedade de fauna e flor, além de grande diversidade cultural e folclórica, possui um enorme potencial turístico.

Apesar desse potencial, enquanto o Brasil recebia, em 2001, 4,8 milhões de turistas, a França, o principal destino mundial, recebia 76,5 milhões de visitantes. A participação brasileira, em relação ao turismo mundial, limitou-se a 0,53% em 2003 (EMBRATUR, 2004).

A promoção do turismo no Brasil constitui uma oportunidade para o desenvolvimento local sustentável, na medida em que aproveita as potencialidades locais, proporciona a geração de empregos, estimula a criação de renda e contribui para a redução das desigualdades sociais (RODRIGUES, 2000).

Assim, o turismo pode ser considerado como uma alternativa econômica capaz de alavancar o desenvolvimento local de regiões socialmente excluídas. Entretanto, para que alcance os objetivos desejados, ele deve ser planejado para que se torne uma atividade sustentável. O mais importante é que ele seja concebido de forma que beneficie as comunidades locais, contribua para a equidade social, mantenha uma relação harmoniosa com a cultura e o patrimônio locais e, finalmente, preserve o meio ambiente para as gerações futuras.

Do ponto de vista conceitual pode-se pensar o turismo segundo WTO¹ e UNSTAD² como: “*as atividades das pessoas que viajam ou permanecem em lugares que não o seu ambiente normal por não mais que um ano consecutivo, por lazer, trabalho ou outras razões*” (EMBRATUR, 1994).

Logo, o turismo é uma atividade multidimensional e multifacetada, que tem contato com muitas vidas e atividades econômicas diferentes. Não é surpreendente, portanto, que tenha se mostrado difícil de definir (COOPER, 2001).

A palavra *turista* apareceu pela primeira vez na língua inglesa no início do século XIX, e, quase dois séculos mais tarde, não se têm um acordo sobre sua definição. De certo modo, isso reflete não apenas a complexidade do tema, mas também sua existência imatura no campo de estudo.

Na língua inglesa, segundo Lickorish e Jenkins (2000), os turistas eram referidos originalmente como *viajantes*. Recentemente, turismo se tornou termo universal, que descreve o movimento de pessoas que saem do local de sua residência permanente para uma estada temporária em outro local. As atividades dos viajantes e os gastos nessa mudança de localidade como transporte, acomodação, serviços e atividades no destino visitado, formam o negócio turístico e representam o impacto econômico deste segmento.

¹ World Tourism Organization (WTO)

² United Nations Statistical Commission (UNSTAT)

Para Rifkin (2001), o turismo se transformou em um negócio formal nas mãos de Thomas Cook que, na década de 1840, foi o primeiro a fazer pacotes de turismo, organizando uma excursão barata de trem para centenas de membros da sociedade. Cook trouxe a experiência cultural de viagem e o turismo ficou ao alcance das pessoas, introduzindo uma revolução comercial, cujo potencial pleno só agora começa a ser medido na economia global.

No Brasil, o principal marco do início da atividade turística aconteceu no ano de 1922, motivado pelas festas do Centenário da Independência. Surgiram os primeiros hotéis no Rio de Janeiro, bem como foi criada a Sociedade Brasileira de Turismo, posteriormente chamada de *Touring Club* do Brasil. Pouco depois o turismo ampliou-se para o estado de São Paulo, pelos atrativos dos centros termais locais, e para o Rio Grande do Sul, pela proximidade com a fronteira com o Uruguai.

O turismo explodiu, após a Segunda Guerra Mundial, como possibilidade de prazer para milhões de pessoas e como fonte de lucros e investimentos. Criaram-se centros culturais, esportivos e de lazer, complexos de férias e empresas especializadas na pesquisa, implementação, comercialização e divulgação de atividades destinadas ao prazer do ser humano.

Essas oportunidades têm apresentado tendências bastante interessantes nos últimos anos. Primeiro, as pessoas estão viajando mais em todo mundo; segundo, o transporte aéreo acompanha esse ritmo; terceiro, as durações das viagens e o tempo de permanência nos locais visitados vêm diminuindo; quarto, as pessoas fazem mais viagens e, quinto, há uma mudança de turismo de massa para turismo de nicho, ou seja, os turistas estão buscando uma forma de diferenciação e diversificação de suas viagens.

Ao aprofundar a discussão sobre turismo, torna-se relevante conhecer os agentes e atores turísticos. Segundo Lemos (2003), agentes econômicos do turismo são aqueles que participam do sistema econômico, produzindo bens e serviços, recebendo renda gerada e consumindo esses bens e serviços. Os principais agentes econômicos do turismo são:

1. *Governo da localidade receptora* - oferece bens e serviços como parques, segurança, iluminação, postos de saúde, rodovias; além de políticas econômicas (fiscal, monetária, tributária, salarial, etc.), para isso cobra taxas e impostos dos prestadores serviços turísticos; dos moradores locais e dos turistas.
2. *Comunidade receptora* - compartilha as utilizações do espaço social e relaciona-se com o turista, lembrando que a hospitalidade agrega valor turístico a localidade.
3. *Trabalhadores do setor* - ofertam sua mão-de-obra para empresas do setor (hospedagem, transporte, entretenimento, agências, etc.). Beneficiam-se dos serviços públicos e recebem salários pelo seu trabalho, pagando impostos para o governo.
4. *Empresas* - de maneira geral, buscam a maximização dos lucros e a minimização das despesas, gerando renda e pagando impostos. Deve-se dar ênfase às empresas de hospedagem e às operadoras que estão diretamente ligadas aos turistas, cobrando diárias, prestando serviços de informação e, respectivamente, criando muitos empregos e receita.
5. *Turistas* - são os agentes fundamentais do sistema. Seu objetivo maior é a busca pela satisfação e realização dos seus desejos. Do lado financeiro, são as fontes de recursos que recebem, em troca, serviços turísticos.

A importância de se pensar em todos os agentes do turismo está no planejamento e na execução das políticas que nortearão essa atividade. Todos se tornam atores e planejadores das ações que influenciarão a comunidade local. Por isso, é necessário haver uma sinergia entre os mesmos, procurando sempre o desenvolvimento sustentável do local, e não apenas interesses particulares da região.

O turismo não pode ser entendido como um negócio que representa apenas uma troca no mercado de curto prazo. Compreende, na verdade, os processos de agregação e transformação do valor turístico. Fazem parte dele as relações sociais, culturais, políticas, tecnológicas, esportivas, religiosas, entre outras tantas. E, por meio da promoção e do planejamento, constrói a força que atrai pessoas de localidades distantes.

Nesse estudo optar-se-á em analisar e avaliar o turismo segundo a perspectiva da comunidade receptora, pois é ela quem mais sofre as transformações do processo de desenvolvimento turístico.

2.1. IMPACTO DO TURISMO:

Quando se analisa o turismo, sempre se procura pelo impacto, uma vez que essa atividade interfere diretamente no meio em que se reproduz. Esses impactos podem ser contextualizados dentro de uma perspectiva econômica, social, cultural e ambiental.

Silva (2004) afirma que os impactos têm origem nas mudanças promovidas pela transformação de um lugar em destino turístico, na medida em que as ações e intervenções são realizadas, interferindo diretamente, de forma positiva ou negativa, na comunidade residente e no meio ambiente natural, social e cultural.

Os impactos podem desempenhar papéis positivos e negativos dentro de um mesmo ambiente. Por isso se torna fundamental sua discussão de maneira ampla e crítica, sempre partindo do olhar da comunidade local; uma vez que é ela quem se torna mais fragilizada durante o processo.

A fim de melhor discutir o impacto do turismo em relação ao seu espaço de atuação, propõe-se subdividi-lo em objetos de análise: impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

2.1.1. Impactos econômicos:

Os impactos econômicos são os primeiros a serem observados, uma vez que são facilmente quantificáveis.

Para Lage e Milone (2001), os principais impactos econômicos positivos, resultantes do turismo são:

- a) o aumento da renda do lugar visitado;
- b) o estímulo de investimentos e a geração de empregos;
- c) o meio de redistribuição de riquezas;

A geração de emprego aparece como a principal justificativa para se desenvolver a atividade turística. Mas, via de regra, a implantação das instalações turísticas só é oportuna nos locais em que os empregos gerados são assumidos pela população local. Inclusive, vale ressaltar, os cargos gerenciais; mesmo que necessitem de certo tempo para satisfazer tal condição.

Para Krippendorf (2000), até o momento, os debates relativos à política de desenvolvimento turístico desconsideram o potencial dos empregos disponíveis no local. Partem simplesmente do princípio de que, se não encontram pessoas capacitadas na localidade fazem-nas vir do exterior. Dessa forma, os empregos que exigem maior capacidade, são reservados às pessoas de fora, atribuindo aos autóctones as funções subalternas.

Essa realidade deve ser combatida, já que para transformar a comunidade e contar com a colaboração da sociedade no processo de desenvolvimento turístico, deve-se incentivar a formação de lideranças locais e não trazê-las de fora.

Além dos impactos positivos, o turismo carrega consigo importantes abalos para a comunidade receptora. Entre eles, pode-se citar:

- a) Pressão inflacionária;
- b) Grande dependência financeira em relação ao turismo;
- c) Aumento dos custos sociais e ambientais;
- d) Prioridades de investimentos que estimulam apenas a atividade turística.

Esses impactos acabam interferindo na organização econômica da comunidade local, que muitas vezes, até haver o turismo, vivia de atividades de exploração de subsistência. Esses impactos são conseqüências da entrada de capital na região e aumento do poder de compra dos consumidores. O que deve ser

combatido é a dependência financeira, que acaba gerando uma situação insustentável para o local, ainda mais em regiões onde há sazonalidade do turismo.

2.1.2. Impactos sociais:

Os efeitos sociais do turismo estão relacionados com o modo que as viagens e o turismo afetam as pessoas e suas comunidades. Esses efeitos são normalmente menos tangíveis que os efeitos econômicos e, portanto, mais difíceis de serem quantificados.

Um impacto social positivo que o turismo traz é a melhoria em infra-estrutura, como comunicação, instalações sanitárias, entre outras; já que a qualidade da experiência turística depende não só das atrações principais, como também da base material e das facilidades oferecidas (OMT, 1998).

Historicamente, o turismo começa sem nenhum planejamento formal e é bem visto pelos cidadãos das regiões receptoras, por causa da promessa de benefícios econômicos. Em muitos casos, todavia, o entusiasmo desaparece quando o número de turistas aumenta e as facilidades tornam-se insuficientes. A população local compreende, então, que se torna dependente economicamente do turismo e que seus habitantes não mais controlam e nem mesmo são consultados sobre o destino de seu meio ambiente ou de seu território (LAGE e MILONE, 2001).

Assim, o turismo torna-se um centro de ressentimento contra as forças impessoais sob as quais a população local já não tem poder de fiscalização. O ressentimento também é caracterizado quando se verifica a grande distância entre os padrões de consumo dos turistas e o modelo de vida da população local.

Esse desagrado aparece, especialmente, quando a pobreza é espalhada e somente uma pequena porção da população local é beneficiada pela atividade.

O chamado índice de irritação ou *irridex*, construído por Doxey (1975), indica que o agastamento resultante entre o turista e o receptor não pode ser completamente evitado e, em última instância, irá destruir o segmento, a menos que

seja mantido sob controle. O *irridex* cobre níveis distintos de reação por parte da população receptora, ou seja: euforia, apatia, aborrecimento e antagonismo.

Na fase inicial, tanto os visitantes como os investidores são euforicamente bem-vindos. Posteriormente, acostuma-se com essas chegadas, sendo que a transição desse estágio varia no tempo, dependendo da rapidez e da magnitude do desenvolvimento. Os turistas são vistos como estereotipados.

A população receptora começa a expressar dúvidas e surge certo aborrecimento, acompanhado de antagonismo. Esse último reflete uma extrema irritação, na qual todos os problemas pessoais e sociais são atribuídos aos turistas. As causas da irritação são numerosas e inter-relacionadas – sociais, culturais, econômicas, pessoais e de meio ambiente; assinalando a urgente necessidade de um planejamento integrado das atividades turísticas.

Entre as principais causas da irritação é identificado o medo de que os receptores sejam tratados como segunda classe em suas próprias cidades, e o receio de que um grande número de pessoas vindas de fora possa afetar o ritmo de vida da população local. E mais, a apreensão de que os valores e a cultura tradicional estejam sendo ameaçados, bem como a perda de acesso às facilidades; ou seja, a super utilização de transportes, praias particulares, filas, movimento de pessoas, trânsito, barulho, poluição, sujeira, etc.

Krippendorf (2000) categorizou a população local onde as opiniões sobre o turismo diferem de maneira considerável de acordo com os grupos da população, as categorias profissionais e o escalão político estudados.

Uma primeira categoria compreende os profissionais que estão em contato permanente com os turistas: o pessoal da indústria hoteleira, dos meios de transportes turísticos e do comércio, os guias e muitos outros mais. Eles dependem do turismo e, sem este, talvez estivessem desempregados. O turismo é bem-vindo por fornecer trabalho e retorno financeiro. O caso não é, como dizem freqüentemente, de haver a primazia do “sentido inato da hospitalidade” nem a “alegria de servir”, mas o atrativo do dinheiro.

Um segundo grupo de autóctones, sem contato permanente com os turistas, é formado pelos proprietários de empresas turísticas e pela indústria local, como a construção civil. Mais ainda que para o primeiro grupo, o turismo representa, nesse caso, um negócio puramente comercial. Ele deve proporcionar o máximo em volume de vendas e lucros. Como consegui-los não importa. O fim justifica os meios.

Uma terceira categoria é a dos habitantes que também mantêm contato direto e freqüente com os turistas, mas que tiram apenas uma parte de seus ganhos do turismo. Eles vivem nos centros turísticos ou nas proximidades e, em geral, tem uma atividade secundária. As relações travadas com os turistas são mais distantes e as atitudes frente ao turismo podem ser bem mais críticas. Eles admitem as vantagens decorrentes do turismo, mas também ressaltam, freqüentemente, inconvenientes como perturbações múltiplas e atentadas ao meio ambiente.

A quarta categoria é formada pelo grande número de autóctones que nunca – ou quase nunca – se encontra com os turistas. Eles manifestam as mais diversas atitudes, que vão do apoio ao repúdio, passando pela ignorância e pela indiferença, sendo esta última mais freqüente. Os responsáveis políticos pelo turismo denominam semelhante posição de “carência de consciência turística”.

Essas quatro categorias são facilmente percebidas nas comunidades receptoras do turismo, sendo necessário adotar uma postura e um plano de ação para cada uma delas, quando se pensar em buscar um desenvolvimento local sustentável.

Outro exemplo de impacto social do turismo é o efeito da sazonalidade, ou seja, épocas de altas e de baixas temporadas. As praias, por exemplo, recebem um número grande de turistas no verão, porque a base da produção turística vem da natureza, o mar e o sol são agregados, gratuitamente, ao produto turístico. No entanto, durante o resto do ano, os turistas não viajam para esses locais, dado que ninguém tem a capacidade de prolongar as estações do ano. O caminho é buscar alternativas que gerem possibilidades de produção sustentável, ou seja, capazes de suprir as necessidades de demanda turística a custos baixos e na qualidade desejada, sem desagregar os valores sociais e a natureza.

Para Baptista (1997) a sazonalidade pode ser encarada como um desafio que representa a construção de atrações que justifiquem férias e turismo fora de temporada, com motivações e atrações diferentes daquelas regulares, conduzindo a um turismo temático.

Além disso, a sazonalidade interfere diretamente na vida da comunidade local, uma vez que os empregos e a renda são dependentes da época de maior movimento, deixando parte da população desempregada no restante do ano. Isso implica dizer que a população se sustenta com o dinheiro recebido em algumas épocas do ano.

Logo se deve realizar um planejamento que procure dar sustentabilidade aos moradores para que não haja total dependência em relação à poupança conseguida em apenas uma época do ano, com a geração de empregos anuais e não temporários. O turismo deve ser pensado e planejado para que a comunidade local tenha uma melhoria na qualidade de vida.

2.1.3. Impactos culturais:

Em geral, confunde-se a absorção de certas tecnologias como descaracterização cultural. O fato de, por exemplo, certa população ter acesso à televisão não quer dizer, obrigatoriamente, que perdeu suas referências culturais. Muitas vezes pode ocorrer de ser uma “leitura” do que vêem na tela, segundo seus padrões culturais mais tradicionais, e continuarem pensando, crendo e agindo da mesma forma que seus ancestrais. Assim uma população local pode participar da economia do turismo, estar em contato com os visitantes e até melhorar sua qualidade de vida, sem dissolver-se como cultura. Mas isso só será possível se essa população participar ativamente, e não de forma passiva, do processo. Ela precisa estar consciente e desejosa dessa transformação, participando com igualdade em nas decisões junto aos novos atores locais: investidores e turistas (MENDONÇA, 2001).

Assim, o turismo tem um efeito duplo sobre a cultura. De um lado, criando valor econômico, ele pode ajudar a preservar a cultura, beneficiando tanto os turistas

como os receptores; ou, por outro lado, a cultura pode ser distorcida pelo turismo quando o mesmo charme cultural é substituído por imitações, sejam cópias de artesanatos ou de música tradicional. Igualmente, o desgaste físico excessivo pode prejudicar o patrimônio natural ou artificial.

Certamente, o turismo tem contribuído para a preservação ou revitalização das artes nativas por meio da criação de demanda para tais produtos, no entanto, alterações nas formas da cultura artística original poderiam também ser causadas pela mesma demanda gerada pelo turismo. Infelizmente o tipo de arte que o turismo encoraja é, freqüentemente, a de produção de objetos falsos e reproduções, diminuindo a qualidade e os padrões de arte. Essas cópias assumidas como quinquilharias folclóricas são muito comuns nos negócios turísticos. Todavia o contrário também é verdadeiro. O turismo tem ajudado a preservar e promover formas de artes que, de outra maneira, teriam morrido, preservando a cultura local.

Schluter (2002) aponta para o fato de que, os turistas que visitam determinada área, criam uma demanda de serviços para ficar em contato com a natureza e com a cultura da região. Ciente disso, a população local passa a oferecer serviços em troca de remuneração. Porém, uma vez que o turismo torna-se uma atividade importante, tem início um novo processo: pessoas de regiões menos desenvolvidas começam a migrar em busca de emprego, criando áreas impróprias de moradia, já que não tem dinheiro para morar na cidade. No caso de ecossistemas frágeis, as conseqüências são ainda piores, porque o desaparecimento da qualidade ambiental pode reduzir ou até mesmo interromper o fluxo de turistas.

Por isso, o papel da comunidade no processo de desenvolvimento é muito importante. Os programas de planejamento devem focar não apenas o turista, mas também fomentar o aumento da qualidade de vida da população local e a proteção dos recursos culturais e ambientais.

2.1.4. Impactos ambientais:

Há uma estreita conexão entre o turismo e o meio ambiente, uma vez que muitos elementos do ambiente natural são atrativos para os turistas. E o turismo, em larga medida, pode auxiliar na conquista de proteção do meio ambiente.

Se o turismo for planejado e consciente, auxiliará na conservação das áreas naturais e melhorará a qualidade ambiental. Turistas gostam de visitar lugares limpos e não poluídos. Aumenta-se a conscientização ambiental no momento em que os residentes observam o interesse dos turistas em relação à conservação e percebem a importância de proteger o meio ambiente.

Já, se o turismo não for bem planejado, pode resultar em diversos impactos negativos: poluição da água, do ar, sonora, visual, congestionamento, paisagem suja, desequilíbrio ecológico e riscos ambientais como erosão e deslizamentos.

Os impactos provocados pelo turismo não devem ser observados isoladamente e, sim, compreendendo que cada impacto influencia diretamente no outro. Por exemplo, o aumento da geração de emprego e renda ocasiona uma mudança sociocultural ao possibilitar que a população tenha acesso à informação e conhecimento. Ao mesmo tempo, pode gerar um desastre ambiental caso não tenha havido um planejamento de absorção dos turistas.

Outro exemplo: a população local é freqüentemente afastada do seu território de moradia e atividade de origem. Isso acontece das mais diversas formas, seja fisicamente, vendendo sua terra e deslocando-se para outro lugar, seja participando informalmente e marginalmente da economia, seja menosprezando os próprios valores culturais e submetendo-se aos novos, trazidos pelos turistas.

Assim, para a OMT (2003), a manutenção da sustentabilidade do turismo requer o gerenciamento dos impactos ambientais e socioeconômicos; por meio de um bom planejamento, desenvolvimento e gerenciamento do turismo é possível minimizar seus impactos negativos e valorizar os pontos positivos.

2.2. ESPAÇO E IDENTIDADE LOCAL NO TURISMO:

Ao abordar os impactos do turismo, a discussão de dois assuntos tornara-se necessária: a construção do espaço e a identidade no local onde o turismo é desenvolvido. Esses dois temas são importantes para a compreensão do turismo na dimensão local. Assim, quando se muda a perspectiva do turismo que privilegia grandes redes internacionais, para o turismo que destaca as peculiaridades das características sociais, culturais e ambientais; o espaço adquire importância por ser o território onde constitui a atividade e a identidade por valorizar as particularidades da localidade.

Para Yazigi (2001) o lugar é um dos referenciais indispensáveis à vida nas esferas do cotidiano, do trabalho, dos afetos, dos ideais. Todavia, uma vez devastado, os danos podem ser irreparáveis. Nesse caso, pensa-se em algo que teria a ver com o mais amplo sentido de ecologia, isto é, as relações mútuas do meio com o homem: a natureza, a cultura material, a memória, as animações e as cognições. São áreas com múltiplas ramificações que devem ser trabalhadas, numa perspectiva de formar resistência às forças homogeneizadoras da globalização. Isto não só se prestaria à reconstrução dos lugares e de suas identidades, como imprimiria um sentido mais conseqüente à urbanização.

Partindo dessa discussão, o espaço - além de ser o local onde as ações acontecem - também ganha importância por ser onde se cria e desenvolve a identidade da comunidade. Ganha destaque a firmação da personalidade do lugar, composta do arranjo de múltiplas identidades humanas e do mundo natural, responsável por significativos referenciais para a vida cotidiana, como meio de vida e de sentimentos de pertença que permitem resistir aos diversos aspectos degradantes da globalização.

Assim, Yazigi (2001) afirma que ao se pensar na estrutura da personalidade do lugar, a paisagem assume especial destaque, pois é dela que se tem a percepção e a apropriação do espaço. Ou seja, é o conjunto de formas num dado momento e, por isso mesmo, algo que está sendo sempre refeito. A paisagem para o

turista ou cidadão é objeto de contemplação com os mais diversos significados. É preciso reconhecer que a personalidade, como indicador do planejamento, representa uma forma mais refinada de democracia, na medida em que se identifica o direito a formas diferentes de ser.

Corroborando com essa visão da paisagem, pode-se ampliar a discussão para a importância da criação da realidade, uma vez que a paisagem só se concretiza se for real. Logo a construção da realidade significa:

“Apreender ao mesmo tempo o que é instituído, sem esquecer que se trata somente da resultante, num dado momento, na luta para fazer existir ou inexistir o que existe, e as representações, enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam restituir ao mesmo tempo as estruturas objetivas e a relação com estas estruturas, a começar pela pretensão a transformá-las é munir-se de um meio de explicar mais completamente a realidade, logo, de compreender e de prever mais exatamente as potencialidades que ela encerra ou, mais precisamente, as possibilidades que ela oferece às diferentes pretensões subjetivistas” (BOURDIEU, 2003, p. 118).

Assim, no pensamento pós-moderno, a identidade, como a realidade, é vista como algo móvel, sempre em construção, que vai sendo moldado no contato com o outro e na releitura permanente do universo circundante. O contato entre turistas e residentes, entre essas diferentes culturas, desencadeia um processo pleno de contradições, tensões e questionamentos. Processo que provoca o fortalecimento da identidade e da cultura dos indivíduos da sociedade receptora e, muitas vezes, o fortalecimento do próprio turista que - na alteridade - se redescobre.

Considerando a perspectiva da interface entre espaço local e identificação, Banducci (2002) analisa que o processo de turistificação (transformação de lugar qualquer em turístico) dá-se ao sabor do mercado, de empreendedores isolados, quase sempre sem planejamento. Dessa forma, a identidade conferida ao local pelos turistas e pela mídia é contrastada, por vezes, com a identidade dos habitantes e, por outras, é reforçada.

Para Krippendorf (2000) a promoção do turismo pode se tornar vital para a formação da identidade de uma região fora do círculo tradicional econômico de bancos e indústrias. Mas vê um impeditivo quando, na exploração turística, os autóctones não participam como parceiros nos empreendimentos turísticos. Isso

dado já que, observa-se, é a população local que deve se adaptar aos visitantes e não o contrário.

“A voz da população continua praticamente inaudível, mesmo nas regiões fortemente desenvolvidas com tradição turística, é muito raro que a população local possa exprimir claramente a sua opinião” (KRIPPENDORF, 2000, p. 69).

Esse descaso com a população local, descaracteriza toda a construção da identidade e do espaço local, além de inibir a formação de líderes locais e a consolidação do capital social.

Para Mendonça (2001), a noção de respeito às comunidades locais é algo extremamente difícil de definir e, mais ainda, de realizar. Estas comunidades sejam elas indígenas, caboclas, caiçaras, caipiras ou outras, têm, como todos nós, direito de se modernizar e modificar seus padrões de comportamento. Isso é uma opção para cada grupo cultural e, até, uma opção individual. Deveriam ter, também, o direito de manter e reproduzir seus valores culturais tradicionais. Essa é a diferença. O desenvolvimento de centros turísticos, planejados ou não, não tem deixado a possibilidade destas comunidades conservarem seus valores culturais, quando elas assim o desejam.

2.3. TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL:

O turismo transforma o local e a comunidade onde ele é desenvolvido, daí a necessidade de discutir a sustentabilidade para alcançar o desenvolvimento local, ou seja, na busca de uma realidade onde haja diminuição da pobreza e exclusão social gerando oportunidades de inclusão social e da construção da autonomia local.

A atividade turística não deve ser vista como uma estrutura rígida e limitada. Ao contrário, deve ser considerada como um modelo adaptável e global, que inclui também fatores socioculturais e econômicos. O planejamento desta forma de turismo pode minimizar os efeitos negativos da atividade e, dessa forma, despertar a

intenção por parte dos turistas de retornar ao centro turístico, indicando o sucesso de uma destinação.

De acordo com Cruz (1995) se, por um lado, o desenvolvimento do turismo representa uma possibilidade viável de amenização dos graves problemas econômicos e sociais que afligem a região, por outro, pode se transformar em um fator importante de degradação dos recursos naturais e sócio-culturais que permitem a sua existência no presente e sua continuidade no futuro.

A sustentabilidade do turismo tem sido abordada com freqüência em conferências e documentos oficiais sobre o tema. Está atrelada ao conceito de desenvolvimento sustentável, popularizado a partir do relatório Brundtland, de 1988, na Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento:

“Para ser sustentável e bem sucedido, o turismo deve melhorar a vida da população local, proteger o meio ambiente e lhe oferecer um futuro melhor. Se o turismo consistir em salários baixos, trabalho braçal, redução de padrões e prejuízos à agricultura, não será um bom investimento” (MICT-BID 1993, p. 5).

Rodrigues (1999) argumenta sobre a incompatibilidade entre a sustentabilidade e o turismo, já que sua sustentação econômica está atrelada à contínua descoberta de paisagens naturais e históricas, transformadas em mercadorias a serem comercializadas. Ou seja, a natureza torna-se cada vez mais um objeto de contemplação e consumo, transformando-se na principal matéria-prima do turismo.

Essa abordagem de Rodrigues torna-se bastante inflexível. Uma vez que se considerasse somente esse ponto de vista, todas as atividades econômicas tornariam-se insustentáveis por impactar o ambiente de alguma forma. O turismo pode ser usado como uma ferramenta para se alcançar a sustentabilidade, se partir do pressuposto de que o ambiente é sistêmico e as ações devem ser pensadas e planejadas em busca da melhoria da qualidade de vida.

Dessa forma, Krippendorf (2000, p.69), apesar de citar as dificuldades encontradas quanto à sustentabilidade e criticar algumas práticas do turismo, propõe a humanização da atividade, de forma que as suas políticas não sejam centradas exclusivamente nas finalidades econômicas e técnicas, mas acreditando que o

desenvolvimento tem que ser focado no ser humano para *“assegurar e otimizar a satisfação das múltiplas necessidades turísticas dos indivíduos de todas as camadas sociais no âmbito das instalações adequadas e num ambiente intacto, levando em consideração os interesses da população autóctone”*.

Nesse contexto, a sustentabilidade ganha cada vez mais força. Para Rose (2002) a sustentabilidade turística corresponde à conjunção de três fatores: a sustentabilidade ecológica, cujo objetivo é assegurar que o desenvolvimento seja compatível com a manutenção do processo ecológico; a sustentabilidade sociocultural, a qual deve assegurar que o desenvolvimento seja compatível com a cultura e valores da comunidade e, por fim, a sustentabilidade econômica, que busca um desenvolvimento economicamente eficiente e com recursos geridos de maneira que possam manter gerações futuras.

Diante das preocupações locais, os atores conseguem implementar ações que foquem as necessidades reais da comunidade, permitindo soluções que gerem melhoria para a qualidade de vida da sociedade. Assim, para Swarbrooke (2000), o controle local é o elemento-chave da ideologia do turismo sustentável. Por isso as iniciativas geradas localmente devem ser aplaudidas, ou seja, é preciso maximizar os benefícios econômicos, sociais e ambientais para a comunidade local.

O planejamento, segundo as perspectivas de sustentabilidade, procura dar ênfase ao local. Ele é o espaço onde todas as intervenções acontecem. Daí ser necessária maior preocupação, uma vez que nessas regiões já havia uma cultura existente antes do turismo se instalar e transformar toda a comunidade local.

Logo, a transformação na percepção da atuação turística na localidade permitiu maior atenção em relação aos impactos das atividades nas comunidades locais, procurando minimizar ações negativas e revertendo-as em algo positivo. Diante disso, Petrocchi (2001) afirma que, até os anos 60, os administradores do turismo tinham como objetivo realizar ações para aumentar a demanda do setor, tendo como foco o incremento do número de visitantes. A partir daí, o movimento ambientalista começa a criar uma consciência de preservação do meio ambiente. Essa preocupação invade a gestão do turismo, instalando-se um conflito que dura até os dias de hoje: o choque de objetivos entre a promoção e a preservação.

O meio ambiente e a população local ganham destaque nessa nova postura adotada: quando se fala em preservar o meio ambiente, a reunião do meio natural com o meio urbano, o que se deseja é garantir a qualidade de vida. Essa é a única maneira de resguardar a sobrevivência do turismo como atividade econômica com visão de longo prazo.

Na definição da OMT (2003, p. 24):

“O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida.”

Representa um modelo de desenvolvimento econômico projetado para melhorar a qualidade de vida da população local, manter preservado o meio ambiente, aumentar os níveis de rentabilidade econômica da atividade turística para os residentes locais, assegurar a obtenção de lucros pelos empresários e prover experiência de melhor qualidade para o visitante. Mas, para que este modelo seja desenvolvido com sucesso, é necessário que haja um planejamento turístico voltado para melhoria das condições de vida dos residentes e para a proteção do entorno local, natural e cultural.

O planejamento no turismo, segundo a OMT (2003), tem por objetivo trazer determinados benefícios socioeconômicos, sem deixar de manter a sustentabilidade do setor turístico. Tal planejamento, através da proteção da natureza e da cultura local, é elaborado dentro de uma estrutura de tempo e deve empregar uma abordagem flexível, abrangente, integrada, ambiental, implementável e baseada na sustentabilidade da comunidade.

Sem o devido planejamento, ordenação e gerenciamento, o turismo pode resultar em diversos problemas. Assim sendo, no processo de planejamento, os princípios do desenvolvimento sustentável, estabelecidos na Conferência Globo, realizada no Canadá (TOURISM CANADA, 1990), podem ser utilizados como suporte ao direcionamento das políticas locais. São eles:

- O planejamento do turismo e seu desenvolvimento devem ser partes das estratégias do desenvolvimento sustentável de uma região, estado ou nação. Esse planejamento deve envolver a população local, o governo, as agências de turismo e demais coisas, para que consiga os maiores lucros possíveis.
- Agências, associações, grupos e indivíduos devem seguir princípios éticos que respeitem a cultura, meio ambiente, economia, modo tradicional de vida, comportamento e princípios políticos da comunidade.
- O turismo deve distinguir os lucros de forma eqüitativa entre os promotores de turismo e a população local.
- É essencial ter boa informação, pesquisa e comunicação da natureza do turismo, especialmente para os moradores do local, dando prioridade para um desenvolvimento duradouro, que envolva a análise e controle contínuo de qualidade sobre os efeitos do turismo.
- A população deve se envolver no planejamento e no desenvolvimento dos planos locais junto com o governo, os empresários e outros interessados.

Há uma preocupação cada vez maior em tornar o turismo um agente de desenvolvimento local sustentável para a comunidade, tornando-a autônoma e permitindo atuações do poder local que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Nesse processo, Butler (2002) atenta para a importância do planejamento do turismo de forma sustentável, como meio de introduzi-lo em uma área de maneira harmoniosa e adequada, para que daí resulte na participação da comunidade e que seja funcionalmente ideal, em termos tanto ecológicos quanto humanos.

A integração ideal entre comunidade e atividade turística é aquela que torna o desenvolvimento mais acessível tanto para os residentes locais quanto para os que se utilizam dos recursos turísticos existentes. Semelhante integração difere da idéia de um desenvolvimento turístico imposto de forma segregada e indesejável.

Considerando que o desenvolvimento de qualquer atividade turística requer a utilização de recursos, para proporcionar o equilíbrio desejado com sustentabilidade, é preciso o estabelecimento de limites de utilização; fazendo com que os turistas e operadores de turismo se comportem dentro desta capacidade.

O turismo sustentável depende da forma como os turistas e operadores de turismo realmente se comportam em função e em relação à utilização dos recursos naturais, havendo planejamento e conscientização de todos para não extrapolar os limites da sustentabilidade do meio ambiente.

Quando pensado e planejado de maneira sustentável, o turismo tem como principal pressuposto a preservação social, ambiental e cultural dos povos, valorizando a diversidade de cada cultura. Esse planejamento e conscientização tornam-se diferenciais de regiões turísticas, trazendo um desenvolvimento local integrado para toda a comunidade.

Dessa forma, para OMT (2003), é essencial envolver as comunidades locais no processo de desenvolvimento turístico. Através desse entendimento, elas compreenderão o turismo, terão maiores condições de lidar com esse novo processo em sua área e de participar de seus benefícios, sendo, portanto, mais provável que apoiem o segmento.

Alem disso, as comunidades locais são as que melhor conhecem sua área e sociedade, podendo apresentar boas idéias quanto ao desenvolvimento e as formas de participação.

O turismo pode levar benefícios econômicos às comunidades locais, tanto por meio de empregos e renda gerados aos seus residentes, quanto através da melhoria da infra-estrutura, das instalações e dos serviços da comunidade. Porém, como o turismo geralmente é uma nova atividade para a sua área, as comunidades locais precisam ser orientadas na sua participação.

As autoridades locais devem assumir o papel principal dessa cooperação e participação da comunidade local. Isso fortalecerá a formação de capital social e a construção de uma sociedade integrada com as atividades que a influenciam.

Por fim, os pressupostos defendidos por Sachs, no capítulo anterior, em relação à sustentabilidade, são os pilares para o planejamento do turismo respeitando a comunidade e partindo do local para o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, para entender e planejar o turismo deve-se destacar a necessidade de um desenvolvimento que implique em sustentabilidade social, espacial, ecológica, ambiental e cultural.

O turismo, portanto, quando planejado poderá viabilizar o desenvolvimento local e possibilitar a incorporação e participação da comunidade tanto na formulação e na execução de projetos. A atividade turística torna-se assim um elemento fomentador de ações que buscam o desenvolvimento local; isso significa que se procura alinhar essas ações ao conceito de sustentabilidade com a descentralização do poder a fim de incentivar a participação da comunidade nas decisões fazendo com que haja um fortalecimento do capital social e – principalmente – que se concretize ações de respeito e de valorização das características físicas, sociais e culturais da localidade para haver inclusão de todos no processo.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

A pesquisa realizada é um estudo de caso que tem como objeto a atividade turística em uma comunidade do litoral baiano. Esse estudo procura abordar o turismo considerando o território onde atuam diversos atores sociais, em um modelo alternativo de turismo que valoriza as características locais, como uma possibilidade de inclusão social e de sustentabilidade.

O caso a ser estudado é o da vila de Cumuruxatiba, distrito do município de Prado, localizado no extremo sul do estado da Bahia. A escolha do local deveu-se à facilidade de acesso às informações e à participação da pesquisadora no processo de transformação ocorrido na vila de pescadores.

Além disso, o estudo dessa comunidade justifica-se por sua localização: uma região de grandes belezas naturais, com presença da atividade turística, produção de artesanatos e geração de emprego e renda. A escolha do local deu-se, igualmente, por ser uma região marcada pela exclusão social.

Hoje, a economia da região, depende das atividades turísticas desenvolvidas principalmente nos meses de verão, sendo responsável pela sobrevivência econômica da comunidade local. A sazonalidade somada à desarticulação entre a comunidade local, os comerciantes (donos de restaurantes, pousadas, lojas de artesanato e varejo) e o poder público municipal, inviabiliza ações articuladas para o seu desenvolvimento. O que, em larga medida, dificulta a inclusão social.

A pesquisa foi realizada em dois momentos:

O primeiro momento ocorreu entre os meses de dezembro de 2004 e janeiro de 2005. Pelo espaço de um mês, a pesquisadora realizou uma investigação preliminar na comunidade, por meio de conversas informais, observação participativa e realização de um grupo focal. O grupo foi constituído de pessoas oriundas de outras cidades, mas moradoras de Cumuruxatiba há mais de dez anos e com atuação relevante junto à comunidade. Foi proposto ao grupo debater sobre as

transformações que tem ocorrido na vila durante a última década. A partir dos temas levantados nesses grupos e em conversas informais, foi elaborado um formulário e um roteiro de entrevista para serem aplicados no segundo momento da pesquisa.

O segundo momento aconteceu em julho de 2005, quando foi realizado um *survey*. O procedimento contava com a aplicação do formulário (anexo 1) para verificar as percepções da população sobre o desenvolvimento turístico e o desenvolvimento local; considerando as dimensões econômica, social, cultural, ambiental e política da região. Além de tornar visível a percepção quanto às mudanças na qualidade de vida, bem como na organização do trabalho e na geração de renda na comunidade.

O formulário pré-testado foi aplicado em uma amostra aleatória de 90 domicílios. A amostra foi realizada a partir do Censo de 2000 que registra em Cumuruxatiba 1.303 (mil trezentos e três) domicílios.

A amostra foi definida por quotas, com 90% de precisão e significância de 0,05, considerando a divisão geográfica da vila de Cumuruxatiba, que compreende quatro regiões: Morro da Fumaça, Morro da Areia Preta, Rio do Peixe e Vila de Cumuruxatiba. Dessa maneira, a amostra foi distribuída proporcionalmente à quantidade de moradores por região. A distribuição fica assim definida:

- 20 (vinte) domicílios no Morro da Fumaça,
- 26 (vinte e seis) domicílios no Morro da Areia Preta,
- 34 (trinta e quatro) domicílios na vila de Cumuruxatiba e
- 10 (dez) domicílios no Rio do Peixe

Além do *survey*, durante o mês de julho de 2005, foram entrevistados (anexo 2) 10 pessoas³ com papel significativo na comunidade, escolhidos conforme sua

³ Os atores entrevistados foram:

- Pescador que realiza passeios turísticos: Antonio Carlos Barreiro de Santos
- Proprietária do empreendimento de ecoturismo local (vistagem de baleias): Thais Hokoç
- Proprietária de uma indústria artesanal de cocadas: Neuza de Oliveira Rosa

atuação na comunidade. Com isso pretendia-se verificar suas visões quanto à importância do turismo na sua vida pessoal e na comunidade, as transformações que ocorreram no entorno, as expectativas de futuro, a forma como ocorre o relacionamento entre turistas e comunidade e as ações propostas para se alcançar o desenvolvimento local.

Com a utilização desses instrumentos de pesquisa foi feita a triangulação para o entendimento da realidade social de Cumuruxatiba.

Para a tabulação dos dados do utilizou-se o software denominado *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), o que permitiu processar as perguntas fechadas. Na análise foram utilizados os dados processados e a análise de conteúdo das entrevistas, permitindo aprofundar o debate sobre as transformações ocorridas em Cumuruxatiba a fim de se alcançar o desenvolvimento local e o papel do turismo nesse processo.

-
- Proprietário do Restaurante Ema (restaurante popular aberto durante o ano inteiro): Manoel Francisco Almeida dos Santos
 - Proprietário do Restaurante Mama África (restaurante sofisticado, proprietários estrangeiros): Dolores dos Anjos Almerão
 - Proprietário do Hotel Vista Mar (único hotel da vila): Pedro Blander
 - Proprietário das pousadas: Axé, Casarão. Boa Sorte, além da lavanderia, barraca de praia maresia e da distribuidora de bebidas: Antonio Pádua Agrelos
 - Diretora da escola municipal: Rosangela Barbosa
 - Administrador do distrito: Jaime Oliveira dos Santos
 - Vereador da comunidade: Raimundo Fonseca
 - Proprietária da Pousada Luana e funcionária pública: Jalene Fernandes Cardoso Teixeira

CAPÍTULO 4: CUMURUXATIBA

“E assim seguimos nosso caminho, por este mar de longo, até que terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de Abril, topamos alguns sinais de terra, estando da dita Ilha -- segundo os pilotos diziam, obra de 660 ou 670 léguas -- os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, e assim mesmo outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam furabuchos.

Neste mesmo dia, a horas de véspera, houemos vista de terra! A saber, primeiramente de um grande monte, muito alto e redondo; e de outras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao qual monte alto o capitão pôs o nome de O Monte Pascoal e à terra A Terra de Vera Cruz!” (trecho da Carta a El Rei D. Manuel, CAMINHA, 1963).

Cumuruxatiba é um distrito do município de Prado, no extremo sul do estado da Bahia, criado pela Lei Estadual nº 234 de 5 de Junho de 1898. De acordo com a história local, a Barra do Cahy, oito quilômetros ao norte de Cumuruxatiba, teria sido um dos lugares mais prováveis onde ocorreu o primeiro contato entre os portugueses e os índios, no momento do descobrimento do Brasil. Mas, como em abril o mar costuma ficar agitado, com ventos fortes, a presença de recifes - o que impediria a aproximação das caravelas na costa - os portugueses rumaram para o norte em busca de um porto seguro, desembarcando em Santa Cruz de Cabrália.

O mais antigo relato encontrado, descrevendo Cumuruxatiba, foi o do Príncipe Wied-Neuwied (1989), que realizou uma viagem ao Brasil entre 1815 e 1817. Sobre Cumuruxatiba, o viajante contou: *“a cavalo, acompanhado de dois homens da minha tropa, dirigi-me à ponta de terra denominada Comechatiba, ou mais exatamente na língua indígena, Currubichatiba”* (WIED-NEUWIED, 1989, p.217).

Wied-Neuwied (op.cit. p. 218) descreve a praia da seguinte maneira: *“o litoral, forma, nesse trecho, um porto seguro e protegido, não decerto dos ventos, mas do oceano, por arrecifes, e com um bom ancoradouro, tendo ainda a vantagem de a entrada estar referida aos navegantes por meio de um marco.”*

Figura 2: Mapa do extremo-sul da Bahia



Fonte: www.bahia.com.br

Atualmente a população é de 5.886 (cinco mil, oitocentos e oitenta e seis) habitantes (IBGE, Censo 2000), formada principalmente por pescadores, índios e caboclos.

Segundo a historia local, até década de 40, a vila era dividida em duas partes: próximas à igreja existiam casas de madeira, onde moravam os pescadores e próximas à represa havia casas de taipa, onde residiam os índios pataxós. A partir de então houve um processo de concessão de áreas, visando o desenvolvimento no extremo sul da Bahia.

Inicialmente, a concessão de terras visava o desenvolvimento extrativista de madeira e de areia monazítica, sendo a primeira com a doação de terras para a Bralanda e a segunda para o Conselho Nacional de Energia Nuclear (CNEN). O próprio, CNEN para facilitar o embarque da areia, construiu um píer, com cerca de 1.000 metros no Oceano Atlântico, no início da década de 60.

No depoimento do Sr. Antonio Carlos, pescador que realiza passeios turísticos, há fragmentos da história local, datados do início da exploração da areia monazítica:

“Cumuru era bem precária, bem pequenininha. O que funcionava aqui, a única coisa, era a extração de areia monazítica. Um tempo funcionava e depois parava. Levava quatro, cinco meses paralisados, depois voltava... Eu, por exemplo, comecei a trabalhar lá em 1958, com um alemão. Em 1960 passou para o Governo Federal, que criou a CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear). A CNEN funcionou até 73. Em 73, parou, mas eu continuei trabalhando, porque tomava conta do galpão do maquinário e do almoxarifado. Na época não tinha problema, os galpões eram lá e o vilarejo, dali do trevo para cá, dessa ruazinha, ia até a rua da Pousada Areia Preta. E então, não tinha negócio de roubo, as casas eram também de viga. Depois de 73, começou o desmatamento e aí apareceu gente. Daí já não deu mais certo, começaram a querer roubar as coisas, porque acabou tudo. Eu nasci aqui. Nasci ali, onde é hoje o Restaurante Ema. Só que era diferente, eram casas da avenida para cá, de madeira. E morei em Corumbau, uma época que era do lado de lá do rio, e depois viemos para aqui. Meu pai foi para o sertão e eu voltei para estudar. Na época, o estudo era muito atrasado e eu estudei até o quarto livro, acho que primeiro ano. Não entendo como era. E daí comecei a trabalhar na firma da areia. Eu tinha 19 anos, trabalhei até 83, de 1958 até 1983.”

Como as únicas atividades produtivas, até então, na vila de Cumuruxatiba, eram a extração da areia monazítica e de madeira, o esgotamento dessas riquezas fez diminuir o interesse pela região; tornando necessário repensar a forma de planejar a ocupação local.

Procurou-se uma alternativa para gerar desenvolvimento na região. Espelhado no modelo original de concessão de terras, o município de Prado abriu

grandes loteamentos. Doou terrenos para baianos e mineiros interessados em construir casas de veraneio e pousadas. O objetivo era povoar a região, ou seja, em troca dos terrenos recebidos, os beneficiários investiriam na localidade, gerando emprego e renda para os moradores.

Com a construção da rodovia BR – 101, na década de 70, houve uma redescoberta da região; aumentando o fluxo de visitantes, os novos moradores e o número de estabelecimentos comerciais. Com a estrada vieram, também, os vícios urbanos, quais sejam: devastação das florestas, extinção das espécies, marginalização das culturas indígenas sobreviventes, crescimento populacional desordenado, precariedade da infra-estrutura urbana, inexistência de saneamento básico e dos indispensáveis serviços de saúde, aumento e fluxo incontrolável de veículos, incêndios e desmatamentos de parques e reservas, turismo predatório e especulação imobiliária desenfreada.

De acordo com Sr. Manoel, proprietário de um restaurante popular, *“antes aqui era parado, só vinha o pessoal de Itamaraju e algumas pessoas de Teixeira. A maioria do pessoal tinha casa e ficava o verão todo. Às vezes vinham amigos, mas era muito difícil. Depois teve uma propaganda na Quatro Rodas⁴, em 86, que começou a desenvolver mesmo. A estrada também estava melhor, porque arrumaram quando estavam explorando a areia, pois antes a estrada era uma trilhazinha”*.

A revista Quatro Rodas aparece, como precursora do turismo, de acordo com Sr. Antonio Carlos: *“o turismo mudou Cumuruxatiba já tem mais ou menos 30 anos. Depois que surgiu as filmagens na Imbassuaba, que hoje é a praia do Doutor Arnaldo, o pessoal da Quatro Rodas fizeram as filmagens, colocaram na capa da revista, e o povo começou a aparecer em Cumuruxatiba. Daí foi melhorando a tal ponto que hoje já desenvolveu bem melhor”*.

Atualmente, a economia de Cumuruxatiba é baseada na pesca marítima e no turismo, sendo esse segundo uma atividade sazonal que tem sua alta temporada no verão, do ano novo ao carnaval.

⁴ Revista Quatro Rodas: Fascículo Viagem & Turismo. Editora Abril: Out / dez 1986.

Em relação ao meio ambiente, a localidade encontra-se entre três parques ecológicos de grande destaque nacional: Reserva Marítima de Abrolhos, Parque Nacional do Descobrimento e Parque Nacional do Monte Pascoal, o que possibilita o desenvolvimento do turismo, bem como do comércio de artesanato; atividades capazes de alavancar o desenvolvimento organizado e sustentável da região.

A localização permite, ainda, repensar o turismo para além dos meses de alta temporada, considerando o meio ambiente um aliado na intensificação do fluxo de visitantes - durante o ano todo - tornando a comunidade mais independente da sazonalidade.

4.1. ORGANIZAÇÃO TURÍSTICA DE CUMURUXATIBA:

O estudo limitou-se a uma faixa litorânea de 20 quilômetros, que se estende da Praia da Japara Grande até a Barra do Cahy. Essa região é composta por 11 praias, 7 rios que desembocam no mar, recifes de corais, falésias e um vilarejo típico de pescadores, conforme mapa abaixo.

Figura 3: Mapa do litoral:



O acesso ao local dá-se por estrada de terra (23 km do Prado) ou transporte marítimo, a região possui energia elétrica, água proveniente de poços artesianos e gerenciamento de resíduos por meio de fossas.

A vila de Cumuruxatiba possui posto dos Correios, terminal da Caixa Econômica Federal (para saques e depósitos implantados para facilitar o pagamento de bolsas do governo), posto de saúde, posto dentário e posto policial. Não há uma sede administrativa para referência dos moradores e da própria prefeitura de Prado.

Nos verões de 2005 e 2006 estavam funcionando, em Cumuruxatiba, 29 restaurantes, 37 pousadas, 8 lojas de artesanato, 3 centrais de passeios e 1 museu histórico.

A maioria desses estabelecimentos encontra-se na vila de Cumuruxatiba, ainda que, nos últimos anos, venha crescendo o número de pousadas e restaurantes nas praias do Rio do Peixe. As demais praias são desertas, com exceção do Cahy, possuidora de dois restaurantes.

Na vila, ainda há festivais e cerimônias religiosas como: Festa do Pau de São Sebastião (20 de janeiro), Festa de Iemanjá (2 de fevereiro), Festa de Santo Antonio, São Pedro e São João (Junho), Corrida de Canoas (Janeiro), entre outras.

Os moradores estão organizados em algumas associações para articular ações e defender seus interesses, sendo elas: Associação de Comerciantes e Pousadeiros, Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Assentamento Projeto Cumuruxatiba e Associação de Pescadores da Resex (Reserva Extrativista de Corumbau).

4.2. RESULTADOS DA PESQUISA:

A análise dos resultados da pesquisa inicia com o perfil dos entrevistados, sua situação social e em seguida sua percepção da realidade, da comunidade e do entorno, a fim de visualizar Cumuruxatiba e suas relações com a atividade turística e as transformações que ocorreram na localidade.

4.2.1. Perfil dos entrevistados:

O perfil dos entrevistados permite identificar as variáveis que contribuirão no decorrer das análises para explicar a realidade de Cumuruxatiba.

A maioria dos entrevistados, 55,6%, é formada por mulheres com idade variável entre 19 e 39 anos, como se depreende da Tabela 1. Também é composta por jovens a maior parte dos entrevistados do sexo masculino.

Ao relacionar escolaridade e idade verifica-se (ver Tabela 2) que 44% dos entrevistados possui ensino médio completo. Esse percentual tende a aumentar entre os adolescentes, 60%; mas decai para o índice de 51,7% na faixa de 19 a 29 anos. O percentual mais elevado entre os jovens de até 18 anos, deve-se ao fato do ensino médio em Cumuruxatiba ter sido implantado em 2000. É interessante ressaltar ainda que, entre os entrevistados, há cerca de 8% de analfabetos. A escolaridade é mais bem compreendida na Tabela 3.

A fim de verificar a procedência dos entrevistados observa-se, Tabela 3, que 48,9% é nascido em Cumuruxatiba (cumuruxatibenses) e 21% é de regiões circunvizinhas como Corumbau, Prado, Itamaraju e Teixeira de Freitas, sendo os demais entrevistados provenientes de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e outros países. Ainda na Tabela 3, ao considerar a escolaridade por naturalidade dos entrevistados, notou-se que 54,5% dos paulistas possui ensino

Tabela 1: Sexo por Idade

SEXO	IDADE											
	Até 18 anos		19 a 29 anos		30 a 39 anos		40 a 49 anos		Acima de 50 anos		Total	
	Nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	Nº	%	nº	%
Masculino	1	20,0	14	48,3	8	34,8	14	58,3	3	33,3	40	44,4
Feminino	4	80,0	15	51,7	15	65,2	10	41,7	6	66,7	50	55,6
Total	5	100,0	29	100,0	23	100,0	24	100,0	9	100,0	90	100,0
		5,6		32,2		25,6		26,7		10,0		100,0

Tabela 2: Escolaridade por Idade

ESCOLARIDADE	IDADE											
	Até 18 anos		19 a 29 anos		30 a 39 anos		40 a 49 anos		Acima de 50 anos		Total	
	Nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	Nº	%	Nº	%
Analfabeto			1	6,9	3	13,0	1	4,2	2	22,2	7	7,9
Fundamental completo			10	31,0	5	21,7	5	20,8	1	11,1	21	21,1
Fundamental incompleto	1	20,0			4	17,4	4	16,7	1	11,1	10	11,1
Médio completo	3	60,0	15	51,7	9	39,1	10	41,7	3	33,3	40	44,4
Médio incompleto	1	20,0	2	6,9			1	4,2	1	11,1	5	5,6
Superior			1	3,4	2	8,7	3	12,5	1	11,1	7	7,8
Total	5	100,0	29	100,0	23	100,0	24	100,0	9	100,0	90	100,0
		5,6		32,2		25,6		26,7		10,0		100,0

Tabela 3: Escolaridade por Naturalidade

ESCOLARIDADE	NATURALIDADE															
	Cumuruxatiba		Bahia *		São Paulo		Rio de Janeiro		Espírito Santo		Minas Gerais		Outros		Total	
	nº	%	nº	%	Nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	Nº	%	nº	%
Analfabeto	5	11,4	2	10,5											7	7,8
Fundamental completo	9	20,5	6	31,6	1	9,1	1	14,3			2	50,0			19	21,1
Fundamental incompleto	7	15,9	1	5,3					1	50	1	25,0			10	11,1
Médio completo	19	43,2	10	52,6	4	36,4	4	57,1			1	25,0	2	66,7	40	44,4
Médio incompleto	4	9,1					1	14,3						0,0	5	5,6
Superior completo					6	54,5	1	14,3	1	50			1	33,3	9	10,0
Total	44	100,0	19	100,0	11	100,0	7	100,0	2	100,0	4	100,0	3	100,0	90	100,0
		48,9		21,1		12,2		7,8		2,2		4,4		3,3		100,0

* Não estão computados os entrevistados nascidos em Cumuruxatiba, mas aqueles vindos de localidades circunvizinhas.

superior completo, enquanto 43,2% dos nascidos em Cumuruxatiba possui o segundo grau completo, revelando que a implantação do ensino médio na localidade fez com que os jovens dessem continuidade aos estudos.

Isso se dá, principalmente, pelo fato de não coincidir o ano escolar e a principal época de trabalho, que ocorre no verão, durante as férias escolares; o que faz com que os jovens não tenham que abandonar os estudos para trabalhar.

Nesse sentido, é interessante considerar o discurso da diretora da escola, Rosangela, sobre a melhoria do nível de escolaridade da população em função da necessidade do turismo: *“hoje, o nível de educação da comunidade melhorou, as pessoas se preocupam com as mudanças, os jovens se preocupam porque eles precisam estar engajados com o turismo. Essa, para mim, foi a principal mudança de tudo que aconteceu. É a coisa de querer mais, de querer progredir. Isso é o mais importante”*.

O turismo, nesta dimensão, é visto como um fator de mudança de comportamento local. Agora, para trabalhar, é necessário saber ler, escrever, fazer contas e falar bem; o que antes não era tão importante, já que os empregos eram predominantemente braçais.

Outro fator que valoriza a escola é o aparecimento de moradores com maior escolaridade, oriundos de outras localidades, transformados em referência para comunidade. Essas pessoas, habituadas com a leitura, emprestam seus livros e revistas para os habitantes de Cumuruxatiba e, muitas vezes, tornam-se professores da escola.

Os analfabetos, majoritariamente, nasceram em Cumuruxatiba e residem – principalmente - nas “roças”, afastadas da vila; o que constitui motivo para não freqüentarem a escola.

Outra variável que permite visualizar o perfil dos moradores da comunidade é o rendimento familiar. Na Tabela 4, relação entre rendimento e origem, consta que 52,3% dos nascidos em Cumuruxatiba e 57,9% dos provenientes de cidades circunvizinhas baianas recebem apenas 1 (um) salário mínimo, enquanto a maioria proveniente de outros estados recebe acima de 4 (quatro) salários mínimos. Isso revela que os moradores procedentes de outras localidades, e que hoje moram em Cumuruxatiba, possuem melhor situação financeira. Isso se deve muitas vezes ao fato de ser proprietários de negócios turísticos, pousadas e restaurantes, ou possuir empregos qualificados, sejam gerentes ou funcionários públicos na área da saúde e educação. Já a comunidade local em sua maioria ocupa atividades de baixa remuneração como serviços domésticos e construção civil.

Relacionando o número de residentes por domicílio e o rendimento, Tabela 5, observa-se que 35,9% das residências, nas quais o rendimento é de 1 (um) salário mínimo ou menos, possui mais de 5 moradores. Em contraste, nas residências que têm rendimento acima de 4 (quatro) salários, em pelo menos 74,3% reside 1 ou 2 moradores. Dessa maneira pode-se concluir que as residências com maior rendimento possuem menos moradores, enquanto quem recebe pouco tem que repartir seu rendimento com um maior número de pessoas.

Nessa mesma linha a Tabela 6 mostra a composição entre o rendimento familiar e o número de pessoas que participam da geração de renda, ou seja, quantas pessoas trabalham no domicílio. Verifica-se que em 37,8% dos domicílios apenas uma pessoa trabalha, enquanto que em 42,2% duas pessoas estão trabalhando. Ao considerar os domicílios com renda de até 1 salário mínimo, há 59% dos domicílios com mais de 2 pessoas trabalhando, isso significa, que nesses casos eles trabalham recebendo menos que 1 salário mínimo cada.

Outra variável importante para a categorização da situação ocupacional dos moradores é a do vínculo empregatício. A Tabela 7 infere-se que a maior parte da população, independente da faixa salarial, 39,3%, é autônoma, ou seja, trabalha nos

Tabela 4: Renda por Naturalidade

RENDIMENTO MENSAL	NATURALIDADE															
	Cumuruxatiba		Bahia		São Paulo		Rio de Janeiro		Espírito Santo		Minas Gerais		Outros		Total	
	Nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
≤ 1 sal. Mínimo	23	52,3	11	57,9	3	27,3	2	28,6							39	43,3
> 1 e ≤ 2 sal. Mínimos	10	22,7	4	21,1	1	9,1					1	25,0			16	17,8
> 2 e ≤ 3 sal. Mínimos	9	20,5	2	10,5					1	50,0	1	25,0			13	14,4
> 3 e ≤ 4 sal. Mínimos	1	2,3	2	10,5	1	9,1							2	66,7	6	6,7
≥ 4 sal. Mínimos	1	2,3			6	54,5	5	71,4	1	50,0	2	50,0	1	33,3	16	17,8
Total	44	100,0	19	100,0	11	100,0	7	100,0	2	100,0	4	100,0	3	100,0	90	100,0
		48,9		21,1		12,2		7,8		2,2		4,4		3,3		

Tabela 5: Quantidade de moradores por domicílio por Rendimento mensal do domicílio

QUANTIDADE DE MORADORES POR DOMICÍLIO	RENDIMENTO MENSAL											
	≤ 1 sal. Mínimo		> 1 e ≤ 2 sal. Mínimos		> 2 e ≤ 3 sal. Mínimos		> 3 e ≤ 4 sal. Mínimos		> 4 sal. Mínimos		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
1 pessoa	6	15,4	2	11,8	1	7,7	2	40	7	43,0	18	20
2 pessoas	7	17,9	3	17,6	1	7,7	1	20	5	31,3	17	31,3
3 pessoas	3	7,7	5	29,4	5	38,5			1	6,3	14	15,6
4 pessoas	9	23,1	3	17,6	3	23,1			1	6,3	16	17,8
Acima de 5 pessoas	14	35,9	4	23,5	3	23,1	2	40	2	12,6	25	27,7
Total	39	100,0	17	100,0	13	100,0	5	100,0	16	100,0	90	100,0
		43,3		18,9		14,4		5,6		17,8		

Tabela 6: Moradores que trabalham em cada domicílio por Rendimento mensal durante o ano

QUANTIDADE DE PESSOAS QUE TRABALHAM	RENDIMENTO MENSAL DURANTE ANO											
	≤ 1 sal. Mínimo		> 1 e ≤ 2 sal. Mínimos		> 2 e ≤ 3 sal. Mínimos		> 3 e ≤ 4 sal. Mínimos		≥ 4 sal. Mínimos		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
1 pessoa	16	41,0	6	35,3	1	7,7	3	60,0	8	50,0	34	37,8
2 pessoas	12	30,8	8	47,1	10	76,9	1	20,0	7	43,8	38	42,2
3 pessoas	10	25,6	2	11,8	2	15,4			1	6,3	15	16,7
4 ou mais pessoas	1	2,6	1	5,9			1	20,0			3	3,3
Total	39	100,0	17	100,0	13	100,0	5	100,0	16	100,0	90	100,0
		43,3		18,9		14,4		5,6		17,8		

Tabela 7: Vínculo empregatício* por Rendimento mensal

TIPO DE CONTRATAÇÃO	RENDIMENTO MENSAL											
	≤ 1 sal. Mínimo		> 1 e ≤ 2 sal. Mínimos		> 2 e ≤ 3 sal. Mínimos		> 3 e ≤ 4 sal. Mínimos		≥ 4 sal. Mínimos		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Sem carteira com contratação anual	5	12,8	4	23,5					4	26,7	13	15,5
Sem carteira com contratação temporária	6	15,4	5	29,4	2	16,7			1	6,7	14	16,7
Carteira assinada	8	20,5	2	11,8	5	41,7	1	33,3	3	20,0	19	22,6
Contratação diária	4	10,3			1	8,3					5	6,0
Autônomo	14	35,9	6	35,3	4	33,3	2	66,7	7	46,7	33	39,3
Total	37	100,0	17	100,0	12	100,0	3	100,0	15	100,0	84	100,0
		44,0		20,2		14,3		3,6		17,9		100,0

- Os 6 (seis) aposentados entrevistados foram excluídos dessa tabela

chamados “bicos” ou como proprietária de estabelecimentos comerciais e turísticos. O baixo número de empregados com carteira assinada, 22,6% dos entrevistados, pode ser explicado pela pouca oferta de empregos anuais na região. Isso pode ser explicado porque a maior parte da geração de empregos ocorre em um período específico do ano, durante os meses de verão, e nesse caso o vínculo dominante é o temporário.

Conforme observado anteriormente na Tabela 6, 43,3% da população residente possui renda familiar de 1 (um) salário mínimo ou menos. Trata-se, portanto, de uma região com grande percentagem de pobres. Dado este reiterado pelo estudo da ONU (Organização das Nações Unidas) que revelou ser a região um dos 13 bolsões de pobreza no Brasil. Isso faz com que seja um foco para ações de política pública como o FOME ZERO. Um outro programa de política pública posto em prática na região é conduzido pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio), ocupado em atender a reserva de índios pataxós do Monte Pascoal.

A relação entre renda domiciliar e auxílio governo, Tabela 8, depreende que 66,7% dos entrevistados que recebem 1 (um) salário mínimo não participa do FOME ZERO, revelando que o programa não cobre toda a população pobre da região. A maior cobertura é feita pela Bolsa FUNAI, onde 12,2% dos entrevistados recebe e isso se dá após cadastramento e confirmação da origem indígena.

Para se ter uma visão melhor do rendimento a análise foi feita em dois momentos, ou seja: no primeiro, foi calculada a receita média mensal domiciliar recebida durante o ano; no segundo, a receita média mensal auferida no verão. Essa diferença é dada pelo fato da economia local se transformar completamente nos meses de alta temporada (dezembro a março), aumentando a oferta de emprego e o acúmulo de renda da população. Muitas vezes, nessa época, quem está desempregado consegue uma ocupação e, quem já trabalha, acaba tendo mais de um emprego; além disso, os jovens que durante o ano estudam, trabalham durante a temporada de verão.

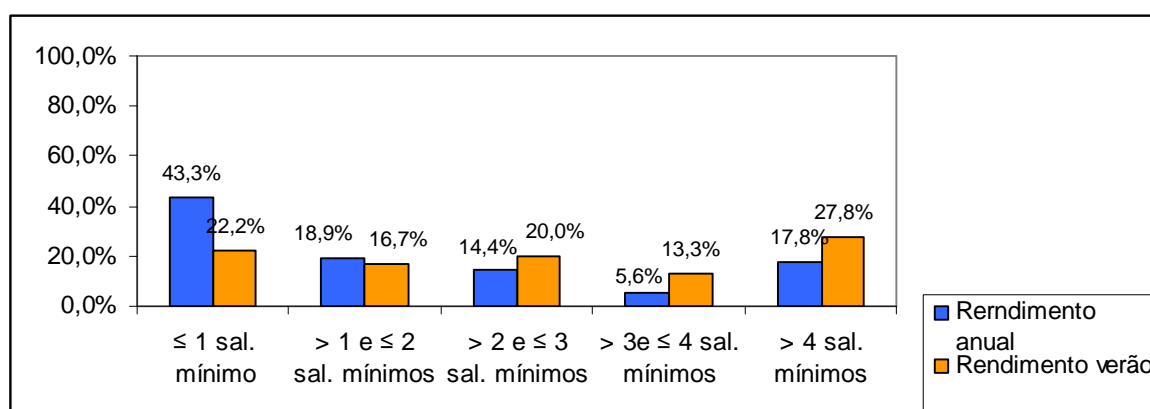
Tabela 8: Auxílio governo por Rendimento mensal

AUXÍLIO GOVERNO	RENDIMENTO MENSAL											
	≤ 1 sal. Mínimo		> 1 e ≤ 2 sal. Mínimos		> 2 e ≤ 3 sal. Mínimos		> 3 e ≤ 4 sal. Mínimos		≥ 4 sal. Mínimos		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Bolsa FUNAI	9	23,1			2	15,4					11	12,2
Bolsa Família	4	10,3	3	17,6	2	15,4	1	20,0	2	12,5	12	13,3
Nenhuma	26	66,7	14	82,4	9	69,2	4	80,0	14	87,5	67	74,4
Total	39	100,0	17	100,0	13	100,0	5	100,0	16	100,0	90	100,0
		43,3		18,9		14,4		5,6		17,8		100,0

A demanda de mão-de-obra é na região, em sua grande parte, para garçom, serviços domésticos e jardinagem; e nos meses precedentes à alta temporada, há maior ocorrência de vagas de trabalho na construção civil, para reparos, reformas e construção de estabelecimentos comerciais e casas de veraneio.

A alteração dos níveis de renda da população, do inverno para o verão, pode ser visualizada no Gráfico 1. Nele observa-se que as categorias salariais abaixo de dois salários mínimos reduzem sua incidência. No primeiro caso, durante o ano, tem-se 43,3% da população que recebe até 1 salário mínimo, no verão, essa percentagem passa para 22,2% dos entrevistados. Na segunda faixa, de 18,9% passa para 16,7%. A partir daí, cada faixa salarial tem um aumento no número de ocorrências. Durante o ano, 14,4% dos entrevistados pertencem a faixa de renda de 2 a 3 salários mínimos, aumentando – no verão - para 20% dos entrevistados. O mesmo ocorre na faixa de 3 a 4 salários mínimos: dos 5,6% da população, durante o ano, passa para 13,3%, no verão. Porém, o aumento mais significativo ocorre para quem pertence a faixa de mais de 4 salários mínimos, que de 17,8%, durante o ano, passa para 27,8%, no verão; ou seja, há um aumento de 10% dos entrevistados que passam a receber mais de 4 salários mínimos nos meses de alta temporada.

Gráfico 1: Relação entre o rendimento mensal durante o ano e rendimento durante o verão



Fonte: Pesquisa Desenvolvimento Local Sustentável e Turismo: o caso de Cumuruxatiba

A fim de comparar a mudança do valor do rendimento anual pelo rendimento do verão observa-se, na Tabela 9, que dos 39 entrevistados que recebe 1 salário mínimo ou menos, 23,1% passa a ganhar de 1 a 2 salários mínimos, 12,8% de 2 a 3 salários mínimos, 7,7% de 3 a 4 salários mínimos e 5,1% passa a ter um rendimento superior a quatro salários mínimos, ou seja, 19 deles aumentam seu rendimento.

O aumento do rendimento da população é também reiterado pelas entrevistas realizadas com os proprietários das 37 (trinta e sete) pousadas. Há uma variação do número de funcionários contratados nas pousadas da vila: os 79, durante o ano, saltam para 174, no verão; equivalendo a um aumento de 120% na oferta de emprego.

Isso revela que durante os meses de alta temporada a mão-de-obra disponível em Cumuruxatiba dedica-se às atividades turísticas. É uma oportunidade de sobrevivência, uma vez que o rendimento do verão aumenta a receita das famílias. Assim, há famílias que sobrevivem o ano com o que ganham nos três meses de verão. Diante disso, a sazonalidade do emprego ocasiona uma dependência da população em relação ao volume de veranistas. Essa questão é estudada de maneira mais detalhada nos itens seguintes.

Tabela 9: Rendimento mensal durante o verão por Rendimento mensal durante o ano

RENDIMENTO MENSAL DURANTE O VERÃO	RENDIMENTO MENSAL DURANTE ANO											
	≤ 1 sal. Mínimo		> 1 e ≤ 2 sal. Mínimos		> 2 e ≤ 3 sal. Mínimos		> 3 e ≤ 4 sal. Mínimos		> 4 sal. Mínimos		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
≤ 1 sal. Mínimo	20	51,3									20	22,2
> 1 e ≤ 2 sal. Mínimos	9	23,1	6	35,3							15	16,7
> 2 e ≤ 3 sal. Mínimos	5	12,8	5	29,4	8	61,5					18	20,0
> 3 e ≤ 4 sal. Mínimos	3	7,7	5	29,4	1	7,7	3	60,0			12	13,3
≥ 4 sal. Mínimos	2	5,1	1	5,9	4	30,8	2	40,0	16	100,0	25	27,8
Total	39	43,3	17	18,9	13	14,4	5	5,6	16	17,8	90	100,0

4.2.2. Importância do turismo:

Ao analisar a percepção dos entrevistados sobre o turismo, verifica-se que a maioria dos moradores de Cumuruxatiba atribui grande importância do turismo para sua vida e para a comunidade. Assim, a Tabela 10 revela que 48,9% dos entrevistados diz que sua vida depende exclusivamente do turismo. Essa situação, ao mesmo tempo em que reflete a importância do turismo para Cumuruxatiba, manifesta a dependência da população em relação a essa atividade econômica. Sobre isso, discurso do Sr. Jaime, administrador do distrito: *“para minha vida, o turismo aqui é o mais importante. Por que é a fonte de renda do lugar. É a sobrevivência de todos aqui. E então, para mim, é a coisa mais importante. Não temos outra fonte de renda. Quando serve para mim, serve para todos”*.

Na Tabela 10, ainda, pode-se observar que para os entrevistados que recebem até 4 salários mínimos, o turismo é a atividade mais importante. Porém, no nível mais alto de renda (acima de 4 salários mínimos), 50% responde que o turismo é importante na sua vida, ainda que não seja a principal atividade e fonte de renda.

Pode-se inferir que nesse caso predominam moradores de outros estados que escolheram Cumuruxatiba como opção de vida, mas mantêm vínculos com a sua cidade origem. Isso ocorre, por exemplo, quando o morador possui renda de aluguéis ou aposentadoria. Há, ainda, a possibilidade de serem funcionários públicos que trabalham nas áreas da educação e da saúde. Esse segundo caso pode ser exemplificado com a Sra. Rosângela que, além de ser diretora do colégio municipal, é gerente de uma pousada: *“para minha vida o turismo é muito importante. Porque, além da escola (municipal), eu trabalho com o turismo. E isso faz que eu tenha contato com outras pessoas e perceba as diferentes características que os turistas trazem. E porque, quando eu trabalho, também ajuda a aumentar minha condição de vida”*. Assim, o turismo é visto como uma atividade econômica importante, mesmo para aqueles que - durante o ano - têm outras atividades profissionais.

Tabela 10: Importância do turismo para vida do entrevistado por Rendimento

IMPORTANCIA DO TURISMO PARA VIDA DO ENTREVISTADO	RENDIMENTO											
	≤ 1 sal. Mínimo		> 1 e ≤ 2 sal. Mínimos		> 2 e ≤ 3 sal. Mínimos		> 3 e ≤ 4 sal. Mínimos		> 4 sal. Mínimos		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Não dependo do turismo	7	17,9	4	23,5	1	7,7			2	12,4	14	15,5
Minha vida depende exclusivamente do turismo	21	53,8	7	41,2	7	53,8	3	60	6	37,6	44	48,9
É importante, mas não dependo do turismo.	11	28,2	6	35,3	5	38,5	2	40	8	50	32	35,6
Total	39	100,0	17	100	13	100	5	100	16	100	90	100
		43,3		18,9		14,4		5,6		18,0		

No segundo momento, ao serem perguntados sobre a importância do turismo para a comunidade (Tabela 11), 88,9% dos entrevistados diz que a atividade é positiva no tocante à geração de emprego e renda. Esse percentual representa a quase totalidade dos entrevistados, independente do nível de escolaridade. Essa situação vai ao encontro de Lage e Milone (2001) que afirmam que quando observado os impactos econômicos do turismo, a geração de emprego e renda aparece como a principal justificativa para essa atividade. Soma-se, ainda, 10% dos entrevistados que acha que o turismo é importante por incentivar a vinda de pessoas diferentes para Cumuruxatiba. Dessa forma, a quase totalidade dos entrevistados, 98,9%, considera o turismo como atividade de importância central para a localidade.

Essa percepção é reiterada pela doceira de cocadas, Sra. Neuza, sintetiza a importância do turismo para a localidade: *“importante por que é de onde a gente tira o pão de cada dia. É bom para gente, que vive aqui... Um lugar muito parado, não tem empresa nenhuma, a gente vive do turismo mesmo. Sem o turismo fica difícil até viver aqui. A vantagem para a gente é essa: ele que traz dinheiro para cá”*. O discurso indica que Cumuruxatiba depende da atividade turística no verão e, sem ela, não haveria outro meio de sobrevivência. A pesca não tem escala suficiente para que seja vendida em outros mercados e, além disso, a maior parte dos consumidores de pescados são donos de pousadas e restaurantes. A pesca e o comércio, logo, também dependem da atividade turística para sobreviver.

Apenas um entrevistado disse que a atividade turística não é importante para Cumuruxatiba, por ser predatória. Dessa maneira, pode-se considerar o turismo como uma atividade econômica central para comunidade, onde os entrevistados percebem-na como positiva e benéfica para todos. Assim, pode-se atribuir ao turismo ser uma fonte de renda local tanto na perspectiva individual quanto coletiva. A discussão da importância do turismo é ampliada no item abaixo quando considera as mudanças ocorridas que potencializaram a busca pelo desenvolvimento local.

Tabela 11: Importância do turismo para comunidade por Escolaridade

IMPORTÂNCIA DO TURISMO PARA COMUNIDADE	ESCOLARIDADE													
	Analfabeto		Fundamental Completo		Fundamental incompleto		Médio completo		Médio incompleto		Superior		Total	
	Nº	%	nº	%	nº	%	Nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Gera emprego e renda	4	57,1	17	89,5	9	90,0	38	95,0	4	80	9	100,0	81	88,9
Traz pessoas diferentes para a vila	3	42,9	2	10,5	1	10,0	2	5,0					8	10,0
Poucas pessoas ganham com o turismo									1	20			1	1,1
Total	7	100,0	19	100,0	10	100,0	40	100,0	5	100,0	9	100,0	90	100,0
		7,8		21,1		11,1		44,4		5,6		7,8		

4.2.3. A importância do turismo para o desenvolvimento local:

O turismo em Cumuruxatiba não deve ser considerado apenas como uma fonte de renda, mas também como instrumento de desenvolvimento da localidade. A Tabela 12 revela que 63,3% dos entrevistados considera que há dez anos Cumuruxatiba era pior do que hoje. Desses, 42,2% afirma que antes a vila não possuía infra-estrutura. Essa situação de precariedade pode ser percebida no discurso da Sra. Dolores, sobre as transformações ocorridas na comunidade nos últimos anos: *“houve muitas mudanças da época que eu cheguei em 1993. Nós não tínhamos absolutamente nada, não tínhamos acesso ao pão, ao leite... A escola era bastante precária, não tínhamos posto de saúde. Hoje, o comércio melhorou bastante. Não tínhamos carne, verdura, frutas. Hoje em dia já temos isso tudo. Melhorou bastante, sim, e essas melhoras têm interferência do turismo e das pessoas de fora que vieram morar para cá e trouxeram os hábitos de São Paulo, Rio de Janeiro e até estrangeiros... Dessa forma o comércio é obrigado a melhorar”*.

As mudanças positivas também são apresentadas pelo Sr. Jaime, que afirma muita coisa já ter mudado: *“já melhorou bastante. Hoje nós temos supermercados bons, (onde se) encontra as coisas. Temos farmácias, açougues, casa de material de construção e internet. Tem coisas que já melhorou de 10 anos para trás. Padaria, por exemplo, já temos três ou quatro”*.

De acordo com os discursos anteriores, nota-se que as transformações aconteceram de maneira gradativa, conforme a necessidade dos novos moradores e do turismo; uma vez que se tornou fundamental a melhoria na prestação de serviços para conquistar os clientes mais exigentes principalmente no comércio da região.

Contrariando as afirmações dos discursos anteriores, na Tabela 12 pode-se verificar que entre os analfabetos, 42,3% acha que há dez anos a vila era a mesma, só que com menos pousadas e restaurantes. Dessa assertiva, infere-se que a população sem escolaridade não percebe as transformações que aconteceram na localidade. Talvez isso se dê pelo fato de não participarem dessas mudanças no dia-a-dia, por exemplo, com a compra de produtos mais sofisticados, o uso da internet, telefones, entre outros. Contudo, há melhorias que são notadas, como o calçamento

da rua principal, a construção de pontes, água encanada e telefonia; embora os entrevistados não lhes atribuam como desenvolvimento da infra-estrutura local.

Em uma perspectiva de futuro, a Tabela 13 revela como os entrevistados imaginam Cumuruxatiba daqui a 10 anos. Alguns deles, 47,8%, acreditam que a região será um município independente. O que é explicado pelo Sr. Antonio em função da desarticulação entre a Prefeitura de Prado e o distrito de Cumuruxatiba: *“todo mundo reclama do acesso. Se tem um acesso melhor, as pessoas vêm. Tendo uma estrada boa, a pessoa nem pergunta, ela vem. A prefeitura aqui não dá a assistência que deveria dar: o acesso, um “troço” simples, que podia ser um caminhão com dois homens só tapando buraco e pronto. Um custo baixíssimo, que não custaria nada para os cofres públicos”*.

Para os moradores, a possibilidade de Cumuruxatiba se transformar em um município independente, aumentaria suas competências e melhor atenderia às necessidades da comunidade; o que não ocorre sendo Cumuruxatiba apenas um distrito do Prado. De acordo com Borba (2002) é função do poder público estimular a inovação por meio da implantação de uma infra-estrutura efetiva, da qualificação da mão-de-obra, da criação de ambiente estimulante para negócios e do compromisso de qualidade de vida adequada para os moradores locais.

A falta de atuação da Prefeitura Municipal pode ser constatada, ainda, quando os entrevistados são inquiridos sobre as necessidades de melhoria em Cumuruxatiba. Na Tabela 14 verifica-se que 51,1% dos entrevistados considera que a infra-estrutura ainda deve ser melhorada no local. Mesmo apontado por muitos moradores como fundamental para o desenvolvimento da região, o asfaltamento da estrada teve um percentual de importância para apenas 21,1% dos entrevistados, mesma percentagem daqueles que acreditam que a melhoria de Cumuruxatiba está ligada ao aumento do número de empregos gerados. Além desses, 6,7% dos entrevistados considera que não há nada para melhorar e que Cumuruxatiba está bem da maneira como se encontra.

Quanto ao que deve melhorar em Cumuruxatiba, os atores sociais manifestaram-se da seguinte forma:

Tabela 12: Como era Cumuruxatiba há 10 anos por Escolaridade

COMO ERA CUMURUXATIBA HÁ 10 ANOS	ESCOLARIDADE													
	Analfabeto		Fundamental Completo		Fundamental Incompleto		Médio Completo		Médio Incompleto		Superior		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Muito melhor, pois vinham poucos turistas.	2	28,6	3	15,8	3	30,0	6	15,0	2	40,0	3	33,3	19	21,1
Igual, só que com menos pousadas e restaurantes.	3	42,9	1	5,3		0,0	6	15,0	2	40,0	2	22,2	14	15,6
Pior, pois a população não tinha com que trabalhar.	2	28,6	7	36,8	3	30,0	6	15,0		0,0	1	11,1	19	21,1
Pior, pois não tinha infraestrutura.			8	42,1	4	40,0	22	55,0	1	20,0	3	33,3	38	42,2
Total	7	7,8	19	21,1	10	11,1	40	44,4	5	5,6	9	4,4	90	100,0

Tabela 13: Como imagina Cumuruxatiba daqui a 10 anos por Escolaridade

COMO IMAGINA CUMURUXATIBA DAQUI A 10 ANOS	ESCOLARIDADE													
	Analfabeto		Fundamental Completo		Fundamental Incompleto		Médio Completo		Médio Incompleto		Superior		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Do jeito que está			1	5,3	1	10,0	1	2,5		0,0	2	22,2	5	5,6
Com um pouco mais de pousadas e restaurantes	2	28,6	5	26,3	3	30,0	16	40,0	1	20,0	2	22,2	29	32,2
Com muitos hotéis e restaurantes	2	28,6	1	5,3	3	30,0	5	12,5	1	20,0	1	11,1	13	14,4
Um município independente	3	42,9	12	63,2	3	30,0	18	45,0	3	60,0	4	44,4	43	47,8
Total	7	100,0 7,8	19	100,0 21,1	10	100,0 11,1	40	100,0 44,4	5	100,0 5,6	9	100,0 4,4	90	100,0

Tabela 14: O que precisa melhorar em Cumuruxatiba por escolaridade

O QUE PRECISA MELHORAR EM CUMURUXATIBA	ESCOLARIDADE													
	Analfabeto		Fundamental Completo		Fundamental Incompleto		Médio Completo		Médio Incompleto		Superior		Total	
	nº	%	nº	%	Nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Infra-estrutura básica*	3	42,9	9	47,4	5	50,0	21	52,5	3	60,0	5	55,6	46	51,1
Asfaltar a estrada	2	28,6	4	21,1	2	20,0	9	22,5			2	22,2	19	21,1
Aumentar o número de empregos	2	28,6	4	21,1	3	30,0	7	17,5	2	40,0	1	11,1	19	21,1
Não precisa melhorar nada			2	10,5			3	7,5			1	11,1	6	6,7
Total	7	100,0 7,8	19	100,0 21,1	10	100,0 11,1	40	100,0 44,4	5	100,0 5,6	9	100,0 10,0	90	100,0

*Considera-se infra-estrutura sendo: saneamento, água encanada, energia elétrica.

- Manoel, proprietário de restaurante popular: *“Eu acredito que precise melhorar a educação e melhorar o meio de locomover. A estrada está um pouco precária, mesmo para o nativo. Porque se é melhor para o turismo, é melhor para o nativo. O que eu sei é que têm muitas coisas para melhorar”*.
- Dolores, proprietária de restaurante sofisticado: *“É difícil de dizer... Eu vejo que as casas são precárias, então quer dizer que as pessoas têm pouca coisa, tem pouca alimentação, precisam de conforto. Então, acho que o básico tem que melhorar, para ter uma vida mais saudável e confortável”*.
- Antonio, proprietário de pousada: *“Melhorar o social é melhorar a vida da pessoa, precisa de mais emprego”*.
- Antonio Carlos, pescador: *“Para se desenvolver, falta muita coisa. Eu não posso nem te explicar, mas é a respeito de serviço... Emprego só tem na área do verão e da pescaria. Pescaria, hoje, não está compensando mais, está muito ruim. É só no turismo mesmo”*.
- Raimundo, vereador da comunidade: *“Educação, saúde e policiamento também. Por que nós não temos segurança aqui e a estrada que não é muito boa. Melhorar a estrada para ficar mais cômoda dos turistas virem”*.

Nos depoimentos acima, algumas melhorias são apontadas: educação, estrada, infra-estrutura, policiamento, saúde, geração de empregos. Percebe-se que, dentre o levantado, apenas a geração de emprego não seria uma política pública, ainda que, fortemente influenciada pelas ações de cunho político. Dessa maneira, o depoimento da Sra. Rosangela, diretora da escola municipal, sintetiza as necessidades de melhoria local: *“Eu acho que, basicamente, o que precisaria era de uma política governamental mais decente. Isso em Cumuru e no Brasil inteiro, onde as pessoas tenham mais oportunidades, que dessem salários mais dignos e decentes”*.

Em seu discurso, a Sra. Jalene, é quem mais se aproxima do conceito de desenvolvimento local, proposto neste estudo por autores como Moura (2000), Santos e Rodrigues (2002), Milani (2004), entre outros: *“Deve-se buscar uma infraestrutura básica para a gente desenvolver a comunidade. A gente precisa dos serviços básicos públicos como água, saneamento, esgoto, educação de melhor*

qualidade e cursos profissionalizantes. E, dessa forma, manter realmente aquilo que tem atraído o turista para cá. Desenvolver com consciência, com parceria. Um trabalho sendo desenvolvido com a comunidade, empresários e políticos para que a gente possa ver a cidade crescer de forma ordenada. Por que a gente não pode mais crescer em tamanho, a gente tem que crescer em qualidade de vida”.

No caso de Cumuruxatiba, a melhoria da qualidade de vida é essencial para o local, pois se trata de região marcada pela exclusão. Então o discurso da Sra. Jalene mostra que o turismo além das oportunidades econômicas possibilita um processo de inclusão social, porém isso só ocorrerá se houver maior integração entre os atores sociais, fundamentados no planejamento de suas ações pelas utopias propostas por Sposati (1999): autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade.

Considerando as mudanças ocorridas em Cumuruxatiba devido ao turismo percebe-se, na Tabela 15, que 85,6% dos entrevistados afirma que as mudanças foram positivas. 36,6% assinala que, graças ao turismo, Cumuruxatiba pôde crescer e 32,2% acha positiva posto que a atividade econômica gera emprego e renda para o local. Somado ainda com 16,7% acredita que turismo possibilitou o desenvolvimento da região.

Nota-se, na Tabela 15, que, independente da faixa salarial, os entrevistados consideram que o turismo modificou positivamente a localidade. 35,3%, daqueles que recebe de 1 a 2 salários mínimos, considerara que o segmento possibilitou o desenvolvimento de Cumuruxatiba. Resultado diferente daquele observado em outras faixas de renda, que justificaram o turismo como possibilidade de crescimento e geração de receita.

Para o Sr. Pedro, proprietário do único hotel de Cumuruxatiba, afirma que *“a vantagem do turismo é inegável. É ele que promove o enriquecimento da região, seja cultural, seja econômico, proporcionando às pessoas emprego, infra-estrutura. A desvantagem é que venha de uma maneira predatória que, evidentemente, vai custar o paraíso que a gente tanto quer manter”.*

Tabela 15: Mudanças ocasionadas pelo turismo por Rendimento

MUDANÇAS OCACIONADAS PELO TURISMO	RENDIMENTO											
	≤ 1 sal. Mínimo		> 1 e ≤ 2 sal. Mínimos		> 2 e ≤ 3 sal. Mínimos		> 3 e ≤ 4 sal. Mínimos		> 4 sal. Mínimos		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Positivas, pois trouxeram o desenvolvimento.	4	10,3	6	35,3	1	7,7	1	20,0	3	18,8	15	16,7
Positivas, pois graças ao turismo a vila pôde crescer.	16	41,0	5	29,4	6	46,2	1	20,0	5	31,3	33	36,6
Positivas, pois gera emprego e renda.	15	38,5	5	29,4	2	15,4	1	20,0	6	37,5	29	32,2
Negativas, porque destruíram a cultura local.	1	2,6			3	23,1	1	20,0	2	12,5	7	7,8
Negativas, pois todos dependem financeiramente do turismo.	3	7,7	1	5,9	1	7,7	1	20,0			6	6,7
Total	39	100,0 43,3	17	100,0 18,9	13	100,0 14,4	5	100,0 5,6	16	100,0 18,0	90	100,0

A elevada percentagem de pessoas que consideram o turismo positivo justifica-se, portanto, por ele ser o instrumento de propulsão para o desenvolvimento local. Porém, deve se ter em conta o alerta do Sr. Pedro em relação aos problemas que o turismo pode causar à comunidade. Nesse sentido há moradores que tem uma visão negativa da atividade turística. Dos entrevistados que recebem até 1 salário mínimo, 7,7% destaca a dependência financeira da vila. Já 23,2% dos entrevistados que ganha de 2 a 3 salários mínimos, acredita que o turismo destrói a cultura local.

Em ambos os casos, o turismo – mesmo sendo reconhecido como gerador de emprego e renda – começa a ser visto como vilão, mas a maioria dos entrevistados percebe que, sem o turismo, não há outra forma de sobrevivência, apesar de muitos aspectos culturais terem sido alterados para atender melhor à demanda turística, como no caso da Festa de São Sebastião, que antes era uma festividade apenas para os moradores locais a fim de proteger os pescadores e agora é uma grande festa onde os participam, muitos turistas, se embebedam como se fosse um carnaval, perdendo toda a religiosidade do evento. Essa situação é bastante comum, pois segundo Cruz (1995) se de um lado o turismo representa uma oportunidade de amenizar problemas econômicos e sociais, por outro pode degradar recursos ambientais e sócio-culturais.

Uma maneira de contornar a situação de dependência econômica em relação ao turismo é sugerida pelo Sr. Jaime. Ele afirma haver a necessidade de novos negócios para o fortalecimento da economia local: *“Cumuruxatiba depende de muitas coisas para melhorar. Por que, além do turismo, que é a fonte de renda, nós precisamos de empresas e outros investimentos para todos viverem. O turismo é um período que antes falava de 90 dias e, hoje, dá de 30 a 40 dias, a depender do carnaval e do tempo. Pois, se pegarmos um verão de muita chuva, acaba o turismo... 10 ou 15 dias, e só”*.

A relação entre o que deveria melhorar em Cumuruxatiba e as mudanças ocasionadas pelo turismo (Tabela 16), faz perceber o seguinte: dos entrevistados que consideram as transformações positivas, por possibilitarem o crescimento da região, a maioria, 56,3%, ainda acredita que é preciso aperfeiçoar a infra-estrutura

Tabela 16: O que deveria melhorar por Mudanças ocasionadas pelo turismo

O que deveria melhorar	Quanto às mudanças ocasionadas pelo turismo											
	Positivas, pois trouxeram o desenvolvimento.		Positivas, pois graças ao turismo puderam crescer.		Positiva, pois geram emprego e renda.		Negativas, pois destruíram a cultura local.		Negativas, pois dependem do turismo financeiramente.		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Infra-estrutura.	9	60,0	18	56,3	12	40,0	5	71,4	2	33,3	46	51,1
Asfaltar a estrada.	3	20,0	7	21,9	8	26,7			1	16,7	19	21,1
Aumentar número de emprego.	2	13,3	6	18,8	7	23,3	2	28,6	2	33,3	19	21,1
Não precisa melhorar nada.	1	6,7	1	3,1	3	10,0			1	16,7	6	6,7
Total	15	100,0 16,7	32	100,0 35,6	30	100,0 33,3	7	100,0 7,8	6	100,0 6,7	90	100,0

local. É também elevada a percentagem da melhoria da infra-estrutura para aqueles que consideram o turismo positivo por ter trazido o desenvolvimento, 60%.

Já aqueles que acham que as mudanças provocadas pelo turismo foram positivas, por gerarem emprego e renda na comunidade, 40% sente falta de melhorias na infra-estrutura, seguido por aqueles que querem o asfaltamento da estrada, 26,7%. Apenas 23,3% considera haver necessidade de aumento no número de empregos. Nesse caso, percebe-se uma incongruência, pois mesmo para aqueles que o turismo é considerado como gerador de emprego tendem a privilegiar melhoria da infra-estrutura invés da criação de novos postos de trabalho.

Quanto aos entrevistados que percebem como negativas as mudanças ocasionadas pelo turismo, ou seja, os que consideram a destruição da cultura local como ocasionada pelo turismo, 71,4% defende a melhoria da infra-estrutura local, nesse caso, deve-se tomar cuidado, pois muitas vezes melhorar a infra-estrutura implica na mudança das características locais podendo impactar negativamente na cultura caso não haja um planejamento. Daqueles que se manifestaram negativamente, por dependerem financeiramente do turismo, 33,3% acredita que há necessidade de aumento da oferta de empregos. Essa situação é controversa, pois quanto mais emprego é gerado pelo turismo, mais dependente a comunidade se torna dessa atividade.

A fim de acabar com a dependência da atividade turística principalmente no verão e criar novas oportunidades para localidade são necessárias alternativas, como a ampliação do turismo para o ano todo ou a mobilização da comunidade para desenvolver outras potencialidades locais.

Na perspectiva do turismo como agente de mudança, voltado para o alcance de desenvolvimento local (Tabela 17), destaca-se a maneira como os entrevistados enxergam as alterações no entorno: 42,2% afirma que o turismo pode ajudar a comunidade, gerando emprego e renda. A atividade é vista, por si só, como multiplicadora de postos de trabalho.

Uma situação interessante, mostrada pela Tabela 17, é que, considerados os moradores nascidos em Cumuruxatiba, o turismo é visto não só como gerador de

Tabela 17: Contribuição do turismo para melhorias na comunidade por Naturalidade

CONTRIBUIÇÃO DO TURISMO	NATURALIDADE															
	Cumuruxatiba		Bahia		São Paulo		Rio de Janeiro		Espírito Santo		Minas Gerais		Outros		Total	
	Nº	%	nº	%	Nº	%	Nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Gerando emprego e renda.	14	31,8	9	47,4	7	63,6	4	57,1	1	50,0	2	50,0	1	33,3	38	42,2
Tornando Cumuruxatiba mais conhecida.	10	22,7	5	26,3							1	25,0			16	17,8
Permitindo que a mão-de-obra se qualifique.	6	13,6	2	10,5	3	27,3									11	12,2
Trazendo novas oportunidades para o local.	14	31,8	3	15,8	1	9,1	3	42,9	1	50,0	1	25,0	2	66,7	25	27,8
Total	44	100,0 48,9	19	100,0 21,1	11	100,0 12,2	7	100,0 7,8	2	100,0 2,2	4	100,0 4,4	3	100,0 3,3	90	100,0

empregos (31,8%), mas, também, como atividade responsável pelas novas oportunidades para o local (31,8%). O fato revela que, para os cumuruxatibenses, o turismo tem importância para além da geração de empregos; dado que se torna a ligação entre a vila e as grandes cidades; trazendo inovações, novos negócios e conhecimento. Assim, graças ao turismo, Cumuruxatiba tem a chance de conhecer outras culturas e, com elas, novas oportunidades de negócios e profissões.

Logo, o turismo em Cumuruxatiba ao mesmo tempo em que gera emprego e desenvolve a localidade, proporciona uma relação de dependência social e econômica, ou seja, sem o turismo a vila não tem condições para se sustentar, essa percepção negativa do turismo para Lage e Milone (2004) surge com o desaparecimento do entusiasmo inicial proporcionado pelo turismo. A população local compreende sua dependência econômica, além de não controlar mais as transformações de seu território.

Assim, o turismo mesmo sendo fundamental para o desenvolvimento da localidade aos poucos começa a trazer impactos negativos, principalmente por ser uma atividade sazonal que faz com que a comunidade se estruture e dependa das oportunidades de trabalhos gerados apenas durante os meses de verão. O turismo traz ao mesmo tempo a esperança de melhoria da qualidade de vida e o rancor da dependência econômica.

4.2.4. Turismo e comunidade:

No desenvolvimento da atividade turística, a comunidade local é quem sofre os principais impactos. Por isso se torna relevante analisar as percepções que os moradores têm em relação essa atividade; principalmente no que tange à geração de emprego e renda local e a transformação do cotidiano.

A Tabela 18 mostra que a metade dos entrevistados, independente da faixa salarial considera que o turismo possibilitou aos moradores de Cumuruxatiba aprender novas atividades profissionais, devido à diversidade laboral apresentada pela atividade turística.

É interessante observar que 17,9% dos entrevistados que recebe até 1 salário mínimo, alerta para o fato de que os proprietários de pousadas e restaurantes contratam pessoas de outras localidades, diminuindo a oferta de emprego para os moradores locais. Isso ocorre, pois há uma necessidade de mão-de-obra qualificada em pousadas e restaurantes, como nos cargos de gerência, onde o funcionário deve falar mais de um idioma, usar o computador, organizar tarefas administrativas e liderar equipes. Essa situação para Krippendorf (2000) parte do princípio da comodidade, assim, quando não há pessoas capacitadas o empresariado então busca em outras cidades. Dessa maneira, os empregos qualificados ficam restritos às pessoas de fora, atribuindo aos moradores locais funções subalternas. Isso se dá, pois há uma desconsideração do potencial da comunidade em se capacitar.

Vale ressaltar ainda que aproximadamente 17% dos entrevistados, que recebe até 2 salários mínimos, considera que os donos de estabelecimentos turísticos só contratam pessoas da comunidade por serem mão-de-obra barata. Como não possuem qualificação desempenham atividades de baixa remuneração, como auxiliar de cozinha e de limpeza.

Perguntados se a população local está qualificada para trabalhar com o turismo (Tabela 19), 51,1% dos entrevistados considerara que **sim**, ainda que fosse necessário aperfeiçoamento. Segundo Sr. Pedro, capacitar é investir não só no funcionário, mas também no empreendimento turístico: *“A gente acabou de mandar*

Tabela 18: Geração de emprego e renda por Rendimento

GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA	RENDIMENTO											
	≤ 1 sal. Mínimo		> 1 e ≤ 2 sal. Mínimos		> 2 e ≤ 3 sal. Mínimos		> 3 e ≤ 4 sal. Mínimos		> 4 sal. Mínimos		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Suficiente para os moradores.	1	2,6	2	11,8	1	7,7					4	4,4
Comunidade local é vista como mão-de-obra barata.	3	7,7	1	5,9	2	15,4			3	18,8	9	10,0
Graças ao emprego, os moradores melhoraram de vida.	5	12,8	2	11,8	1	7,7	1	20,0	3	18,8	12	13,3
Possibilidade dos moradores aprenderem novas atividades.	19	48,7	8	47,1	7	53,8	4	80,0	7	43,8	45	50,0
Geração de pouco emprego para comunidade.	4	10,3	1	5,9	1	7,7			2	12,5	8	8,9
Contratação de forasteiros no lugar da comunidade local.	7	17,9	3	17,6	1	7,7			1	6,3	12	13,3
Total	39	100,0	17	100	13	100	5	100	16	100	90	100

duas pessoas daqui para fazer curso em São Paulo, no SENAC. Foram 30 dias em especialização de governança e alimentos e bebidas. É um investimento caro, mas acho que é um investimento que tem retorno; porque elas voltaram maravilhadas. Vale a pena investir, por que aqui as pessoas têm aquela inocência que não tem na capital: pureza de trabalhar, de não roubar, de não mexer nos pertences do outros. Isso em hotelaria, que é nosso ramo aqui, é muito importante”.

Por outro lado, 27,3% dos cumuruxatibenses tem a percepção diferente dizendo que não estão preparados para trabalhar com turismo necessitando de cursos profissionalizantes. A Sra. Rosangela concorda com essa assertiva e diz que providências estão sendo tomadas para reverter o quadro: *“A população não está preparada, mas de alguma forma estamos mudando isso. A gente trouxe alguns cursos do SEBRAE na área de hotelaria: de garçons, camareiras, recepcionistas. É uma ação que aos poucos vai acontecendo, pois não se prepara em um curso, nem em um mês, nem em um ano... É uma coisa gradativa”.*

Já o Sr. Antonio posiciona-se de forma contundente quanto à importância da escola no processo de capacitação profissional: *“No colégio podia ter curso de turismo, apanhar os alunos, levar nas pousadas, mostrar o que é turismo, como tem que ser feito como o turista deve ser tratado. Por que a maioria dos rapazes e das meninas tem boa vontade, mas boa vontade não resolve. Uma camareira chega aqui e vai querer arrumar a cama igual a da casa dela, mas aqui é diferente. Não tem aquela agilidade. Não olha o negócio como trabalho por falta de orientação e educação. É difícil trabalhar com o pessoal dessa forma”.*

Dessa forma, a partir dos discursos apresentados, o idealizado é que com o passar do tempo a população local se qualifique para trabalhar com o turismo; sempre procurando novas oportunidades de negócios, a fim de diversificar o rendimento, sem perder as características culturais da comunidade

Outra questão relevante a ser analisada é a participação da comunidade no planejamento e na mobilização para a tomada de decisões. Na Tabela 20, observa-se que 82,2% dos entrevistados não participa do processo deliberativo. Essa percentagem aumenta para 93,2% entre os nascidos em Cumuruxatiba. A falta de

Tabela 19: Preparação dos moradores para trabalhar com turismo por Naturalidade

PREPARAÇÃO DOS MORADORES PARA TRABALHAR COM TURISMO	NATURALIDADE															
	Cumuruxatiba		Bahia		São Paulo		Rio de Janeiro		Espírito Santo		Minas Gerais		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim, conseguem desempenhar bem a função.	2	4,5	1	5,3							1	25,0	1	33,3	5	5,6
Sim, mas falta aperfeiçoamento.	27	61,4	11	57,9	5	45,5	1	14,3	1	50,0	1	25,0			46	51,1
Não, são necessários cursos profissionalizantes.	12	27,3	2	10,5	1	9,1	4	57,1	1	50,0	2	50,0	1	33,3	23	25,6
Não, mas o empresariado deve ensinar.	2	4,5	2	10,5	2	18,2	1	14,3							7	7,8
Não, falta interesse da população.	1	2,3	3	15,8	3	27,3	1	14,3					1	33,3	9	10,0
Total	44	100,0	19	100,0	11	100,0	7	100,0	2	100,0	4	100,0	3	100,0	90	100,0
		48,9		21,1		12,2		7,8		2,2		4,4		3,3		

Tabela 20: Participação nas decisões turísticas por Naturalidade

PARTICIPAÇÃO NAS DECISÕES TURÍSTICAS	NATURALIDADE															
	Cumuruxatiba		Bahia		São Paulo		Rio de Janeiro		Espírito Santo		Minas Gerais		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	3	6,8	4	21,1	5	45,5	1	14,3	1	50,0	2	50,0			16	17,8
Não	41	93,2	15	78,9	6	54,5	6	85,7	1	50,0	2	50,0	3	100,0	74	82,2
Total	44	100,0	19	100,0	11	100,0	7	100,0	2	100,0	4	100,0	3	100,0	90	100,0
		48,9		21,1		12,2		7,8		2,2		4,4		3,3		

participação da comunidade no planejamento e nas decisões locais sobre o turismo enfraquece a busca pelo desenvolvimento sustentável. As ações ficam restritas a um pequeno grupo de interessados e não à comunidade como um todo. Para a Sra. Jalene, é necessário *“uma conscientização comunitária e uma capacitação para manter a vila como ela é; não perdendo suas características”*. Continua: *“acredito que a comunidade precise interagir mais com os empresários e as pessoas de fora e, dessa forma, estarem dispostas a terem o turismo como meio de vida para que a gente possa viver melhor.”* Com a mobilização social, a comunidade conseguirá negociar com os demais atores para ter suas necessidades atendidas e transformadas em potenciais ações de desenvolvimento. Dowbor (1999) afirma que o instrumento do poder local é a participação da comunidade. Essa participação complementa ações como a descentralização do planejamento local, pois as decisões serão tomadas no espaço de vida do cidadão.

Na Tabela 21, que trata da forma de ampliar a participação da comunidade nas decisões, nota-se que 37,5% dos entrevistados que participa das decisões considera que a população deve se engajar e atuar nas associações já existentes de moradores, agricultores, comerciantes e pescadores. 62,5% acredita que haveria maior participação caso fossem realizadas reuniões e assembleias comunitárias. Os moradores que não participam da tomada de decisões, 31,1%, acha que a participação em associações já existentes deve ser incentivada. 58,1% sugere o formato de reuniões e assembleias comunitárias para mobilizar a população e apenas 10,8%, dos que não participa da tomada de decisões, acha que a população não tem interesse em participar.

Sra. Rosangela, que participa de algumas reuniões, afirma que *“as pessoas são muito individualistas, cada uma pensando em si e não pensando no coletivo. Quando as pessoas começarem a pensar no coletivo, perceberão que o turismo não é só uma ação isolada. Que quando tem turista ganha o ‘pousadeiro’, ganha o dono do restaurante, ganha quem vende cocada e o moço que vende peixe. É uma ação conjunta, assim, quando as pessoas virem que é uma ação conjunta, nós vamos crescer mais”*.

TABELA 21: Forma de participação nas decisões por Participação nas decisões turísticas

DE QUE FORMA A POPULAÇÃO PODERIA PARTICIPAR MAIS DAS DECISÕES	PARTICIPA NAS DECISÕES TURÍSTICAS					
	SIM		NÃO		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Participando das associações de moradores, comerciantes, pescadores.	6	37,5	23	31,1	29	32,2
Criando reuniões e assembléias comunitárias	10	62,5	43	58,1	53	58,9
Não há interesse em participar			8	10,8	8	8,9
Total	16	100,0	74	100,0	90	100,0
		17,8		82,2		

Já o Sr. Jaime, que geralmente não está presente nas reuniões da associação, possui uma visão bem próxima da Sra. Rosangela: *“quase nunca tem essas iniciativas e, quando tem, é do próprio grupinho. (O grupinho) faz o seguinte: todo mundo querendo puxar a sardinha para sua própria latinha. Aí, fica difícil”*.

Percebe-se que parte da população tem interesse em mobilizar a comunidade para defender sua cultura, participando do planejamento das ações, em busca do desenvolvimento local. As associações de moradores, comerciantes, pescadores e agricultores já existem, basta que haja uma atuação mais efetiva dos mesmos. As reuniões e assembléias coletivas, contudo, deveriam ser iniciativas do povo e ter o apoio do administrador do distrito. Essa mudança de atuação segue a recomendação da OMT (2003) que afirma a necessidade do envolvimento dos moradores no processo de desenvolvimento turístico, para que possam compreender as transformações e participar das benfeitorias proporcionando um desenvolvimento local integrado para a comunidade.

Ao considerar o tipo de relacionamento entre a comunidade local e os turistas (Tabela 22), observa-se que 84,1% dos nascidos em Cumuruxatiba considera a integração positiva, existindo em alguns casos até vínculos de amizade. Entretanto, 16,7% dos entrevistados faz referência também a certa separação entre turistas e comunidade. Isso se deve, principalmente, por não serem os lugares freqüentados pelos turistas os preferidos pela comunidade. A separação, todavia, não é explícita. Ela é condicionada pelas músicas tocadas e não propriamente por algum tipo de marginalização. Em bares de predominância da comunidade local, por exemplo, tocam-se ritmos como o “axé” e o “arrocha”; enquanto que, em bares freqüentados por turistas, escuta-se mais MPB.

Considerando o índice de irritação (*irridex*) de Doxey (1975) pode-se considerar que Cumuruxatiba encontra-se na fase inicial, ou seja, tanto os visitantes quanto os investidores são bem vindos. Já na categorização de Krippendorf (2000) a maior parte dos entrevistados encontra-se na primeira categoria, que equivale às pessoas que dependem do turismo para manter o emprego, havendo uma forte justificativa econômica para se incentivar a atividade.

Além da dessemelhança entre turistas e comunidade local, o Sr. Jaime fala das diferenças dos tipos de turistas que vão para Cumuruxatiba: *“Eu vejo que o turista gosta do povo nativo e eles também gostam dos turistas. Mas têm aqueles turistas que vão para pousadas grandes e ficam lá, se fecham, ouvindo só o que os donos das pousadas passam para eles. Têm os turistas que saem, preferem uma casinha de artesanato, mais simples, mais humilde, com coisas mais rústicas para eles verem, para eles conversarem com os nativos, para saber como é a vida. Aqui, Cumuruxatiba, é uma área turística, mas que no passado foi uma aldeia de índios e pescadores que vivia só de caça e pesca. E foi crescendo. Então, muito turista se interessa em saber dessa cultura”*. Cabe aos turistas, portanto, procurar a comunidade; uma vez que ela é receptiva, aprecia a integração e sente-se orgulhosa da sua história e cultura.

Outro ponto importante de impacto na comunidade é a sazonalidade (Tabela 23). A maioria dos entrevistados, 78,9%, considera que se houvesse turismo durante o ano todo, a população teria mais emprego. A sazonalidade, logo, é vista como prejudicial à economia local. Ainda nessa tabela, 11,1% dos entrevistados - com renda menor que 3 salários mínimos - afirma que a sazonalidade impede o desenvolvimento de Cumuruxatiba. Apenas 10,0% acredita que ela é boa, dado permitir que a comunidade se dedique a outras atividades durante a baixa temporada. Segundo Baptista (1997) a sazonalidade deve ser vista como um desafio, que faz com que novas atrações sejam desenvolvidas para promover outras formas de turismo.

A Sra. Thais, durante sua fala, aponta alternativas para o combate da sazonalidade e o turismo de massa: *“a temporada das baleias é uma forma de acabar com isso (sazonalidade). Atrair pessoas em um outro período pode ser um atrativo novo. Aqui ninguém quer aquele turismo o ano todo. Eu acho. Pelo que eu já conversei com as pessoas, ninguém quer trabalhar 365 dias por ano com turismo e, também, ninguém quer um turismo de massa. Mas viver do verão é muito difícil. Então, eu acho que a temporada das baleias é interessante, por que vai aumentar o fluxo de turistas de julho a novembro”*.

A necessidade de uma alternativa ao desenvolvimento turístico local, concentrado no período do verão, inclui a busca de atrativos que façam aumentar o

Tabela 22: Relação entre a comunidade local e o turista por Naturalidade

RELAÇÃO COMUNIDADE LOCAL X TURISTA	NATURALIDADE															
	Cumuruxatiba		Bahia		São Paulo		Rio de Janeiro		Espírito Santo		Minas Gerais		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	Nº	%
Há integração e muitos estabelecem laços de amizade.	37	84,1	17	89,5	6	54,5	5	71,4	2	100,0	2	50,0			69	76,7
Não há nenhum problema, mas não há integração.	6	13,6	1	5,3	4	36,4	2	28,6			1	25,0	1	33,3	15	16,7
A comunidade local sente seu espaço invadido pelo turista.	1	2,3	1	5,3	1	9,1					1	25,0	2	66,7	6	6,7
Total	44	100,0	19	100,0	11	100,0	7	100,0	2	100,0	4	100,0	3	100,0	90	100,0
		48,9		21,1		12,2		7,8		2,2		4,4		3,3		

Tabela 23: Sazonalidade por Rendimento

SAZONALIDADE	RENDIMENTO											
	≤ 1 sal. Mínimo		> 1 e ≤ 2 sal. Mínimos		> 2 e ≤ 3 sal. Mínimos		> 3 e ≤ 4 sal. Mínimos		> 4 sal. Mínimos		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
Ter turismo só no verão prejudica o desenvolvimento de Cumuruxatiba	7	17,9	2	11,8	1	7,7					10	11,1
É bom, pois pode ter outra atividade durante o ano.	4	10,3	2	11,8	1	7,7			2	12,5	9	10,0
Se houvesse turismo o ano todo, teria mais emprego.	28	71,8	13	76,5	11	84,6	5	100,0	14	87,5	71	78,9
Total	39	100,0	17	100	13	100	5	100	16	100	90	100

número de meses em que há movimento. É mais conveniente a presença constante de turistas, intervalada durante o ano, do que uma superlotação durante o verão. Uma das alternativas é a categorização do turismo em ecológico (caminhadas, natureza, passeios de barco, mergulho, etc.), para que se conquiste um novo nicho de mercado. Bom exemplo é o citado pela Sra. Thais, sobre a vistagem de baleias, atração diferenciada da região.

A importância do turismo para a comunidade está relacionada ao desenvolvimento social e humano dos moradores, que consideram positivo o fato de segmento ter dado oportunidades de emprego e renda, possibilitando a qualificação e a criação de novas atividades profissionais. Além disso, a comunidade é bastante receptível à atividade turística, integrando-se com os visitantes.

Conclui-se, portanto que a falta de mobilização e participação da comunidade na tomada de decisões e a sazonalidade do turismo, influenciam negativamente a vida dos moradores, constituem-se fatores impeditivos para o alcance do desenvolvimento local. Além disso, o meio ambiente também merece destaque na análise das transformações sofridas pelo espaço local, uma vez que o turismo influencia e é influenciado diretamente pelas condições naturais.

4.2.5. Turismo e Meio Ambiente:

O turismo em Cumuruxatiba é dependente de suas belezas naturais e, por isso, o meio ambiente além de ser fundamental para a atração dos turistas sofre forte impacto no seu desenvolvimento. De acordo com a OMT (2003) para haver manutenção da sustentabilidade do turismo tem que haver um gerenciamento dos impactos ambientais por meio de um planejamento consciente das transformações do espaço.

A análise da Tabela 24 revela que 45,6% dos entrevistados considera que o turismo protege o meio ambiente. Nesse caso, o meio ambiente é visto como um diferencial para o turismo, uma vez que graças à natureza, turistas freqüentam Cumuruxatiba. 32,2% os entrevistados afirma que a atividade polui o local, seguido

de 15,6% dos entrevistados que se mostra pouco perceptíveis ao meio ambiente, pois não vincula o segmento econômico à proteção ambiental e, ainda, há aqueles (6,7%) que considera que o crescimento da vila é mais importante do que a preservação ambiental.

O Sr. Manoel diz que a educação ambiental está presente no cotidiano das pessoas, por que *“hoje, a própria televisão está ensinando como o turista deve agir para proteger o meio ambiente, aí a gente faz um pouquinho mais de divulgação, pois quanto mais, melhor”*, assim torna-se mais fácil preservar o meio ambiente.

Para o Sr. Antonio Carlos *“o turista protege o meio ambiente mais do que os nativos. Você vê aqui na praia, a maioria dos nativos pegam o lixo e jogam. Já o turista até ponta de cigarro no barco eles procuram um lixo, uma garrafinha de água vazia, para não jogar no mar”*.

Já a Sra. Rosângela, aponta em sua fala a complexidade do meio ambiente. Dado que há *“um lado que depreda e outro que não. Mas falta, de um modo geral, uma visão, tanto do morador quanto do turista, da consciência real do que é preservar o meio ambiente. Por que não é só a coisa ampla, mas também o jogar o papelzinho de bala involuntariamente no chão por não ter uma lixeira ou um turista querer andar de carro na praia, por exemplo. Então, não é só a lata de cerveja e de refrigerante ou o descartável que vai interferir no meio ambiente, mas ações de querer comprar uma orquídea na mão do nativo. Falta educação, digamos assim, do povo, nesse aspecto”*.

Na análise dos discursos acima, tanto os turistas quanto a comunidade local aparecem como responsáveis pela proteção ambiental, e bem da verdade, os turistas e a atividade turística são considerados mais preocupados com o meio ambiente do que a população local. Isso revela que é necessária ação de educação ambiental junto à comunidade para reverter a situação de apatia dos moradores em relação à proteção do meio ambiente.

A importância do meio ambiente é refletida diretamente na política de divulgação das atrações locais, uma vez que o turismo na região está vinculado às condições das praias nativas. Na Tabela 25 é apresentada a visão dos entrevistados sobre a atração que deve ter destaque na divulgação de Cumuruxatiba. 29,5% dos

Tabela 24: Importância do Turismo para a proteção do meio ambiente

IMPORTÂNCIA DO TURISMO PARA O MEIO AMBIENTE	ESCOLARIDADE													
	Analfabeto		Fundamental Completo		Fundamental Incompleto		Médio Completo		Médio Incompleto		Superior		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Graças ao turismo há proteção ambiental	3	42,9	7	36,8	6	60,0	19	47,5			6	66,7	41	45,6
Não vejo mudanças em relação ao meio ambiente por causa do turismo	1	14,3	4	21,1			6	15,0	1	20,0	2	22,2	14	15,6
Acho que é mais importante desenvolver a vila do que proteger o meio ambiente	2	28,6			1	10,0	3	7,5					6	6,7
O turismo polui a vila	1	14,3	8	42,1	3	30,0	12	30,0	4	80,0	1	11,1	29	32,2
Total	7	7,8	19	21,1	10	11,1	40	44,4	5	5,6	9	4,4	90	100,0

Tabela 25: Atração local de destaque por Naturalidade

ATRAÇÃO LOCAL DE DESTAQUE	NATURALIDADE															
	Cumuruxatiba		Bahia		São Paulo		Rio de Janeiro		Espírito Santo		Minas Gerais		Outros		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Barra do Cahy.	7	15,9	6	31,6	1	9,1	2	28,6			1	25,0	2	66,7	19	21,1
Passeio de barco.	10	22,7	1	5,3	3	27,3	1	14,3	2	100,0	2	50,0	1	33,3	20	22,2
Vila de Cumuruxatiba.	9	20,5	7	36,8	4	36,4					1	25,0			21	23,4
Praias do Sul: Japara, Areia Preta, Dois Irmãos.	5	11,4	2	10,5	1	9,1	3	42,9				0,0			11	12,2
Festa de São Sebastião.	13	29,5	3	15,8	2	18,2	1	14,3				0,0			19	21,1
Total	44	48,9	19	21,1	11	12,2	7	7,8	2	2,2	4	4,4	3	3,3	90	100,0

nascidos em Cumuruxatiba acredita que a Festa de São Sebastião merece maior destaque; dado que demonstra o orgulho das festas culturais. Já entre os baianos (36,8%) e os paulistas (36,4%), o destaque deveria ser dado a própria vila de Cumuruxatiba, enquanto os cariocas (42,9%) optam pelas praias do litoral sul e os capixabas e mineiros pelo passeio de barco.

De maneira geral, todos os entrevistados concordam com a necessidade de buscar o turismo ecológico como alternativa. Dolores afirma que *“investiria mais profundamente no turismo ecológico, caminhadas na floresta e na praia, vistagem da baleia. Afinal, é o que nós temos na região e é isso que temos que aproveitar e explorar. Explorar assim, no bom senso, para que tenha trabalho para todo mundo”*.

O Sr. Pedro alerta para os cuidados que devem ser tomados quanto à divulgação de Cumuruxatiba: *“para atrair turistas para cá só precisa de um contato com a CVC (empresa de viagens) e você transforma isso aqui em um sítio de visitantes, mas não é isso que a gente está buscando. A gente quer turista que venha preocupado com a ecologia, com o turismo sustentável e que venha agregar alguma coisa e não só se aproveitar”*.

A análise do Sr. Pedro é muito próxima do processo de turistificação proposto por Banducci (2002) que mostra a necessidade de se criar uma identidade local fortalecida para que não haja distorções provocadas pela mídia, por turistas ou por investidores isolados. Cumuruxatiba precisa definir as ações necessárias para se alcançar um desenvolvimento turístico que preserve a natureza, buscando o equilíbrio entre o espaço local, a comunidade e os turistas.

Assim, a preservação do meio ambiente deve ser objetivo de preocupação tanto da comunidade, para que ela desenvolva uma cultura ambientalista quanto dos turistas, conscientizando-os da importância da preservação do território, tornando-os agentes de proteção ambiental.

A pesquisa revela que a maioria dos entrevistados foi jovem e que percebe a importância do turismo tanto para sua vida como para a comunidade. Isso revela que o turismo é visto como agente de desenvolvimento, porém o turismo é considerado

muitas vezes apenas como gerador de emprego e renda e não como instrumento de melhorias da qualidade de vida da população.

A sazonalidade, a falta de capacitação profissional, a dependência econômica e o acesso aparecem como fatores negativos que precisam ser minimizados. Alternativas foram propostas pelos atores locais, como por exemplo, a ampliação do período de visitação turística com a divulgação da visitagem das baleias, a disponibilização de cursos profissionalizantes por meio de parcerias com o SENAC e SEBRAE e o desenvolvimento de novas oportunidades de atividades econômicas alavancadas pelo turismo como no caso da pesca, da agropecuária e do artesanato. O acesso ainda é bastante controverso, pois mesmo sendo um problema percebido por todos, tem soluções são diversas que vão desde a manutenção da estrada de terra com tratores especializados, o uso de cascalhos até o asfaltamento. Essa situação precisa de muito debate, uma vez que asfaltando a estrada há grande chance de se deteriorar a paisagem, já que a vila não tem infra-estrutura para receber um grande número de turistas. Assim, a comunidade precisa mobilizar-se a fim de decidir qual a melhor alternativa para a região.

Porém, falta de participação da comunidade no processo decisório dificulta a implantação de ações que poderiam efetivamente gerar a melhoria na qualidade de vida dos moradores de Cumuruxatiba proporcionando o então desejado desenvolvimento local sustentável. As associações existentes e a comunidade em geral devem-se articular a fim de mobilizar os moradores a discutir e participar das decisões do planejamento turístico.

Em relação ao meio ambiente, percebe que a comunidade encontra-se bastante confusa quanto a real importância do meio ambiente para o turismo e quanto aos impactos provocados no espaço por essa atividade. Isso é refletido pela falta de conscientização ambiental, que segundo os entrevistados essa ausência de preocupação em relação à natureza é maior na população local do que entre os turistas que são considerados protetores do meio ambiente.

A conscientização ambiental torna-se fundamental para concretizar as propostas de turismo ecológico como foco da atividade turística, para isso, a vila deve ser reestruturada para atender às necessidades de uma atividade interligada ao

meio ambiente com total participação e envolvimento da comunidade principalmente na construção da identidade local.

A partir dos dados dessa pesquisa pode-se considerar que Cumuruxatiba precisa repensar o turismo para que ele proporcione um desenvolvimento sustentável para a localidade, para isso a comunidade tem que valorizar seu poder. A qualidade de vida da população deve ser considerada como centro das ações de planejamento para o desenvolvimento turístico sustentável a fim de minimizar os impactos negativos e proporcionar o fortalecimento da identidade local.

CONCLUSÃO

Esse estudo surgiu da necessidade de se unir dois conceitos: desenvolvimento local sustentável e turismo, tendo em vista a melhoria das condições sociais de uma localidade.

No caso brasileiro, o turismo é uma atividade potencial, devido às suas belas paisagens, praias, chapadas, matas e florestas. O Brasil é um país que possui grande diversidade física e cultural, o que acaba incentivando a atividade turística como alternativa efetiva de desenvolvimento.

Nessa perspectiva, o turismo aparece como um possível instrumento de implementação de ações que gerem o desenvolvimento local. Uma vez pensado sob o enfoque da sustentabilidade, percebe-se que cada localidade tem características únicas e, por isso, deve ser planejada de forma particular.

Deixa-se de lado o turismo padronizado, com grandes redes de hotéis e *resorts* internacionais, para um turismo que valoriza a participação da comunidade, pretendendo-se que essa atividade transforme a região; possibilitando a criação de uma identidade social, cultural e ambiental.

Essa pesquisa privilegiou uma situação comum em várias vilas de pescadores no litoral brasileiro: a vinda de turistas atraídos pela beleza das praias nativas transforma a economia da região, antes era pesqueira e depois dependente financeiramente do turismo. Essa dependência agrava-se por ser uma atividade marcada pela sazonalidade, com grande movimento nas épocas do verão e longo vazio na época do inverno. Os turistas só querem ir à praia nos meses de sol e não em tempos de frio ou chuva.

Analisando a percepção dos moradores locais conclui-se que o turismo em Cumuruxatiba é visto como gerador de empregos e de oportunidades para a vila. As mudanças ocasionadas pelo turismo são encaradas de maneira positiva pelos moradores, mas também como um fato de dependência econômica que necessita

ser minimizado, uma vez que constitui uma atividade sazonal e como tal traz instabilidade para a vida econômica da população.

Duas alternativas foram apontadas para superar essa sazonalidade: a primeira é mudar o foco do turismo, valorizando o turismo ecológico que se estrutura no destaque das paisagens virgens, natureza, praias para caminhadas e recifes de mergulho. A segunda é a divulgação de eventos que ocorrem na região como a presença das baleias jubartes, de julho a novembro. Com isso, a vila superaria o turismo sazonal devendo dispor durante o ano todo de turistas na região. São alternativas integradas, pois ambas estão ligadas à natureza, mas o seu sucesso depende da conscientização ambiental dos moradores.

Essa mudança de enfoque turístico é dependente da participação da comunidade na tomada de decisões que no caso de Cumuruxatiba ainda se envolve muito pouco. Mesmo existindo associações locais, a população não se mobiliza nas discussões de planejamento e de desenvolvimento turístico na região, principalmente em debates de temas como o acesso e a divulgação da localidade. Em muitos casos pode até considerar a população apática quanto às transformações provocadas pelo turismo. Essa situação de inércia faz com que as decisões sejam tomadas aleatoriamente, não atendendo às necessidades de aperfeiçoamento da infra-estrutura local e muito menos de melhoria na qualidade de vida dos moradores.

Portanto para alcançar o desenvolvimento local sustentável implementado a partir da atividade turística tem-se que superar a sazonalidade, mudar o comportamento participativo dos moradores, valorizar o poder local, criar a consciência ambiental e fortalecer a identidade local nesta nova realidade social.

E necessário discutir os caminhos a percorrer em busca da sustentabilidade como propõe Sachs (2002), alcançando novos níveis sociais, ambientais, culturais, espaciais e econômicos. O desenvolvimento local sustentável não poderá estar vinculado apenas à geração de emprego, à sobrevivência da população, às mudanças da condição de vida, mas sim a uma vida com qualidade.

A população deve perceber a relevância do meio ambiente para vila. Compreender que seu crescimento deve ser controlado e ordenado para não

aumentar os impactos ambientais uma vez que a procura por Cumuruxatiba é motivada pelas suas belezas naturais, rusticidade e o aconchego dos moradores e sem isso o turismo perde seu apelo.

O turismo como agente de desenvolvimento exige uma nova concepção, onde desenvolver não é apenas aumentar o número de empregos, mas também a consciência de melhoria da qualidade de vida da população.

Portanto, Cumuruxatiba tem condições de alcançar o desenvolvimento local com o turismo, mas, para isso, a população precisa mudar suas prioridades e incorporar os objetivos da sustentabilidade incentivando a população a participar do processo de planejamento e de formulação de políticas que visem à melhoria da vila. Além disso, aumentar a conscientização da importância do meio ambiente, da participação comunitária e da manutenção da cultura local.

Por fim, essa dissertação revela que o turismo pode ser fomentador do desenvolvimento local, desde que a população participe da tomada de decisões, visando à melhoria das condições no espaço social, cultural e ambiental.

Além disso, trabalhar com a comunidade na identificação de ações que gerem políticas de sustentabilidade efetivas e que fortaleça o poder local, buscando repensar a atividade turística mediante a mobilização, a participação dos diversos segmentos sociais da localidade.

Outras questões merecem ser abordadas em estudos futuros buscando entender tanto a visão do turista como a do poder público. No primeiro caso sobre as mudanças que ocorreram em Cumuruxatiba nos últimos anos; além das expectativas em relação ao local – principalmente – no que tange aos fatores que fazem os turistas voltarem à vila. Já no segundo caso, descortinar as políticas públicas sugeridas e as propostas de estruturação das dimensões distrital, municipal e estadual, para o desenvolvimento do turismo sustentável.

BIBLIOGRAFIA:

ACSELRAD, H. *Território e poder: política das escalas*. In: FISCHER, T. (org) *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

ANDION, C. *Análise das redes e desenvolvimento local sustentável*. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, nº 37, setembro/outubro, 2003.

BANDUCCI, A. BARRETO, M. *Turismo e identidade local: uma visão antropológica*. Capinas: Papirus, 2002.

BAPTISTA, M. *Turismo Competitividade Sustentável*. Lisboa: Verbo, 1997.

BARTHOLO, R. S., BURSZTYN, M. *Prudência e Utopismo: Ciência e Educação para a Sustentabilidade*. In: BURSZTYN, M. (org). *Ciência, ética e sustentabilidade. desafios ao novo século*, Brasília: Cortez, 2001.

BONETI, L. W. *Estado e Exclusão Social Hoje*. In: ZARTH, P.A.; BONETI, L.W.; LECHAT, GEHLEN, I. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

BORBA, R. V. *A cidade cognitiva*. Universidade de São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Tese de doutorado, 2000.

BOURDIN, A. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. *Agenda 21 brasileira: bases para uma discussão*. Brasília, mar. 2000.

BROSE, M. *Fortalecendo a democracia e o desenvolvimento local: 103 experiências inovadoras no meio rural gaúcho*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

BROSE, M. *Avaliação em Projetos Públicos de Desenvolvimento Local: o caso do Projeto Pró-renda no Rio Grande do Sul*. In: FISCHER, T. (org) *Gestão do*

desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

BUTLER, R. W. *Problemas e temas da integração do desenvolvimento do turismo*. In: PEARCE, D.G., BUTLER, R. W. *Desenvolvimento em Turismo: Temas contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2002.

CALDAS, E. C. L.; MARTINS, R. A. *Visões do Desenvolvimento Local: Uma Análise Comparada de Experiências Brasileiras* In: INSTITUTO POLIS <http://www.polis.org.br> Acesso em: 06/04/2005 12h13min.

CAMAROTTI, I. SPINK, P. *Parcerias e Pobreza: soluções locais na implementação de políticas sociais*. São Paulo: Editora FGV, 2000.

CAMINHA, P. V. *Carta a El Rei D. Manuel*, São Paulo: Dominus, 1963.

CASTEL, R. *De l'indigence à l'exclusion, la desaffiliation: précarité du travail et vulnérabilité relationnelle*. In: *Face à l'exclusion: el modèle français*. Paris: Esprit, 1995.

_____ *As Armadilhas da Exclusão*. In: CASTEL, R.; WANDERLEY, L. E.; WANDERLEY, M. B. *Desigualdade e a Questão Social*. São Paulo: EDUC, 1998.

COELHO, F. *Desenvolvimento local e construção social: o território como sujeito*. In: SILVEIRA, C. M. & REIS, G. *Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias*. São Paulo: Rege Dlis, 2001.

COELHO, F. FERNANDES, I. P. *Economia do Turismo: teoria e pratica*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

COOPER, C., (et.all.). *Turismo: princípios e prática*. São Paulo: Editora Bookman, 2001.

CRUZ, R. C. A. *Turismo e impacto em ambientes costeiros*. Universidade de São Paulo, São Paulo, Tese de mestrado, 1995.

DOXEY, G. V. *Recent methodological developments* in Travel Research, Sixth Annual T. T. R. A. Conference, 1975.

DOWBOR, L. *O que é poder local*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. *Reprodução Social*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ECO 92. <http://www.riomaisdez.com.br> Acesso em: 20/05/2005 18h00min

EMBRATUR, Instituto Brasileiro de Turismo. *Política Nacional de Turismo 2004 – 2007* Principais Diretrizes, Estratégias e Programas. Ministério do Turismo e Esportes, 2004.

ESCOREL, S. *Exclusão social no Brasil contemporâneo: um fenômeno sócio-cultural totalitário*. In: Encontro Anual ANPOCS, XIX, Caxambu, 1995.

FBDS, Fundação Brasileira para Desenvolvimento Sustentável. http://www.fbds.org.br/article.php?id_article=199 Acesso em: 04/10/2003 22h14min.

FERRAZ, S. F. S. *Competências profissionais, mercado de trabalho e desenvolvimento local*. In: XXV Enanpad, Campinas: anais, 2001.

FISCHER, T. *Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma agenda*. In: FISCHER, T. (org). *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

_____. *Gestão Contemporânea, cidades estratégicas: Aprendendo com fragmentos e reconfigurações do local*. In: FISCHER, T. (org.). *Gestão Contemporânea, cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1996.

_____. *Poderes locais, governo e cidadania*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1993.

FOUCAULT, M. *Discipline and punish*. Harmondsworth: Pauguin, 1979.

FURTADO, C. *Introdução ao Desenvolvimento: enfoque histórico-estrutura*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

GEHLEN, I. *Identidade Estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla*. In: ZARTH, P.A.; BONETI, L.W.; LECHAT, GEHLEN, I. Os caminhos da exclusão social. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

HIRSCHMAN, A. O. Against parsimony: three easy ways of complicating some categories of economic discourse. *American Economic Review*, v.74, n.2, p. 89-96. may, 1984.

HOLANDA, L. A. & VIEIRA, M. M. F. *Sobre a falácia da relação direta entre turismo e desenvolvimento local*. In: CARVALHO, C.A. & VIEIRA, M. M. F. Organização, Cultura e Desenvolvimento Local: a agenda de pesquisa do Observatório da Realidade Organizacional. Recife: Editora Universitária UFPE, 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados disponíveis em http://www.ibge.gov.br/ibge/mapa_site Consulta em 15/07/2005 14h30min.

JUNQUEIRA, L.A.P., INOJOSA, M.R., KOMATSU, S. *A descentralização e a intersectorialidade na gestão pública municipal no Brasil: a experiência do Brasil*. In: El Tránsito de la Cultura Burocrática al Modelo de la Gerencia Pública: Perspectivas, Posibilidades y Limitaciones, Centro Latinoamericano de administración para el Desarrollo – CLAD/UNESCO, Caracas: 1998 p. 63- 124

JUNQUEIRA, R. G. P. Agendas sociais: desafio da intersectorialidade na construção do desenvolvimento local sustentável. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.34, n.6, p. 117-130 nov./dez, 2000.

KLIKSBERG, B. *O desafio da exclusão social*, para uma gestão social eficiente. São Paulo: Editora Fundap, 1997.

_____. *Falácias e mitos do desenvolvimento social*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

KLEIN, J.L. *Les limites de la regulation: crise de l'Etat-nation et gestion du local*. In: LEVY, J. (org.) *Geographies du Politique*. Paris : Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1991.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do Turismo*. São Paulo: Editora Aleph, 2000.

- LAGE, B. e MILONE, P. C. *Economia do Turismo*. São Paulo: Atlas, 2001.
- LEFF, E. *Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade e Poder*, Editora Vozes: Petrópolis, 2002.
- LEMOS L. *Turismo que negocio é esse?* São Paulo: Papirus Editora, 2003.
- LEVI-STRAUSS, C. *Tristes Trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- LICKORISH L. e JENKINS C. *Introdução ao Turismo*. Editora Campus, Rio de Janeiro: 2000.
- LLORENS, F. *Desenvolvimento econômico local*. Rio de Janeiro: BNDS, 2001.
- MELENDEZ, A. Turismo na América Latina: situação atual e tendências. *Revista Visão e Ação*. Itajaí, ano 2, n.5 p.71-80, out-1999/mar-2000.
- MENDONÇA, R. *Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição?* IN: LEMOS, A. I. G. (org). *Turismo: Impactos socioambientais*. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.
- MICT-BID. *Contribuição do turismo para o desenvolvimento sustentável do nordeste do Brasil*. Recife: 1993.
- MILANI, C. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: Lições a partir da experiência de Pintadas. *Revista Organização e Sociedade*. Salvador: EAUFBA, Edição especial: Poder Local, 2004.
- MOURA M. S.; MEIRA, L *Impactos de Organizações Cooperativas sobre o Desenvolvimento Local: O caso da Ostricultura Comunitária em Ponta dos Mangues/Se*. In: XXVII Enanpad. Atibaia: Anais 2003.
- MOURA, M. S. A gestão do desenvolvimento local: estratégias e possibilidades de financiamento. *Revista Organização e Sociedade*, Salvador, nº12 v.5, maio/ agosto, 1998.
- MOURA, M. S; MELO, V; CASTRO, R; MEIRA, L. e LÔRDELO, J.A.C. Gestão do Desenvolvimento Local, tempos e ritmos de construção: o que sinalizam às práticas. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, nº4 v.36, julho/agosto, 2000.

OLIVEIRA, A. P. *Turismo: desenvolvimento, planejamento e organização*. São Paulo: Atlas, 2002.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. *Introducción al turismo*. Madrid, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. *Guia de Desenvolvimento do Turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PETROCCHI, M. *Turismo: Planejamento e Gestão*. São Paulo: Editora Futura, 2001.

POCHMAN, M.; AMORIM, R. *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. Vol. 1. São Paulo: Cortez, 2003.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Informe Aylwin*. BID: Nações Unidas, 1995.

PUTMAN, R. *Para hacer que la democracia funcione*. Venezuela, Galac, 1994.

PROJETO MILÊNIO <http://www.pnud.org.br/milenio/arquivos/ResumodoProjeto.pdf>
Acesso em: 16/05/2005 10h05min

RIFKIN, J. *A era do acesso*. São Paulo: Pearson Education, 2001.

RODRIGUES, A. B. (org) *Turismo local: oportunidades para inserção*. In: *Turismo: Desenvolvimento Local*. São Paulo: Editora Hucitec Turismo, 2002, p.55-64.

ROSE, A. T. *Turismo: Planejamento e Marketing*. São Paulo: Manole, 2002.

RUSCHMANN, D. M. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. Campinas: Papirus, 1997.

SACHS, I. *Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2002.

SANTOS, B. S, RODRIGUEZ, C. *À procura de alternativas econômicas em tempo de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia* In:

SANTOS, B. S. (org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Coimbra: Oficina do CES nº 135. Jan. 1999.

SANTOS, M. *Pensamento o Espaço do Homem*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHLUTER, R. *Desenvolvimento do turismo sustentável na América do Sul*. In: PEARCE, D.G., BUTLER, R. W. *Desenvolvimento em Turismo: Temas contemporâneos*. São Paulo: Contexto, 2002.

SILVA, R. B. *Complexo Turístico da Costa do Sauípe: transformações socioambientais em Porto Sauípe, Bahia*. In: *Revista Baiana de Tecnologia*, Camaçari, v.19, n 2- 3, maio/dez 2004.

SILVEIRA, C. M. *Desenvolvimento local: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processos*. In: FISCHER, T. (org) *Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação*. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

_____. *Desenvolvimento local no contexto metropolitano*. Documento síntese do ciclo de debates, São Paulo: Finep, 1999.

SPOSATI, A. *Exclusão abaixo da linha do Equador*. In: VERAS, M. P. B., S. *Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam*. São Paulo: Educ, 1999.

STOPPINO, J. M. *Poder*. In: BOBBIO, N. *et. ali*. *Dicionário de política*. Brasília: UNB, 1996.

SWARBROOKE, John. *Turismo Sustentável: Turismo Cultural, Ecoturismo e Ética*. São Paulo: Editora Aleph, 2000.

TOURISM CANADA, Na Action Strategy for Sustainable Tourism Development: Globe 90', 1990.

VIOTTI, E. Ciência e Tecnologia para Desenvolvimento Sustentável Brasileiro. In: In: BURSZTYN, M. (org). Ciência, ética e sustentabilidade. desafios ao novo século, Brasília: Cortez, 2001.

YAZIGI, E. A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

ZAPATA, T. (coord.) Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local. BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Recife, 2000.

ANEXO 1: FORMULÁRIO

01. Sexo:

- a) feminino
- b) masculino

02. Idade do chefe de família

- a) até 18 anos
- b) 19 a 29 anos
- c) 30 a 39 anos
- d) 40 a 49 anos
- e) Acima de 50 anos

03. Naturalidade

- a) Cumuruxatiba
- b) Bahia
- c) São Paulo
- d) Rio de Janeiro
- e) Espírito Santo
- f) Minas Gerais
- g) Outros

04. Grau de escolaridade:

- a) Analfabeto
- b) Fundamental completo
- c) Fundamental incompleto
- d) Médio completo
- e) Médio incompleto
- f) Superior

05. Quantas pessoas residem no domicílio:

- a) 1 pessoa
- b) 2 pessoas
- c) 3 pessoas
- d) 4 pessoas
- e) Acima de 5 pessoas

06. Renda mensal do domicílio:

- a) até 1 salário mínimo
- b) de 1 até 2 salários mínimos
- c) de 2 até 3 salários mínimos
- d) de 3 até 4 salários mínimos
- e) Acima de 4 salários mínimos

07. Renda no período do verão do domicílio:

- a) até 1 salário mínimo
- b) de 1 até 2 salários mínimos
- c) de 2 até 3 salários mínimos
- d) de 3 até 4 salários mínimos

- e) Acima de 4 salários mínimos
08. Essa renda vem de algum auxílio do governo:
- a) Bolsa Família
 - b) Bolsa FUNAI
 - c) Nenhuma
09. Como o sr (a) é contratado?
- a) Sem carteira assinada com contratação anual
 - b) Sem carteira assinada com contratação temporária
 - c) Com carteira assinada
 - d) Contratação diária
 - e) Autônomo
10. Quantas pessoas, além, trabalham no domicílio?
- a) 1 pessoa
 - b) 2 pessoas
 - c) 3 pessoas
 - d) 4 ou mais pessoas
11. Qual a importância da atividade turística para a vida do sr (a):
- a) Não dependo do turismo.
 - b) Minha vida depende exclusivamente do turismo
 - c) É importante, mas não dependo do turismo.
12. Qual a importância para a vida dos moradores de Cumuruxatiba:
- a) Gera empregos e renda
 - b) Traz pessoas diferentes para a cidade
 - c) São poucas pessoas que ganham com o turismo
13. Como era Cumuruxatiba há dez anos:
- a) Muito melhor, pois vinham poucos turistas.
 - b) Igual, só que com menos pousadas e restaurantes.
 - c) Pior, pois a população não tinha com que trabalhar.
 - d) Pior, pois não tinha a infra-estrutura que tem hoje.
14. Como você imagina Cumuruxatiba daqui a 10 anos:
- a) Do jeito que está
 - b) Apenas com um pouco mais de pousadas e restaurantes
 - c) Com muitos hotéis e restaurantes
 - d) Um município independente
15. Quanto às mudanças da comunidade ocasionadas pelo turismo:
- a) Positivas, pois trouxeram desenvolvimento.
 - b) Positivas, pois graças ao turismo Cumuruxatiba pode crescer.
 - c) Positivas, pois graças ao turismo tem emprego para os moradores.
 - d) Negativas, pois destruiu a cultura local.
 - e) Negativas, pois todos dependem financeiramente do turismo.

16. O que deveria melhorar em Cumuruxatiba:
- Infra-estrutura básica
 - Asfaltar a estrada
 - Aumentar o número de emprego
 - Não precisa melhorar nada.
17. Como o turismo pode ajudar a comunidade:
- Gerando emprego e renda
 - Tornando Cumuruxatiba conhecida
 - Permitindo que a mão-de-obra local se qualifique
 - Trazendo novas oportunidades para o local
18. Quais são as atrações locais que você acha que devem ter destaque para atrair os turistas para Cumuruxatiba
- Barra do Cahy
 - Passeio de barco
 - Praia e vila de Cumuruxatiba
 - Praias do litoral norte: Areia Preta, Japara, Dois Irmãos.
 - Festa de São Sebastião
19. A população local participa das decisões relacionadas às atividades turísticas:
- Sim.
 - Não
20. Como a população local pode participar mais das decisões sobre as atividades turísticas:
- Participando das associações de moradores, comerciantes e pescadores.
 - Criando reuniões e assembléias comunitárias nas quais as decisões sejam tomadas coletivamente
 - Não se interessa em participar
21. Como ocorre a geração de emprego e renda através da atividade turística:
- É suficiente para todos os moradores
 - A comunidade local é vista como mão-de-obra barata
 - Graças ao emprego os moradores melhoraram de vida
 - Possibilita aos moradores aprenderem novas funções com o trabalho
 - Geração de poucos empregos para a população
 - Contratação de forasteiros no lugar da população local.
22. Os moradores de Cumuruxatiba estão bem preparados para trabalhar com o turismo:
- Sim, conseguem desempenhar bem a função.
 - Sim, mas falta aperfeiçoamento.
 - Não, mas são necessários cursos profissionalizantes.
 - Não, mas o empresariado deve ensinar.
 - Não, falta interesse da população.
23. O que o sr (a) acha de só haver movimento do turismo nos meses de verão:
- Ter turismo no verão prejudica o desenvolvimento de Cumuruxatiba
 - É bom, pois os moradores podem fazer outras coisas durante o ano.

- c) Se houvesse turismo o ano toda população teria mais emprego.
24. Como é a relação entre turistas e população local:
- a) Há integração e muitas vezes laços de amizade
 - b) Não tem problema algum entre turistas e nativos, mas não há integração.
 - c) A população local sente seu espaço invadido pelos turistas
25. O sr (a) acha que o turismo protege o meio ambiente:
- a) Graças ao turismo há proteção ambiental
 - b) Não vejo mudanças em relação ao meio ambiente por causa do turismo
 - c) É mais importante desenvolver a vila do que proteger o meio ambiente
 - d) Turista polui a cidade

ANEXO 2: ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Nome:
2. Naturalidade:
3. Qual a importância do turismo na sua vida?
4. Quais as vantagens e desvantagens do turismo para a vida dos moradores?
5. O que deve melhorar em Cumuruxatiba para a vida dos moradores?
6. O que deve melhorar para atrair mais turistas?
7. Você participa das decisões relacionadas ao turismo?
8. Os moradores locais estão preparados para trabalhar com o turismo?
9. O que você acha de só haver movimento no verão?
10. Como é a relação entre turistas e comunidade local?
11. Qual a importância do turismo para proteção ambiental?
12. O que você espera do turismo nos próximos anos?
13. O que falta para Cumuruxatiba se desenvolver?
14. Quais as principais mudanças que o turismo trouxe para Cumuruxatiba?